

Pontifícia Universidade Católica De São Paulo

PUC-SP

Jéssica Oliveira Pereira

“Meu corpo, minhas regras”?

Feminismos e os sentidos do corpo em rede digital

Mestrado em Comunicação e Semiótica

São Paulo

2018

Pontifícia Universidade Católica De São Paulo

PUC-SP

Jéssica Oliveira Pereira

“Meu corpo, minhas regras”?

Feminismos e os sentidos do corpo em rede digital

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação e Semiótica, sob a orientação do Prof. Dr. Rogério da Costa.

Mestrado em Comunicação e Semiótica

São Paulo

2018

Banca Examinadora

*À minha mãe, Inês, por sempre me mostrar
que o feminino também é lugar de força,
principalmente se em meio ao amor.*

*Às mulheres que lutam pelas nossas
existências e inspiram novos mundos.*

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos concedida e, conseqüentemente, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradecimentos

Agradeço, além de minha mãe, ao meu pai, Wellington, por seu apoio incondicional, mesmo quando não entende. Também aos meus irmãos, Paul e Wellington Filho, pelo companheirismo de sempre. Os três me confirmam que lidar com a diferença é um projeto político que começa dentro de casa e que, quando com amor, se torna muito mais fácil. Ainda, à tia Maria, Jady e Jessyca, representando as muitas mulheres maravilhosas da minha família. E aos meus primos, Renato e Tomas Junior, por me lembrarem como é importante sonhar. Vocês são o meu Norte, geográfica e afetivamente.

Ao meu orientador, Rogério da Costa, por permitir que eu tenha exercido a minha liberdade na escrita deste texto, com muita tranquilidade na nossa relação. Destaco o trabalho a mim ofertado na Rede Sampa, mesmo quando mal me conhecia. Seu voto de confiança foi imprescindível para que se houvessem condições monetárias para que eu continuasse esse estudo. Gratidão total.

Às muitas amigadas que fiz por meio da PUC, fundamentais para o meu aprendizado, mas também para os afetos que fortalecem no trajeto solitário da escrita. Felizmente são vários os nomes, como Adriana, Carol, Dani, Ernesto, Fernanda, Julia, Juliana, Mila, Rômulo e mais outras e outros tão especiais quanto às pessoas aqui citadas. Em especial: ao André, pela parceria fortalecedora em tantos e memoráveis momentos. À Gabi, por ser essa força feminina que muito me acolheu. Ao Chico, pelos risos e pela disposição à ajuda desde o início.

Às professoras convidadas para compor a banca de defesa, Christine Greiner e Margareth Rago, inspiradoras para se pensar modos de resistir e existir no mundo.

À professora Ana Cláudia de Oliveira pela ajuda na elaboração deste projeto.

Ao professor José Luiz Aidar Prado pelos ensinamentos e pela amizade.

Às minhas companheiras de lar, Wallace e Jessica, que me acompanharam diariamente, com muito apoio afetivo, cuidado e acolhimento. Ser cercada de alegria com mulheres incríveis e dispostas à escuta tornou o trabalho mais leve. Também àquelas pessoas que me fazem esquecer da babilônia que é São Paulo, representadas especialmente pelo Jeff e pela Tati.

Enfim, às muitas mulheres que me cercam e me inspiram diariamente. Não foram poucas as vezes que fui salva por elas. Especialmente às que se interessaram por esse trabalho, também lidando com ele como um projeto de vida: Ada, Isabela, Larissa Buenaño, Larissa Moraes, Rúdrissa e Tássia.

“Combater o homem opressor com as armas da inveja e do ressentimento não leva a nada. É tempo perdido e sofrimento inútil. Viria, em seguida, outro opressor.

O opressor não deve ser derrubado, desprezado e ridicularizado porque monopoliza valores que deveriam caber a outras pessoas. A luta deve ter causas legítimas: o opressor é o único ser a proclamar valores falsos e odiosos através da ditadura de suas práticas.

Sei perfeitamente que não é suficiente inventar novos valores, para se acreditar que os valores do opressor poderão ser abalados.

Sei perfeitamente que sou fraca diante das violências do opressor, porque ele se disfarça com a máscara da ordem, justiça e desinteresse; enquanto isso, eu continuo a insistir em outros valores, ligados à vida e à felicidade de viver.

Sei também que somente a ira e a determinação fraterna dos oprimidos poderão superar, em termos finais, a opressão do senhor.

No entanto, é preciso entregar o coração a essa tarefa. Quem se disporá a isso, senão nós mesmas? Precisamos nos revestir de energia, de cólera e de espírito de luta.

A energia nos virá da consciência de todos os momentos de felicidade que nos foram roubados. É preciso aprender de novo a desejar.”

Annie Leclerc

RESUMO

Esta dissertação analisa quais são os discursos que envolvem o corpo em páginas brasileiras feministas no Facebook e como os modos de presença (ou ausência) dos corpos significam os feminismos no Brasil. São páginas públicas e com massiva participação e compartilhamento, de acordo com a dinâmica da rede digital pesquisada. Como critérios, escolhemos aquelas que são assumidamente feministas, ou seja, que são interlocutoras do movimento na rede digital; e as que estão ativas, com postagens recorrentes e atuais. A temática do corpo vem em destaque por considerarmos que os discursos advindos dele são determinantes para o exercício do feminismo – eles são centrais nas reivindicações de um movimento que tem no corpo sua máxima representação. Esta questão possibilita analisar quais os sentidos decorrentes dele e as demandas do movimento: quais corpos são considerados legítimos na luta feminista, sob quais estereótipos operam e quais normas indagam. Em suma, quais as construções discursivas dos corpos tratados, tendo em vista que na teoria feminista o corpo tem sido apreendido como uma fonte de saber e de resistência, além de objeto da subjetividade. Para a pesquisa, utilizamos os estudos de Foucault (1988, 2005, 2008, 2017) para identificar os discursos predominantes nas páginas, e quais os enunciados que operam nessas postagens, bem como os poderes que estão em jogo. Não menos importante, utilizamos de bibliografias feministas ou inspiradas no movimento, para nos fornecer um viés crítico à condição de gênero, a exemplo de: Butler (2015), Beauvoir (2008), Margareth Rago (1998, 2007/2008, 2013, 2014), Margaret A. McLaren (2016), Coletivo Não Me Kahlo (2016), Djamila Ribeiro (2017), Angela Davis (2016), Virginie Despentes (2016), Connell (2016), entre outras. Os resultados apontam para uma maior compreensão: das dinâmicas de poder que atuam na questão do corpo da mulher feminista; do trato da questão do gênero no feminismo no Brasil; e ainda, da função das redes digitais na elaboração do discurso feminista.

Palavras-chave: Feminismo; corpo; Facebook; mulher; gênero.

ABSTRACT

This dissertation analyzes which discourses involve the body in Brazilian feminist pages on Facebook and how the modes of presence (or absence) of these bodies signify feminisms in Brazil. They are public pages and with massive participation and sharing, according to the dynamics of the digital network researched. As criterion, we choosed those that are admittedly feminist, in other words, that are interlocutors of the movement in the digital network; and those that are active, with recurring and current posts. The thematic of the body is highlighted because we consider that the discourses derived from it are determinant for the exercise of feminism - they are central in the claims of a movement that has in the body its maximum representation. This issue makes it possible to analyze the meanings deriving from it and the demands of the movement: which bodies are considered legitimate in the feminist struggle, under which stereotypes they operate and which norms they ask. This is, what are the discursive constructions of the treated bodies, considering that in feminist theory the body has been apprehended as a source of knowledge and resistance, as well as an object of subjectivity. For the research, we use Foucault's (1988, 2005, 2008, 2017) studies to identify the prevailing discourses on the pages, and the statements that operate in those posts, as well as the powers that are at stake. Not less important, we use feminist bibliographies or inspired by the movement to provide a critical bias to the gender condition, such as: Butler (2015), Beauvoir (2008), Margaret Rago (1998, 2007/2008, 2013, 2014), Margaret A McLaren (2016), Coletivo Não Me Kahlo (2016), Djamila Ribeiro (2017), Angela Davis (2016), Virginie Despentes (2016), Connell (2016), among others. The results point to a greater understanding: of the power dynamics that act on the question of the feminist woman's body; the treatment of the gender issue in feminism in Brazil; and the role of digital networks in the development of feminist discourse.

Key-words: Feminism, body, Facebook; woman; gender.

Sumário

INTROITO	11
I. Tateando o campo de pesquisa	13
II. Breve apanhado histórico do feminismo e os agenciamentos discursivos das épocas	19
CAPÍTULO 1 - A CONSTITUIÇÃO DA “MULHER” E OS DISCURSOS COMO PRODUTORES DE CORPOS	27
1.1. Mulher, porque não homem	27
1.2. Pensando com Foucault: o dispositivo da sexualidade, a biopolítica e o discurso	35
1.3. Corpo e gênero	41
1.3.1. O problema do sujeito e a subversão da identidade	45
1.3.2. O uso do corpo como contraconduta e seus riscos	49
CAPÍTULO 2 – OS FEMINISMOS EM REDE DIGITAL	58
2.1. A polarização dos debates políticos	58
2.2. Tribunal do Facebook - Pelo combate aos microfascismos na militância	67
2.3. O que emerge do Facebook	74
2.3.1. Meu corpo não admite violência	77
2.3.2. Meu corpo é afirmação	84
2.3.3. Meu corpo é de muitas lutas	89
CAPÍTULO 3 – POSSÍVEIS A PARTIR DOS FEMINISMOS INTERSECCIONAIS	95
3.1. Admitir a interseccionalidade é feminizar o olhar	95
3.1.1. Feminismo de periferia	99
3.1.2. Feminismo negro	104
3.1.3. Transfeminismo	108
3.2. Reflexões a partir da interseccionalidade	113
3.2.1. O problema da sororidade: sou tua irmã ou sou tua aliada?	113
3.2.2. O problema do lugar de fala: falo de ti ou falo contigo?	115
4 – CONCLUSÃO: PELA INCOMPLETUDE DOS PLURAIS	120
BIBLIOGRAFIA	123

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- MARCHA DAS VADIAS SÃO PAULO, EM 2014.	25
FIGURA 2: EMBATE COM AS RADFEMS.	46
FIGURA 3: POSTAGEM DA FAN PAGE FEMINISMO RADICAL DIDÁTICO.	47
FIGURA 4: A REAPROPRIAÇÃO DO TERMO “PUTA”.	52
FIGURA 5: HOMENS DE SAIA.	54
FIGURA 6: EMPODERAMENTO OU SEXUALIZAÇÃO?	56
FIGURA 7: ANÁLISE ESTRUTURAL DAS PÁGINAS PROGRESSISTAS DO FACEBOOK	60
FIGURA 8: POST PROVOCATIVO EM PÁGINA DE “FEMINISMO RADICAL”.	61
FIGURA 9: A OBRA TRAVESTI DE LAMBADA E DEUSA DAS ÁGUAS, DE BIA LEITE (2013).	66
FIGURA 10: CONTEÚDO DA PÁGINA “FEMINISMO NO PAINT”, AGORA EXTINTA.	69
FIGURA 11: POST DE UMA USUÁRIA DO FACEBOOK.	72
FIGURA 12: A PÁGINA BRASIL FEMINISTA EXPÕE A CAUSA DA MULHER INDÍGENA.	76
FIGURA 13: POST RETIRADO DA PÁGINA PENSAMENTO FEMINISTA.	78
FIGURA 14: POST RETIRADO DA PÁGINA JÁ FALOU PARA SEU MENINO HOJE?	79
FIGURA 15: CULPABILIZAÇÃO DAS VÍTIMAS.	81
FIGURA 16: O MOVIMENTO FEMINISTA SE MANTÉM ATENTO AOS PRIVILÉGIOS CONCEDIDOS AOS HOMENS.	83
FIGURA 17: GRAFITE.	85
FIGURA 18: PROTESTOS CONTRA OS PADRÕES ESTÉTICOS.	87
FIGURA 19: TRADUÇÃO LIVRE: NÓS PODEMOS, SIM, COMER.	88
FIGURA 20: O FEMINISMO NEGRO DESTACA: “NÃO SOMOS TODOS IGUAIS!	91
FIGURA 21: POST DA PÁGINA TRANSFEMINISMO.	111

INTROITO

Guerra cibernética. As armas são os dedos – da digitação ao clique. Inúmeras imagens e textos saltam aos olhos em quantidade infinda. As mulheres não estão de brincadeira. “Ela vai ser o que quis inventando um lugar”, já anunciava Caetano Veloso. Páginas e mais páginas no Facebook (as chamadas *fan pages*) estão aí para mostrar que há um lugar a ser inventado. A primeira estratégia é evidenciar o problema da mulher na sociedade. É um problema, isso é fato. O feminismo: o instrumento de guerra. A luta está nas conversações cotidianas. Se antes havia hesitação, hoje as mulheres vêm se autodenominando “feministas” com cada vez mais coragem. Principalmente as jovens, afetadas pelos discursos que emergem nas redes digitais. São ditos para escrachar, refletir, rir, questionar, combater, claro, sem deixar de problematizar. As redes digitais, com figuração máxima no Facebook, são o mais icônico ambiente das problematizações. Os “textões”, uma das expressões desse momento de intensa exposição do político, viraram piada, meme, até banalizaram - tamanha a quantidade de *posts*! As polêmicas e discussões que outrora encontravam mais dificuldade para serem publicizadas, com a internet têm alcance inimaginável. Hiperlinkadas e embrenhadas no emaranhado de fios que compõem a rede. As limitações geográficas se afrouxaram, as enunciações são caóticas, bem como as figuras enunciadoras. Os debates estão à vista, são perceptíveis por ocasião de uma dimensão de conteúdo que é reticular. Estariam as redes do feminismo em expansão?

“Tire seus padrões do meu corpo.” A frase pulula de uma das *fan pages*. Evidencia algo. O problema de ser mulher nesta sociedade perpassa o corpo. Há algo para além disso, um corpo-situação, um corpo *queer*? As problematizações repercutem em dobras, a guerra tem sido interna também – guerra entre os feminismos. Mulheres contra mulheres. Não era para ser o inverso, com mulheres mais unidas e a promessa da sororidade? Os padrões corporais femininos se desdobram e se desconstroem de maneiras cada vez mais complexas. Não só os estereótipos estéticos operam como normatividade. Vai além. O próprio ser “mulher” é questionado nesses padrões. É um problema de cunho estético, político, ético, linguístico e epistemológico. “Mulher”: logo a categoria que embasa toda a luta feminina contra a subordinação de um sistema patriarcal! Será? Na ação desta escrita, pretendemos ir além. Em conjunto, ainda e sempre com as mulheres, mas buscando linhas de fuga para essa mesma categoria que deve libertar ao invés de enclausurar. “Mulher”. Que para ser mulher signifique não só ter certeza de si, encher-se de si, mas também ser capaz de se ver além, dar vazão a sentidos outros, estar

atenta a uma semiótica dos afetos que pode nos direcionar a caminhos não viciados em políticas entravadas na identidade como fonte única de sentido. Um pixo em uma das ruas próximas à PUC nos traz a provocação: “Feminismo não é movimento de identificação, mas de revolução”.

Assimilei-me feminista quando em contato com essas outras mulheres com coragem para se expressar no infinito mundo da internet. Quando no Facebook, passei a seguir todas as páginas que pudessem me oferecer conteúdos provocativos para combater a pior faceta do patriarcado, o machismo. Pois, mulher que passa a visualizar suas opressões sempre está em posição de combate (não à toa que o símbolo do feminismo é um punho em riste). Certamente, essas convocações midiáticas (PRADO, 2013) são, em grande parte, responsáveis pela espécie de levante feminista pelo qual passamos. Mulheres em marcha, fazendo rede, debatendo, inaugurando e ocupando espaços que já foram resumidos apenas à figura masculina. Montou-se toda uma rede capaz de acolher as tantas mulheres usuárias da internet - herança clara dos grupos de autoconsciência da segunda onda do feminismo. São redes que se ampliam, livrando-se das limitações físicas. Mulheres de diversas localizações geográficas, que se conhecem pessoalmente ou não, podem conversar e trocar informações sobre contracepção não hormonal, livros feministas, relações livres e não monogâmicas, sexualidade, além de outros desdobramentos dos assuntos em torno do universo do gênero. As *fan pages* se reservam a publicizar muitas dessas temáticas com textos e imagens elucidativas sobre a causa feminista. O alcance aumenta. Trata-se do feminismo explodindo de sua bolha, infiltrando-se nas conversações, incomodando, fazendo-se ver. De repente o feminismo consegue se resumir a hashtags¹. Ao mesmo tempo em que está tudo aparentemente mais acessível, a proliferação desenfreada dos discursos também torna tudo mais confuso. Entre *likes*, compartilhamentos e discussões, uma dúvida: se falamos de feminismo, e parece haver tantos, de qual feminismo falamos? Para isso, vamos fazer um caminho em busca do sentido que o corpo é apreendido pelo movimento. Isso quer dizer que não analisaremos os enunciados como instâncias últimas dos discursos que circulam, mas os discursos mesmos como produtores de uma subjetividade a qual promove enunciados. Ou seja, não pesquisaremos, por exemplo, que um enunciado sobre o corpo existe por causa de um feminismo específico, mas, ao contrário, iremos, em procedimento foucaultiano, analisar que, porque há um discurso tal sobre o corpo, tem-se um feminismo de tal vertente. Mas, veremos esses detalhamentos nas partes que se seguem. A

¹ #meuamigosecreto, #euviviumrelacionamentoabusivo, #chegadeassédio são algumas das *hashtags* que já foram usadas como termos-chave para denúncias em massa, tanto no Facebook como no Twitter.

princípio, iremos explorar o desenvolvimento do movimento feminista, para, então, adentrarmos nos capítulos em que nos debruçamos a analisar essas problemáticas.

I. Tateando o campo de pesquisa

“Na verdade, arrisco-me a dizer que Anônimo, que escreveu tantos poemas sem cantá-los, com frequência era uma mulher.”

Virginia Woolf

Quando Virginia Woolf escreveu “Um teto todo seu” talvez não imaginasse a potência que havia em um relato que descreve minuciosamente as dificuldades encontradas pelas mulheres para escrever e exercer o livre pensar. Isso porque sua crítica vai muito além da produção literária - é afirmativa de todo um contexto que subordina a mulher, impondo barreiras para que ela exerça quaisquer atividades dos mais variados tipos e de diversos âmbitos sem ter que lutar contra o machismo presente no patriarcado. Ao relatar exaustivamente os privilégios dos homens para o exercício da escrita, a autora argumenta que o patriarcado age não preocupado fundamentalmente com a inferioridade das mulheres, mas com a superioridade dos homens. É no esforço em manter o masculino como signo principal que se tem como consequência, cômoda e efetiva, a sujeição da mulher. O que se percebe, desde então, é que há um esforço constante para a manutenção dos privilégios dos sujeitos reconhecidos como do sexo masculino – privilégios esses que se mantêm em pauta na militância dos diversos feminismos até hoje. Nesse sentido, a autora destaca como “homens sem qualquer qualificação aparente exceto a de não serem mulheres” (WOOLF, 2014, p. 43) puderam se ancorar numa assimilação de sexo para se manterem alheios e superiores de forma bastante desigual e, portanto, segregacionista. Nesse momento, e em toda a obra, ela relaciona a diferenciação do sexo ao mundo da escrita, da produção literária e da liberdade de pensamento, mas essa constatação poderia servir para qualquer outra atividade em que esteja uma mulher. Pois, mesmo o vislumbre da inserção de mulheres em uma área significa, desde antes mesmo de seu início, já uma situação de desvantagem.

Na verdade, a noção de privilégio tem sido de praxe na militância não só das feministas, mas dos grupos todos por demandas de representação e reconhecimento. A concepção se relaciona inerentemente com o lugar de fala – suposta localização estrutural de quem profere

um argumento que tange as pautas das lutas². Pessoas do movimento trans*³, por exemplo, chamam a atenção para o privilégio das pessoas cis (aquelas que se identificam com o gênero a que foram designadas quando nasceram). O movimento negro, por sua vez, destaca o privilégio branco. E assim em diante.

Essa constatação é fundamental para evitar o silenciamento de quem já não consegue se fazer visível pelas mesmas condições que deram vida aos movimentos de representação. Por conseguinte, quando Woolf fala do privilégio dos homens, quer dizer que o principal privilegiado em um sistema patriarcal que favorece o machismo é o homem, na figura do macho. Logo, tanto isso deve ser escrachado para fazer com que se tornem perceptíveis as dificuldades das mulheres em infiltrar as cadeias discursivas, verificáveis nas condições materiais e concretas (como quando estas são silenciadas em conversas informais ou formais na presença masculina), como também para evitar que homens tomem o lugar de fala da mulher no exercício da militância, se apropriando de argumentos da luta para fornecer uma visão distorcida das demandas do movimento devido seus privilégios. Situação que pode exemplificar esse imbróglio é a declaração da feminista negra nigeriana e famosa escritora Chimamanda Ngozi Adichie ao ser questionada, no momento de uma entrevista em um canal inglês, se há privilégio por parte da mulher trans devido sua socialização como homem. A escritora respondeu que não via como equiparar a experiência de quem nasceu mulher, no sentido biológico, com a das mulheres trans por estas terem usufruído dos privilégios dos homens, se referindo a um tratamento do mundo com elas. A resposta de Chimamanda causou frenesi nas redes digitais, resultando inclusive em resposta da atriz e mulher trans Laverne Cox, conhecida por sua atuação na série da Netflix “Orange is the New Black”. Ela, de forma didática, descreve como seu gênero a todo o momento era e é policiado, não configurando sua socialização enquanto homem como privilégio, mas justamente o contrário, como uma vigilância que anuncia injustiças⁴.

Muito já pode ser exemplificado e percebido pelo que disserta Virginia Woolf, mesmo no recorte contextual o qual ela usa para proferir suas palavras. A autora não adentrou nas

² A noção de lugar de fala é problemática. Iremos falar disso no capítulo 3.

³ Um dos ensinamentos do transfeminismo, o termo “trans*” é como um termo guarda-chuva para denominar tudo o que foge à lógica binária do gênero. Logo, não diz respeito apenas às/aos transexuais e/ou transgêneros. Veremos mais sobre isso no capítulo 3.

⁴ Para entender mais o que aconteceu: https://www.buzzfeed.com/tamerragriffin/chimamanda-adichies-comments-on-trans-women?utm_term=.vrKaGVBoL#.mdWeZxRQ6. Acesso em: 05 mai. 2016. Sobre o assunto, também vale a leitura do texto da ativista e feminista negra Stephanie Ribeiro ao propor uma reflexão para que se entenda seu lugar em estruturas que concedem privilégios a algumas e alguns e tornam invisíveis outras e outros: <http://revistatrip.uol.com.br/tpm/stephanie-ribeiro-sobre-ser-uma-negra-com-privilegios>. Acesso em: 05 mai. 2016.

especificidades de “raça”⁵. E nem ousou sair do seu contexto ocidental europeu. Apesar de já introduzir caminhos para uma problematização de gênero e de suas possíveis intersecções, como quando ela questiona: “[...] se dois sexos é bastante inadequado, considerando a vastidão e variedade do mundo, como faríamos com apenas um?” (idem, p. 126). Imagine se a autora tivesse adentrado no universo do interseccional. Seu livro provavelmente triplicaria de tamanho para dar conta de explicar os “tetos” todos que seriam necessários para o livre pensar de cada mulher que fuja à lógica do Homem-cis-heterossexual-branco-ocidental-cristão⁶. Os não privilégios de todas as especificidades que fujam ao modelo moderno de Homem pululariam em suas páginas resultando possivelmente em mais arcabouço teórico para os feminismos que já começavam a notar contradições no movimento desde o século XIX, sendo esse um panorama que possibilitou o debate futuro sobre as intersecções.

É tentando abranger os tantos “tetos” que surgem num âmbito comunicacional que se desenvolve de uma forma muito mais reticular do que na década de 1920 (época em que as duas palestras de Woolf viram o livro citado) que este trabalho surge. Tenta-se aqui adensar o necessário combate ao que exclui o feminino dos processos de significação ou que ao menos o sujeitam a uma posição díspar em termos processuais -- e aqui, fazemos referência aos sistemas de significação que se amparam no binarismo do gênero, com a prevalência do masculino como significante principal, a exemplo da língua, que neutraliza o gênero por meio do masculino (exemplo: se vai se falar de um grupo de pessoas em que há homens e mulheres presentes, o grupo inteiro será reduzido a “eles”). Mas, também manter uma saudável preocupação em não cair nas armadilhas da oposição. É um trabalho, portanto, que não tem fim: encontra na escrita uma possibilidade de afirmação da resistência e especulação permanente ligada à crítica e, ainda mais, à autocrítica, pensando o feminismo como movimento que deve se manter atento às condições enunciativas e aos agenciamentos possíveis de suas épocas.

Esses tantos “tetos” podem ser aqueles conquistados em meio à luta incansável das mulheres de diferentes períodos históricos, como a possibilidade de estudo, de voto, de emancipação do marido, por exemplo, como também aqueles que surgem em meio a um contexto comunicacional que se multiplicou e se multiplica de maneira incessante, ou seja, os

⁵ Entendemos, junto com Quijano (2005), que “raça” é uma construção mental, fundamento básico da dominação colonial. Apesar disso, utilizamos da nomenclatura para evidenciar os debates que se dão em torno do processo de racialização da sociedade. Para identificar o paradoxo, manteremos a palavra, portanto, entre aspas.

⁶ Usaremos esse termo simplificador para identificar um modelo máximo da normatividade. Nesse sentido, não se trata de colocar todos os homens-cis-heterossexuais-brancos-ocidentais-cristãos como inimigos, mas evidenciar que é por meio dessa figura que se dão as opressões. Com isso, “Homem”, com letra maiúscula será o equivalente a um sujeito universal no qual se trata a crítica do trabalho, diferindo de “homem”, sujeitos materializados, indivíduos identificados como do gênero tido como masculino.

“tetos” que ampliam a voz feminina em contextos comunicacionais. As mais diversas vozes têm possibilidades expressivas que vão além do imaginado pela autora, pois ainda se distribuem nos ambientes digitais. É certo que hoje mulheres têm uma produção bibliográfica não antes imaginada no contexto de Woolf. É também perceptível que elas se infiltraram em tantas outras atividades que antes eram apenas figuradas por homens. Mas, por que, mesmo com um *boom* comunicacional que foge ao controle, ou seja, com mulheres podendo se expressar por inúmeros meios, ainda há a busca de “um teto todo seu”? No mínimo porque ainda há um enunciado que persiste, o qual continua configurando o homem como sujeito de privilégio, amparado no Homem, este como signo universal de tudo o que se refere à vida humana.

Ademais, sobre a emergência das possibilidades comunicativas que vem junto com as tecnologias digitais, têm-se linguagens e espaços que desafiam lógicas dominantes de pensamento, o que talvez seja um caminho para se “criar inteligibilidade sem destruir a diversidade” (2007, p. 30), como desenvolve Boaventura de Souza Santos ao falar de uma ecologia do reconhecimento. Talvez também seja uma oportunidade favorável para o feminismo se desenvolver cada vez mais em rede, tendo em vista que a proposição de rede exige um propósito em comum entre indivíduos participantes e a rede, sendo que os benefícios advindos de uma organização reticular só podem ser “da rede como um todo e num tempo diferido” (COSTA, 2011, p. 9), e não o contrário. Ou talvez seja apenas um contexto de ratificação de sentidos comuns ou de tendências conservadoras que encontram nas redes digitais um lugar coerente para prosperar.

Podem ser bem mais numerosos os “tetos” existentes para o exercício de atividades por mulheres, mas será que estes representam ambientes favoráveis para a reprodução de um conhecimento emancipatório e de contestação, como clamam as teorias feministas? Há, ainda, uma inclusão das tantas mulheres em um movimento fundamentalmente comprometido com a não sujeição feminina? Quais corpos são emblemáticos nos discursos proferidos, pensando-os não apenas como representativos, mas como provedores de sentido?

Essas e outras questões norteiam as preocupações neste fazer-escrita. Por isso, o que nos interessa é assimilar o que surge de discursos assumidamente feministas, tendo em vista que esses têm forte carga enunciativa por assumirem autoridade como interlocutoras da causa. Vale ressaltar que o feminismo nunca foi um só porque nunca foi apenas uma a mulher, por isso não se trata de apenas um discurso. São discursos, plurais. E é assim que o movimento se mantém, sem unanimidade, mas sempre propositivo à libertação feminina.

Ainda, mesmo sob essa multiplicidade de sentidos, há algo que engloba um enunciado mais amplo, o que faz a afirmação “eu sou feminista” tomar proporções extensas, com mulheres das mais variadas idades, classes sociais e etnias se reconhecendo dessa maneira, considerando ainda a proliferação dos discursos de “empoderamento”, estes inflamados pelos enunciados neoliberais.⁷

É sabido que as redes digitais representam uma complexidade comunicacional que torna os discursos maiores em número, o que os faz sempre presentes, apesar de também difusos. Muitos dos discursos com que temos contato são provenientes do que lemos em nossas *timelines* – notícias, comentários, compartilhamentos, etc. Tem-se uma nova espécie de *agenda-setting*⁸ concebida nas redes digitais, a qual alimenta a disputa de sentidos sobre os mais variados assuntos. Fala-se de era da pós-verdade, de informações amparadas em um regime de persuasão que podem ser contraditas e remodeladas em uma velocidade que muitas vezes é difícil de acompanhar. A pós-verdade seria relacionada aos regimes de crença, ou seja, as informações não seriam em função da verdade, mas da satisfação dessas crenças e desejos, como tem argumentado Ivana Bentes em palestras recentes e em sua coluna na Revista Cult⁹. Também são inúmeros os sujeitos que fazem parte desses agenciamentos, como demonstram os estudos de Fabio Malini junto ao Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic) vinculado à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)¹⁰ ao tornar visível a complexa estrutura das redes. Mas, o fato é que se tem uma conjuntura do consumo de informação configurada de maneira densa, caótica e proveniente de diversas instâncias enunciativas, dadas as possibilidades mais fáceis e acessíveis para publicação de informação e de seu compartilhamento.

⁷ O neoliberalismo se vale de convocações biopolíticas, com grande aparato dos *media*, para instituir diferenças governáveis, “o que facilita a organização do sistema de atendimento de desejos e necessidades” (PRADO, 2013, p. 19). O feminismo também é apropriado por essa maquinaria semiótica que vê no “empoderamento” feminino lugar próspero para novos ramos do mercado, além de novas possibilidades discursivas modalizadoras com base nos verbos modais “poder, querer, dever, fazer, ser”. Isso, pensando em uma conjuntura de governamentalidade biopolítica, ou seja, que se baseia na afirmação de vida do “mesmo”, na qual a alteridade é excluída, passível de se deixar morrer, como sugere Foucault (2005). O termo, ademais, é bastante problemático, ainda mais se formos pensar na apropriação do poder como dominação. Para as mulheres, a saída não seria se apossar do poder e tomar o lugar do dominador, mas ao contrário, sair da conjuntura de relações de poder que permitem esse estado de dominação e sujeição.

⁸ O termo, advindo da Teoria do Agendamento, se refere ao poder da mídia em pautar o que é sabido e debatido em sociedade.

⁹ Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/a-memetica-e-a-era-da-pos-verdade/>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

¹⁰ É possível acessar as cartografias resultantes desses estudos no blog de Malini. Disponível em: <http://fabiomalini.com/>. Acesso em: 07 jun. 2017.

É nesse contexto que nos parece interessante analisar as publicações provenientes de páginas de feminismo do Facebook. Justamente pela rede ser um dos destaques do contexto comentado, surge o interesse em observar e analisar quais os discursos que emergem dali e como isso produz agenciamentos que ou ajudam na disseminação das causas do movimento ou que apresentam desvirtuações de sentido para o que é identificado como primordial segundo as teorias feministas. Nesse ponto, é válido pontuar que é a partir dessas intersecções que tanto as teorias críticas e em torno do discurso, como os estudos de rede e de comunicação vão se aliar aos estudos feministas para que resulte em um trabalho não só com potência argumentativa, mas ainda comprometido com as causas das mulheres, constituindo assim, também uma pesquisa-ação – essa, uma, dentre as escolhas metodológicas que também vão se basear em uma espécie de arqueologia do discurso, em inspiração foucaultiana. Dentre os cuidados tomados para essas premissas, a utilização de um número representativo de autoras; o uso de uma linguagem não hermética, ou seja, não amparada no masculino como significado de todas as coisas; e da construção de um pensamento que aponte a importância da interseccionalidade para um movimento que se comprometa com a liberdade das mulheres em muitos aspectos e em variadas perspectivas, mas tendo sempre como direcionamento a não sujeição a um sistema excludente, machista e hierárquico.

Seguindo esse caminho, nos concatenamos com os debates que o feminismo também tem trazido em torno de uma epistemologia calcada na crítica das categorias dominantes, engendradas em universais, que não dá conta nem de pensar a diferença fora do que é padrão e passível de ser categorizado e nem de experimentar a subjetividade de modo libertário. Há que se atestar que é uma cadeia discursiva que sustenta os pilares do machismo. Não é um discurso aqui ou acolá: é todo um aparato enunciativo de envergadura rizomática que sim, permite linhas de fuga, e sim, pode ser flexível ou instável, mas que tem sólidas estruturas que dão forma e sustentação a um regime de verdade. Para isso, tem-se um processo contínuo e atento ao que a pesquisa nos traz. Como afirma a historiadora Margareth Rago sobre a pesquisa feminista, “Reafirma-se a ideia de que o caminho se constrói caminhando e interagindo” (1998, p. 11). É como na poética de Antonio Machado: “Caminante, no hay camino, se hace camino al andar”¹¹.

Os estudos feministas proporcionam a relação como marca necessária para a pesquisa e para a produção de conhecimento. E é preciso ter sempre em vista, claro, suas premissas libertárias. Por isso, os recursos discursivos utilizados nessa pesquisa visam não uma crítica ressentida para o apontamento de equívocos, pois isso não faria sentido para essa epistemologia

¹¹ “Caminhante, não há caminho, se faz o caminho ao andar.” Tradução nossa.

a qual estamos apoiando, de aporte “específico, diferenciador, energizante, libertário, que rompe com um enquadramento conceitual normativo” (idem, p. 10). Mesmo as críticas aqui anunciadas são em vista de uma abertura de caminhos para as subjetividades possíveis. Queremos produzir ideias adequadas, que indiquem afecções que expandam as potências feministas. Vamos à busca disso. Mas, antes, precisamos entender como foi necessário o surgimento desse movimento em prol da libertação das mulheres.

II. Breve apanhado histórico do feminismo e os agenciamentos discursivos das épocas

“Discordei, pra ser ouvida, o grito tem que ser potente!”

Mc Carol e Karol Conká

Retomar a historicidade do movimento nos fornece a genealogia necessária para compreender como o discurso se constitui e de que maneira ele se atualiza. É preciso entender o surgimento de um movimento que afirma a diferença de gênero e traz a discussão em torno da sexualidade como base para confrontar estruturas almejando a emancipação da mulher. O questionamento aqui é: como se construiu o enunciado “feminismo” e quais os agenciamentos que o caracterizam ao longo dos séculos?

A saber, o movimento pode ser explicado como a “tomada de consciência” das mulheres como coletivo humano, em luta contra o patriarcado sob suas diferentes fases históricas (GARCIA, 2015). As motivações do movimento podem ser explicadas pela reivindicação da mulher pelo seu lugar na sociedade como sujeita, e não como coadjuvante ou alheia à participação social. Em suma, o feminismo reivindica que mulheres sejam reconhecidas como existentes e não sujeitem suas existências à vida (BEAUVOIR, 2009). Suas implicações na atualidade são resultantes de um longo processo histórico, que condensa e modifica causas e reivindicações que iniciaram ainda em séculos passados.

O feminismo é dividido em três ondas. A primeira é marcada pela inauguração do debate da não diferenciação entre homens e mulheres, inspirada principalmente em torno de reflexões do chamado proto-feminismo¹², a exemplo do texto “Sobre a igualdade entre os sexos”, do

¹² Como esse não é um estudo exclusivo sobre a história do feminismo não vamos adentrar nos detalhes históricos do movimento. Mas, é necessário assinalar que as ideias as quais começaram a questionar a mulher como um ser inferior datam de mais tempo. Em 1405, antes mesmo de nossas terras terem sido invadidas e nomeadas como

filósofo Poulin de la Barre, publicado em 1673. A obra ultrapassa o paradigma da comparação entre homens e mulheres para promover um combate da desigualdade entre os sexos. A primeira onda se firma, no entanto, com a Revolução Francesa, já no século XVIII. As argumentações que defendiam a inferioridade da mulher passaram a ser combatidas, em meio aos anseios e reflexões que eram pulsantes neste momento de intensa agitação política e social. Assim, foi dentro do contexto dos novos moldes de pensamento: do racionalismo, do empirismo e do utilitarismo, que se inaugurou uma conjuntura que permitiu o desenvolvimento desse tipo de questionamento. Os agenciamentos que estavam em torno da constatação de que todos nascem livres e iguais e, portanto, com os mesmos direitos, possibilitou que mulheres começassem a perceber suas próprias contradições. Nesse período, foram conquistados alguns direitos que eram negados às mulheres, como a lei do divórcio, a admissão de testemunhar em processos civis e a abolição do direito de maioridade (privilégio reservado aos filhos homens na sucessão hereditária).

Mary Wollstonecraft é uma das mulheres de destaque na primeira onda do feminismo. Dois conceitos fundamentais são implantados por ela: a ideia de gênero e a de discriminação positiva ou ação afirmativa. Sua publicação, *A reivindicação dos direitos da mulher*, de 1790, dá as bases para o feminismo moderno, prosseguida pela publicação de Olympe de Gouges, na França, e em 1791, a *Declaração dos Direitos das Mulheres e das Cidadãs*.

Já a segunda onda é marcada por grandes movimentos sociais emancipatórios no século XIX. Neste contexto, o movimento já tem caráter organizativo, com destaque internacional e identidade autônoma. Junto de outros movimentos, o feminismo passou a combater a realidade proporcionada pela Revolução Industrial e pelo capitalismo. A pobreza, a liberdade de pensamento, a abolição da escravatura, a prostituição e a paz foram algumas das temáticas que protagonizaram as lutas da época e que puseram o feminismo em contato com outros movimentos e suas problemáticas. O que se agenciava discursivamente já ia de encontro a causas sociais e políticas mais amplas, tornando a luta feminista também enunciatória de outras questões que não se limitavam apenas à problemática de gênero, mas que também via outras formas de sujeição como somatórias à sujeição da mulher. Foi nesse ambiente que surgiu o movimento sufragista, figurado na Associação Nacional pelo Sufrágio da Mulher (NWSA) e

Brasil, já se dispunha de obras que proviam elementos discursivos para a futura constituição do feminismo como movimento político. Estamos falando do livro *A cidade das mulheres*, da italiana Christine de Pisan, a primeira mulher escritora reconhecida como tal.

pela Associação Americana Pró-Sufrágio das Mulheres (AWSA)¹³. Em luta pelo direito ao voto, muitas militantes foram presas, protagonizaram greves de fome e foram mortas em defesa dos seus ideais.

É ainda no momento da segunda onda que a inserção da mulher no mercado de trabalho passa a gerar outros tipos de questionamento, a exemplo da igualdade de salários e das condições laborais destas mulheres que agora são operárias. Nesse contexto, o movimento passou, então, a ser debatido por correntes de pensamento revolucionário como o comunismo e o anarquismo. O feminismo mostra-se, portanto, multifacetado e atravessado por outros tipos de discursos que trazem mais questões para o momento denominado de terceira onda.

Em consequência, o voto das mulheres se tornou realidade na maioria dos países desenvolvidos. No entanto, enquanto isso, o movimento feminista era constantemente ameaçado pela institucionalização dos partidos políticos e era culpabilizado, por exemplo, pela queda da taxa de natalidade devido aos discursos pró-aborto. Logo, os moldes do movimento passam a ser reconfigurados e a terceira onda surge com uma nova base teórica, esta agora amparada pela obra *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, datada do ano de 1949. Por ser um texto amplo (dividido em dois volumes), descritivo, detalhado e analítico da condição feminina, marcou o que se chama de feminismo contemporâneo. A condição de “Outro”, destinada à mulher é posta em questão, destacando-se à noção de androcentrismo, ou seja, o homem como medida de todas as coisas e como essencial para a legitimação da existência das mulheres. Como disse Simone de Beauvoir, na mesma obra, sobre as feministas, ao argumentar uma mudança de perspectiva da história:

Elas demonstraram brilhantemente que não foi a inferioridade feminina que determinou a sua insignificância histórica: foi antes, a sua insignificância histórica que as votou à inferioridade. (BEAUVOIR, 2009, p. 230)

É nesse sentido que a terceira onda se insere não mais somente nas questões de reivindicação de direitos, mas também se volta à indagação das ciências e das linhas de

¹³ O documentário dividido em quatro partes, *Prohibition* (2011), mostra o interessante surgimento do sufragismo em contexto norte-americano. A produção audiovisual expõe como as mulheres começaram a se articular contra a venda de álcool, inaugurando um ambiente favorável para a solidificação do momento político que estava por vir. O movimento de temperança já indicava uma espécie de levante das mulheres que não aguentavam mais sofrer violência dentro de casa ou perder seus maridos por causa do abuso de álcool. Esse movimento fez com que as mulheres da época percebessem suas limitações em âmbitos políticos, o que, posteriormente, estimulou o surgimento da luta pelo sufrágio. Vale lembrar que o sufragismo foi estratégico para que houvesse a reunião de mulheres e exposição de demais pautas concernentes a injustiças de gênero, mas o voto não foi uma proposição unânime no movimento feminista, principalmente por parte das anarquistas, as quais defendiam uma rebelião contra o Estado. De qualquer forma, essa estratégia surtiu efeitos positivos para a articulação das tantas mulheres que, mesmo com suas divergências, não suportavam mais estarem sujeitas às leis dos homens.

pensamento que configuraram a mulher nessa posição. Foi a partir daí que a própria questão do gênero foi posta em cheque e feministas passaram a fazer um caminho que as distinguissem dos homens e não mais que se comparassem a eles – o agenciamento discursivo em torno da igualdade projetado na primeira onda é reconfigurado, assim, para uma problematização do que é ser mulher e de como essa estrutura a coloca em uma situação de sujeição. Em razão disso, é viável pensar que a partir daí as demandas por “igualdade” se transformam em demandas por “equivalência”, ou ainda, pela “afirmação da diferença”.

A descoberta da feminilidade e de uma mística feminina¹⁴ (ideia explorada por Betty Friedan, em 1963) passa a fazer parte do pensamento feminista, criando uma identidade coletiva capaz de gerar um grande movimento social liberador. Daí se tem a inauguração de novas vertentes, a exemplo do feminismo liberal e do feminismo radical. O primeiro, representado pela Organização Nacional para as Mulheres (NOW) nos Estados Unidos, fundado por Friedan em 1966, definiu a problemática das mulheres como desigual, e não mais apenas no sentido de opressão e exploração, como sugerido pela segunda onda. Buscou-se também a inserção da mulher na esfera pública, inclusive no mercado de trabalho. Já o segundo, o feminismo radical, é marcado pelo caráter contracultural nos anos 1960. O Movimento de Liberação da Mulher é um expoente desse tipo de feminismo, com a intenção de se organizar politicamente com a exclusão dos homens. Porém, não é neste ponto que este se diferencia do feminismo liberal. O que o configura como radical são os questionamentos que perpassam a sexualidade e a maneira escrachada que passou a fazer parte dos protestos e demais ações políticas. O corpo se torna signo explícito de luta. Os cosméticos, os sapatos de salto alto e os sutiãs eram rechaçados a fim de se romper com o tradicional modelo de feminilidade e para comemorar a diversidade das mulheres e de seus corpos. “O pessoal é político”¹⁵ foi uma frase de destaque, nesse momento de efervescência cultural. Experiências compartilhadas de aborto, por exemplo, traziam à tona um problema vivido por tantas mulheres que, até então, era mantido em segredo e sem significação política. Neste âmbito, Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli explicam por que o movimento feminista não pode desassociar práticas da vida privada de discussões que perpassam a esfera pública:

¹⁴ O livro *A Mística Feminina* (1963) influencia o feminismo da época por mostrar que as atividades femininas restringiam as mulheres apenas ao ambiente doméstico, fazendo com que, ao passar dos anos, essas mulheres se sentissem frustradas e desenvolvessem distúrbios psicológicos que variavam (e continuam variando) desde a depressão ao consumismo patológico.

¹⁵ Pode-se ver o protagonismo da frase no documentário *She's Beautiful When She's Angry* (2014).

O feminismo mostra, assim, que é impossível descolar a esfera política da vida social, a vida pública da vida privada, quando se tem como objetivo a construção de uma sociedade democrática. Faz sentido, assim, abandonar a visão de que esfera privada e esfera pública correspondem a “lugares” e “tempos” distintos na vida dos indivíduos, passando a discuti-las como um complexo diferenciado de relações, de práticas e de direitos – incluídos os direitos à publicidade e à privacidade – permanentemente imbricados, uma vez que os efeitos dos arranjos, das relações de poder e dos direitos garantidos em uma das esferas serão sentidos na outra. (MIGUEL, BIROLI, 2014, p. 33)

Ainda no contexto da terceira onda, a partir de 1975, com o esgotamento das ideologias dos anos anteriores, o feminismo se configura novamente, com inserção no universo acadêmico a partir dos anos 1980, e com outros tipos de movimentos que são chamados de feminismos contemporâneos, a exemplo do feminismo da diferença, o feminismo cultural, o feminismo essencialista e o feminismo institucional. Margareth Rago (2007/2008) pontua quais são as temáticas preponderantes na temática feminista nos dias de hoje:

[...] o corpo – e acrescento, a sexualidade – tornam-se problemáticas centrais em seus feminismos e em suas reivindicações pragmáticas. A luta pelos direitos reprodutivos, contra o assédio sexual, a violência doméstica, o estupro, pela descriminalização do aborto, pelos direitos dos ‘trabalhadores do sexo’, pelo direito ao próprio corpo e ao controle da própria vida, a busca de construção de uma linguagem feminista corporificada e a crítica das hierarquias de gênero presentes nos modos modernos de organização social – são essas as principais bandeiras que as feministas levantam hoje, no Brasil e no mundo (RAGO, 2007/2008, p. 17).

Junto com as transformações no aspecto comunicacional, o movimento apresentou várias interpretações, mas ainda se mantém, com um discurso notório e amplo, mais ainda devido à sua inserção no contexto das redes digitais. Assim, se remodela e se reconfigura de acordo com as possibilidades comunicativas. O feminismo, bem como outras formas de resistência e do próprio viver, agora faz parte de uma cultura digital e se apropria dos novos modos de subjetivação para elaborar seus discursos e inaugurar espaços de debate e de manifestação. Há, como pode se perceber nas sucessivas mudanças que o movimento atravessa, não só contextos sociais, políticos e culturais como plano de fundo, mas toda uma maquinaria semiótica a qual dá condições discursivas para os sentidos pungentes da luta. Nota-se que movimentos já consolidados na esfera pública utilizam das redes digitais para desenvolver seus discursos, mas, além disso, com a nova esfera, eles se recriam e adquirem novas características, não apenas se relacionando com a política tradicional, mas recriando novas sociabilidades provenientes da interatividade no meio digital.

O movimento atualmente se manifesta de diversas maneiras, com grande presença no Brasil. A Marcha das Vadias, por exemplo, é um protesto que surgiu em 2011 e foi expoente

em cidades de diversas regiões do país, como Rio de Janeiro, São Paulo, Belém, Belo Horizonte, Recife, Salvador, etc., até aproximadamente 2015. Os protestos seguiam a tendência internacional e eram em combate à ideia de que mulheres vítimas de estupro seriam culpadas pelo crime por causa do que vestem ou de como se portam. Elas (nós) traziam os corpos expostos e escrachados em manifestações em vias públicas para destacar o fato de que seus corpos não eram culpados pela violência a que sofrem. O corpo, mais uma vez, signo de luta contra o machismo e a misoginia, não só era pauta como também encarnava o discurso de uma injustiça de gênero que só faz sentido por uma assimilação que decorre dele. A exposição corporal, ao mesmo tempo em que era um meio de afirmação, -- muitas mulheres até então ainda eram aprisionadas em costumes pudicos, justamente por esse machismo operante que condiciona seus corpos -- também era forma de combate num jogo de forças discursivo. O dito de protesto “Meu corpo, minhas regras!” foi muito utilizado nessas marchas, em forma de gritos catárticos que anunciavam a tentativa de retomada do poderio dos corpos femininos, estes tão apropriados pelo Homem e suas instituições. Inclusive, ressalta-se aqui o Direito, considerando ainda que a marcha surgiu quando um policial canadense, após vários relatos de estupro em universidades em Toronto, fez a infeliz declaração de que as mulheres deveriam evitar se vestir como “vadias” para não se tornarem vítimas.

No jogo discursivo é comum que as vítimas sejam culpabilizadas, principalmente no que diz respeito aos movimentos sociais -- o que denota um implícito esforço de manter intactas as condições de poder de quem detém maior força discursiva. É a manutenção de privilégios de que falávamos anteriormente e que, muitas das vezes, é assegurada pelo Estado, como foi possível observar na fala proferida pelo policial. Há um implícito empenho discursivo para manter o poder, nem sempre analisável sem esforço, mas que se torna explícito quando nos deparamos com a encarnação desses discursos, configurada em dados alarmantes de casos de violência extrema, tendo como alvo o corpo das mulheres.

Os exemplos continuam. Relacionando com outras temáticas de cunho político, como aconteceu na segunda onda do movimento feminista, a Marcha da Maconha de São Paulo, que acontece desde 2008, tem um bloco chamado Feminismo Antiproibicionista, com o intuito de desconstruir os espaços destinados ao debate sobre a política de drogas, costumeiramente protagonizado só por homens. Organizações não governamentais (ONGs) como a Think Olga e a Movimento D’Ellas, povoam o terceiro setor de iniciativas contra a o feminicídio, o assédio, e a violência contra a mulher, de forma geral. Sobre esta primeira, é válido destacar a campanha

Chega de Fiu Fiu¹⁶, iniciativa de engajamento digital, que mapeou os assédios sofridos por mulheres de todo o Brasil. A iniciativa chegou a ter parceria com o Ministério Público (SP).

Além disso, eventos para debater o que é ser mulher são latentes e acontecem todos os meses em diversos lugares. Em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Brasília, há o exemplo do Feminicidade, que reúne mulheres para compartilhar histórias e olhares sobre o universo feminino. Mais para o norte do país, um cortejo bramando “Não é contra o boi, é pela liberdade das vacas!”, em Belém, no Pará, sai às ruas da cidade de forma espontânea com o nome de Vacas Profanas, em alusão à música de Caetano Veloso. Debates sobre a mulher na política, aula de defesa pessoal para mulheres, rodas sagradas, e muitas outras programações que visam cultivar um espaço autenticamente feminino: são ricos e diversos os espaços para a afirmação da mulher, com uma adesão cada vez mais intensa ao movimento feminista, destacada pelas possibilidades emergentes das redes digitais -- e em virtude de suas potencialidades de compartilhamento, fácil acesso e linguagem acessível. Essas tantas iniciativas contextualizam a popularização do movimento e as redes digitais são lugares receptivos para a disseminação de suas ideias, para o debate dos diferentes feminismos e para uma participação que se dá de maneira reticular.



Figura 1- Marcha das Vadias São Paulo, em 2014.

Os movimentos articulados no contexto das redes digitais saem às ruas para reivindicar a liberdade da mulher sobre seu próprio corpo. As marcas de biquíni nos corpos das manifestantes, os pêlos em evidência, além dos dizeres nos cartazes, são signos que destacam as prisões ainda existentes no modo de vida feminino. **Fonte:** Uol. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/album/2014/05/24/marcha-das-vadias-em-sao-paulo.htm#fotoNav=10> Acesso em: 19 mai. 2016.

Tendo em vista esse panorama, o caminho da pesquisa persistirá no seguinte: no capítulo 1 explicaremos a formação discursiva da dicotomia homem x mulher, resultando em uma sujeita específica defendida pela teoria feminista e daí, para a problematização das identidades e da categoria de gênero. No capítulo 2, mostraremos como esses problemas são materializados no

¹⁶ Disponível em: <http://chegadefiufiu.com.br/>. Acesso em: 30 mai. 2016.

corpus da pesquisa, evidenciando o que emerge no Facebook e qual a relação das redes digitais com a proliferação dos discursos feministas. Por fim, no capítulo 3, explicaremos os feminismos interseccionais constituídos na rede e o que eles podem indicar como linhas de fuga na complexidade discursiva em torno do movimento.

CAPÍTULO 1 - A CONSTITUIÇÃO DA “MULHER” E OS DISCURSOS COMO PRODUTORES DE CORPOS

1.1. Mulher, porque não homem

*“como mulher meu papel
deveria ser o de cuidar da família
deveria ser o de servir meu esposo
deveria ser o de gerir cinco filhos
deveria ser o de criar os cinco filhos
e ainda cuidar dos cachorros
deveria ser o de propiciar gozo*

*mas eu devo e não nego
e essa dívida é uma dívida
e na dívida deixo o pagamento
em aberto”*

Luz Ribeiro

Feminismo redonda em mulher. Mas de qual se fala? O que é ser mulher? Para analisar as produções semióticas do movimento feminista é fundamental ter em vista que ele parte de uma categoria discursiva que embasa toda sua fundamentação. “Mulher” é o ponto de partida, é onde o discurso da luta encontra sentido em existir. Isso significa que não só existe um sujeito central figurando, mas também que para sustentar esse sujeito e suas premissas, é preciso que se persevere em uma identidade. Tem-se, portanto, um problema não só de cunho político, mas também epistemológico, uma vez que exige que o feminismo se configure em uma base de pensamento que pressupõe algo estável e fixo – pelo menos em uma proporção que dê conta das lutas políticas e representacionais em que estão inseridas.

Nesta primeira parte do capítulo, falaremos da identidade enquanto construção social, ainda não problematizando as questões que envolvem as noções de sexo e gênero e adentrando nas problemáticas da linguagem e do discurso – muito embora seja em cima desses problemas que o ser “mulher” é construído. Como forma de contextualizar o estudo, a “mulher” aqui abordada primeiramente é a que se constrói em termos materiais, ou seja, de acordo com as condições históricas, culturais e políticas. Dessa maneira, é mais fácil assimilar o porquê de vários questionamentos permearem a luta não só das mulheres, mas de todo um arcabouço maior, o qual problematiza o sexo como fundador do gênero, considerando ainda a guinada desses estudos (os chamados estudos de gênero) como contribuição para o debate.

Nesse sentido, esta, que é personagem romantizada de um imaginário androcentrado, é tanto aquela sacralizada, aquela a ser admirada, homenageada e respeitada, tendo em vista o estereótipo do ser que provê vida, como também é aquela cerceada e controlada pelos mesmos motivos que a colocaram nesse lugar de alteridade. Todo sujeito é subordinado ao olhar de algo ou alguém. Por essa razão, a mulher não apenas é. Ela é a partir de uma significação subordinada, amparada por um regime semiótico que coloca o homem como signo universal. Sendo assim, os sentidos são enclausurados nesta instância de normatividade predominantemente masculina e excludente para tudo o que diz respeito ao feminino. Logo, a subordinação súnica ocorre por meio das normas do “mundo do homem”, o que não significa um embate simplesmente binário, no qual apenas os homens, especificamente, usufruem de uma significação amparada em suas diretrizes. As mulheres, *queers*, e todas e todos que fujam à lógica binária também internalizam essas normas e agem por meio delas. As estruturas enunciativas são complexas, não se direcionam unilateralmente e de forma arbitrária. Os enunciados se emaranham de acordo com os agenciamentos. O que tratamos aqui como “mundo do homem” não diz respeito apenas aos reconhecidos corporalmente como homens, mas a um arcabouço maior, uma condição enunciativa amparada no masculino como detentor dos significados. Isso nos leva a duas considerações: a) Apesar de inerentemente essa designação se relacionar com a noção de patriarcado, vai além dela, pois trata do universo dos sentidos, das significações e não apenas da organização social representada pela figura do patriarca; b) Por isso mesmo, o “mundo do homem” não diz respeito apenas aos patriarcas, aos corpos significados como masculinos, mas a um mundo súnico em que a complexidade dos corpos e de seus discursos é abafada pela norma, mesmo que estejam inseridos em uma dinâmica de poder que possibilite suas produções. O Homem o qual nos referimos durante a maior parte do trabalho é o da norma falocêntrica, heteronormativa, patriarcal. Essa norma que é padronizada pela redução dos tantos sentidos que provém do corpo. Dessa forma, ressalta-se que os próprios sujeitos homens sofrem desta mesma norma, o que contribui para que nos afastemos dos binarismos conceituais e práticos a que utilizamos de hábito. Aliás, o hábito nada mais é do que a norma operando.

A mulher, então, é classificada, hierarquizada e adquire sentidos de acordo com um olhar dependente da aprovação de outro que tem como figura central o homem, como sugere a música *As loucas*, de Rita Lee, quando diz: “Para o jantar, as educadas. Para o noivado, as comportadas. Para um negócio, as poucas. Para uma sacanagem, as loucas.”. Ainda que seja idealizada, como em *Mulher*, de Erasmo Carlos em que ele diz “Sou forte, mas não chego a seus pés”, é sempre

através do olhar dessa alteridade que ela surge como categoria discursiva e como adquire sentido. É por isso que sua existência discursiva está não apenas sob uma condição de subordinação, mas sob uma subordinação específica que propicia a emergência de movimentos políticos baseados na luta pela liberdade da mulher. Assim, faz tanto sentido as reivindicações das mulheres a uma não sujeição, como Simone de Beauvoir assinala em seu *O Segundo Sexo* (2009). Enquanto a mulher não se pôr de forma autônoma como sujeita, só conseguirá prover sentido a partir dessa situação limitadora, podando suas potências e não atentando a seus devires em função da alteridade. Essa condição é fundamental para entender todas as diferenças que surgem a partir da lógica binária homem/mulher e daí os motivos para a luta feminista e seus modos de ativismo, engajamento e formulação teórica.

É com a chegada do século XIX, junto com a Revolução Industrial, que o discurso da ciência ganha cada vez mais destaque, desenvolvendo o pensamento cartesiano e essencialista – este, chave fundamental para tanto engendrar as figuras que denominamos “homem” e “mulher”, quanto para colocar essas figuras em situação desigual uma perante a outra. É parte mesmo das premissas da ciência um policiamento disciplinar dos saberes, e, por conseguinte, uma necessidade de classificação e hierarquização, como atesta Foucault (1988). Esse modo de pensamento é o que dá base fixa ao entendimento que apenas vê como homem aquele que tem pênis e mulher aquela que tem vagina. Estes são condicionados por características ditas naturais e que faz com que difiram. Viria daí o argumento que homens são mais fortes que mulheres, por exemplo. Esse pressuposto se vale de uma condição natural concebida como fixa e não mutável pela cultura. Ou seja, assume-se que o homem é mais forte como uma condição *a priori* e não se considera que, na verdade, um físico que explode (ou seja, que exalta músculos e assim, seria mais forte) é tanto um padrão de beleza que pode ser mutável de acordo com as condições culturais, quanto uma característica física que se desenvolve com mais facilidade nos homens, justamente pela maior capacidade de ser apreendido culturalmente e assim, mais trabalhado. Caso as mulheres (como as amazonas, as militares ou as piratas¹⁷) tivessem os músculos estimulados, a comparação homem/mulher, neste exemplo que considera a força sob uma concepção essencialista e concernente apenas aos homens, seria infundada, portanto, passível de ser confrontada.

¹⁷ Sobre isso, ler mais em: *Rainhas Piratas e Outras Senhoras do Mar* (2011), de Carla Garcia. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys20/aventura/carla.htm>. Acesso em: 11 mai. de 2017.

Com a maior estruturação desse tipo de pensamento, são naturalizados comportamentos socioculturais que não dependem fundamentalmente da condição biológica dos indivíduos, mas que são argumentados por esse viés. A argumentação que aborda o corpo de forma essencialista favorece que mulheres sejam colocadas em posição inferior ao homem, tendo em vista que em uma sociedade em ritmos de industrialização e intensificação da produtividade passa a se valorizar apenas aquilo que pode se configurar como aspectos masculinos: força, objetividade e virilidade, por exemplo. O que isso indica é um sufocamento de devires que costumam ser caracterizados como femininos, àqueles mais ligados à natureza, ao cuidado, ao lúdico e ao rítmico (PINHEIRO, 2013). Este sintoma se mantém e se reelabora nos séculos que seguem a Revolução Industrial. Como atesta Beauvoir:

A desvalorização da mulher representa uma etapa necessária na história da humanidade, porque não era do seu valor positivo, mas sim da sua fraqueza que ela tirava o seu prestígio; nela encarnavam-se os inquietantes mistérios naturais: o homem escapa do seu domínio quando se liberta da Natureza (BEAUVOIR, 2009, p. 131).

Há problemas pungentes em uma sociedade que privilegia um viés masculino em contraponto ao feminino (e daí nos valem de um entendimento do masculino como norma e de feminino tudo que, de certa maneira, fuja a essas normas). A rigidez e seriedade impedem os fluxos criativos, resultando em uma não aceitação do que é diverso ou do que é festivo, por exemplo. Isso, de maneiras várias, inflama as relações sociais, as tornando vulneráveis a posições extremistas, como a LGBTQIA+fobia¹⁸. Não à toa, ainda no começo deste século, mulheres que ousavam rir um pouco mais alto já eram consideradas ou histéricas (logo, tinham problemas psiquiátricos), ou putas (vendiam prazer e mereciam ser marginalizadas). O riso, nesse caso, um gesto menor, representaria um corte: a mulher desafiando o estabelecimento de uma ordem que a impedia de ser festiva ou de ser alegre. Quando é dito “Se não posso dançar, não é minha revolução” (frase atribuída à feminista anarquista Emma Goldman), de alguma forma fala-se que se a revolução não for feminina e desafiar também os ditos de uma sociedade caracterizada pela seriedade excessiva, não a diz respeito.

Não só argumentações amparadas no essencialismo do corpo contribuem para que não haja uma paridade homem-mulher. A Revolução Industrial e o capitalismo destacaram o pensamento cientificista, mas também dispuseram de arranjos materiais que ratificaram essa

¹⁸ Mais conhecida como “LGBT”, a sigla iniciou fazendo referência às lésbicas, gays e bissexuais (LGB). Com as revoluções constantes em torno da sexualidade e o surgimento de mais sujeitas e sujeitos em torno dessa temática, mais letras foram sendo adicionadas ao termo, sendo o “T” concernente às pessoas trans, “Q” às pessoas *queers*, “I” às pessoas intersexuais, “A” às pessoas assexuais” e o “+” para incluir outras especificidades que as demais letras não contemplem.

diferença. Ao colocar o trabalho como função central da vida, permitiram que a propriedade privada tivesse lugar central num conjunto de significações. Tem-se, então, o que Beauvoir, junto a Engels, chama de “família patriarcal baseada na propriedade privada” (2009, p. 101)¹⁹. O patriarcado, como foi dito anteriormente. O homem como autoridade principal é a figura do trabalho e líder da família. A propriedade é passada de pai para filho, enquanto à mulher é relegado o cuidado da casa.

Observa-se, aqui, um facto muito importante que não encontramos no curso da história: o direito abstracto não basta para definir a situação concreta da mulher; esta depende em grande parte do papel económico que representa (idem, p. 156).

Ressalta-se que apesar das contribuições do essencialismo e das condições materiais socioeconômicas para a opressão da mulher, elas não são o suficiente para explicar a condição enunciativa a qual permite que se mantenham discursos que circulam em torno da sujeição feminina. Porém, percebe-se a partir daí que por questões históricas, homem e mulher se distanciam ainda mais de uma condição de equivalência. São opostos que, engendrados em seus lugares discursivos, permanecem em uma lógica binária que paralisa os integrantes dessa premissa e exclui toda e qualquer forma de vida que fuja às suas idealizações, inclusive as e os sujeitos que não se encaixem nessa divisão.

No entanto, evidenciamos, o que está sendo considerado até este momento é um tipo específico de mulher: a mulher com vagina, branca e heterossexual, que não abrange outras intersecções. Outras mulheridades -- e ao utilizar esse termo pretendemos expandir a situação “mulher” para um exercício do feminino que circula dentre os corpos, como um “devir mulher” -- serão abordadas durante o trabalho em partes específicas para dar conta de suas particularidades. Ou seja, para as mulheres que são negras, trans, de periferia, com alguma deficiência ou/e que fujam aos padrões de beleza, como as mulheres gordas – enfim, todas aquelas que escapam do padrão normativo --, não existem apenas as opressões decorrentes do gênero atribuído. Na verdade, essas opressões se somam às outras as quais elas já vivenciam. Na premissa binária de homem/mulher, portanto, existem outras sujeitas e sujeitos que complexificam essa dialética, tornando-a, assim, insuficiente. A divisão dos seres humanos pelas categorias homem/mulher é algo que não parece mais estar dando conta, teoricamente e

¹⁹ Apesar de, nesse momento do texto, Beauvoir (2009, p. 109) estar expondo a opressão da mulher por meio do materialismo histórico, logo ela faz uma crítica ao chamar a atenção de que o problema da mulher como Outro não se reduz à sua capacidade de trabalho. Como existencialista que foi, ela argumenta que é impossível aprofundar certas questões se não se considerar que “o corpo, a vida sexual, as técnicas só existem concretamente para o homem na medida em que os apreende dentro da perspectiva global da sua existência”.

na práxis da militância, de uma multiplicidade de indivíduos que agora podem se fazer ver, pelas tantas lutas que resultaram em infiltrações nos regimes de visibilidade. Seria, então, além de um problema político e teórico, também um problema de linguagem. Se não ressignificados, estes termos não fazem sentido para quaisquer pessoas que não se identifiquem ao que eles sustentam e conservam.

É nessa condição de dualismo sem paridade que Beauvoir sustenta toda sua tese ao, como já vimos, considerar que a mulher é um Outro e que não possui autonomia como sujeito. Para a autora, a instância “homem” precisa dessa alteridade para legitimar seus poderes adquiridos por meio da opressão. A mulher “é para o homem uma parceira sexual, uma reprodutora, um objeto erótico, um Outro através do qual ele busca a si próprio” (BEAUVOIR, 2009, p. 107).

Para se entender o porquê de a dialética homem/mulher ser a base tanto da razão como dos entraves do feminismo, há que se compreender por que essa oposição existe, ao invés de uma possível complementaridade, uma conjunção em um postulado de equivalência. Com isso admitimos que esta condição binária seja fundamentada essencialmente pela marca da diferença que condiciona uma hierarquia, no qual homem seria o signo eufórico, o positivo, e mulher o sentido negativo, a disforia. Sem a mulher, então, a categoria “homem” não só não existiria como, se existisse sem a oposição, não faria sentido. É opondo o significado que há a legitimação de si, mesmo que haja forças operando para a disputa do sentido, como observamos na emergência de outros gêneros, ou ainda mais radicalmente, na recusa dos gêneros. O homem só se assume como tal e se constitui como um sujeito discursivo à medida que reconhece que não é mulher.

Homem	Mulher
A	Não A

Tabela 1 – Euforia e disforia na dualidade homem-mulher. Autoria própria.

O Iluminismo e suas pautas voltadas à educação e liberdade fornecem possibilidades emancipatórias às mulheres ao possibilitar novos agenciamentos discursivos. Mesmo que a Igreja estivesse proferindo seus discursos de inferioridade feminina e a suposta obrigação das mulheres em obedecer, o debate em torno da educação afetou-as, mesmo que essas não fossem consideradas como integrantes das mudanças que aconteceram na época. Por exemplo, a

*Querelle de femmes*²⁰, como é chamado o intenso debate que reconfigurou a posição crítica da mulher na sociedade do século XV ao XX, é uma quebra na cadeia discursiva que se tinha até então. As participantes da *querelle* se opuseram dialeticamente à misoginia, representando o que pode ter sido a primeira “tomada de consciência das mulheres” (GARCIA, 2015) como elementos significantes na dialética homem/mulher. Algo muito importante acontece com isso, pois ao se colocarem como sujeitas nesta oposição, as mulheres reúnem argumentos para disputar o sentido de tantas coisas que se restringiam a algo apenas masculino, a exemplo da capacidade de conhecimento e de escrita, da criatividade e da inteligência. Percebe-se, desde aqui, que os agenciamentos em torno do “masculino” e do “feminino”, fundamentalmente, são cambiantes. Nada é de forma estagnada, as coisas são de acordo com os agenciamentos discursivos. A disputa em torno dos regimes de verdade é, assim, imprescindível para qualquer luta política. Nesse sentido, essa perspectiva permitiu o reconhecimento de características que foram assumidas como femininas. Isso foi vital para o início da movimentação das mulheres, pois, no contexto do binarismo homem/mulher, não se almejava exatamente se igualar a seu opositor, mas reconhecer e destacar suas qualidades específicas como mulheres, atributos tais que eram desvalorizados, como a “ternura, o cuidado com as pessoas, a ocupação com tarefas menores – as tarefas domésticas” (BEAUVOIR, 2009, p. 29).

Mesmo que possa se problematizar essas características como essencialmente femininas, essa reivindicação é especialmente importante, pois parece ter sido esquecida por algumas vertentes do feminismo, como veremos no decorrer do trabalho. A oposição representa dois perigos sempre iminentes para as mulheres: a de se assumir um inimigo, aquele a ser derrotado e causas de todos seus infortúnios, neste caso, o homem – o que seria uma armadilha, pois a mulher ocuparia o lugar da opressão que a vitimizou, logo, não conjugaria com ideais de libertação; e o esquecimento de suas potências tanto criativas quanto políticas, essas advindas de suas potências afetivas -- todas fundamentais, malgrado de maneiras diferentes, para provocar fissuras e fomentar novas formas de subjetividade. Nesse aspecto, surge, mais uma vez, condições para se criticar a noção de “empoderamento”, tão admitida no discurso feminista e apropriada midiaticamente. A cilada consiste justamente nesta oposição: apesar do discurso para “empoderar” supostamente ser o de prover condições para que se desenvolva a autoestima

²⁰ Carla Cristina Garcia em seu livro *Breve História do Feminismo* (2015 p. 26) fala do feminismo desde as origens do mundo moderno. A *Querelle de femmes* seria um apontamento de um feminismo pré-moderno. Considerada como a célula mãe do movimento, foi um intenso debate no qual participavam “filhas, irmãs ou sobrinhas de humanistas que foram educadas por estes e se rebelaram contra aqueles que as prepararam para uma sociedade que proibia a entrada de mulheres”. Foi um momento de sucessivos debates os quais geraram tratados pedagógicos com questionamentos sobre a natureza e os deveres dos “sexos”.

da mulher, acaba por reproduzir uma condição dicotômica e que sustenta um estado de dominação de uma alteridade perante a outra.

É fundamental que as mulheres se percebam e se afirmem nessa categoria “mulher”. O reconhecimento é preciso para que não se esvazie a função política da categoria e para que o Homem não seja o único signo condizente ao ser humano, assim como quem condiciona o sentido de tudo e detém poderes que tornam qualquer alteridade um ser inferior. Problematizar a dualidade de gênero não significa voltar a recorrer ao modelo do homem universal, o Homem, esta concepção simplificadora que apaga as diferenças inerentes à existência. Significa, no entanto, o cuidado que deve ser fundamental nesta condição dialética, para se evitar uma cilada da diferença, como argumenta Antônio Flavio Pierucci (2013). O autor ressalta que é também por uma necessidade outra de diferir que se estabelecem discursos de exclusão, a exemplo dos racismos e chauvinismos. Ele explica: “O racismo não é primeiro rejeição da diferença, mas obsessão com a diferença, seja ela constatável ou apenas suposta, imaginada, atribuída.” (PIERUCCI, 2013, p. 26). Seria, portanto, um cuidado que se direciona a um não maniqueísmo²¹, à não elevação do lugar do inimigo, à não submissão à instalação de uma oposição que domina estruturalmente as e os participantes da dicotomia. Ao contrário, seria afirmar a diferença, mas de uma forma que saia do oposto, que desvende o “entre”, que consiga se infiltrar no território do devir. Pensar em uma diferença afirmada nesses pressupostos pode ser uma saída para evitar as ciladas da diferença²², sempre tendo em vista que:

Tratar as pessoas diferentemente e, assim fazendo, enfatizar suas diferenças pode muito bem estigmatizá-las (e então barrá-las em matéria de emprego, educação, benefícios e outras oportunidades na sociedade), do mesmo modo que tratar de modo igual os diferentes pode nos deixar insensíveis às suas diferenças, e isto uma vez mais termina por estigmatizá-los e, do mesmo modo, barrá-los socialmente num mundo que foi feito apenas a favor de certos grupos e não de outros. Ser diferente é um risco de qualquer maneira – é o que pretende nos dizer o dilema da diferença assim formulado (idem, p. 106).

Com efeito, para conseguirmos lidar com essas ciladas precisamos saber quais as condições enunciativas a que estamos submetidas. Desse modo, é possível pensar em agenciamentos outros que deem vazão ao pensamento da diferença de gênero como instrumento

²¹ Beauvoir já destacava que “Estabelecer um Outro é definir um maniqueísmo” (BEAUVOIR, 2009, p. 139).

²² O autor Flavio Pierucci (2013) trabalha a questão das diferenças principalmente pelo viés sociológico e voltado para uma visão macropolítica, o que não é o nosso caso. O que queremos é um olhar sobre a questão de gênero que aponte para novas possibilidades discursivas não dependentes de uma visão Estadocêntrica. Mas, que vá além desta representação de poder e se direcione a criação de subjetividades outras que sejam potentes para um fazer-feminista não ressentido e não dependente de instituições políticas que sempre tendem à exclusão. A despeito disso, Pierucci proporciona questionamentos pertinentes para a diferença como ponto de partida de risco de quaisquer políticas.

de descoberta de novas potências discursivas e não o contrário. Daí pensar como o dispositivo da sexualidade age e a necessidade de retomar a análise discursiva de Foucault.

1.2. Pensando com Foucault: o dispositivo da sexualidade, a biopolítica e o discurso

“Todos fazemos gênero o tempo todo, mas só paramos para reparar nessa performance quando ela está em desacordo com o que prega o sistema. Eis aí, então, o maior triunfo do sistema de gênero como forma de opressão: ele se faz invisível.”

Coletivo Não Me Kahlo

O dispositivo é toda uma rede de funções e regulamentações onde um discurso se materializa. Por conseguinte, o feminismo se situa em uma condição discursiva que possibilita a emergência de sujeitas e sujeitos que performam nessa dualidade. Ao falarmos em enunciado, nos referimos a elementos discursivos circulantes. Este, em inspiração estoica, seria como uma capa invisível que abriga os possíveis discursos de uma época. Não pertence, assim, a um enunciador ou enunciativa. O enunciado flutua e as sujeitas e os sujeitos não podem ser explicados antes dele, mas surgem por meio dele e, a partir disso, os agenciam. O dispositivo é, portanto, o resumo dos elementos heterogêneos dentro desse processo, como Foucault explica em sua *Microfísica do poder*:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 2017, p. 138).

Como não há detentor de um enunciado, é válido o adendo de que não são os homens, exclusivamente, os alvos únicos em um movimento que busca a emancipação da mulher. Estes, claro, não são mera representação. São identificados como sujeitos da opressão por encarnarem um conjunto de enunciados que colocam o masculino como significante principal da vida humana. Mas, como o discurso circula, não basta apenas a existência de pessoas com o “sexo masculino” para legitimá-lo. Há que se ter todo um arcabouço semiótico para fazer com que o discurso de uma possível superioridade do homem se estabeleça. Como o discurso circula e não é passível de ser identificado em apenas uma instância, é possível compreender o porquê de existirem mulheres e outros gêneros ou não-gêneros que reproduzem machismo, por exemplo – obviamente que de diferente forma e proporção que os homens. Também porque há toda a condição discursiva de um binarismo baseado na oposição e não na equivalência, como

explicado no tópico anterior, há a armadilha do discurso que coloca o homem como único alvo, inimigo unívoco, não se considerando toda a estruturação semiótica que possibilita a existência da injustiça exercida por uma sociedade fundamentada nos preceitos do machismo. Há que se atentar às ciladas da diferença.

Isso diz muito sobre publicações, ditos e brados feministas, os quais insistem em reivindicações amparadas na oposição, como em uma guerra dos sexos, caça e ódio anunciado ao inimigo. No âmbito do corpus desta pesquisa, um exemplo é o da página *Macho na Roda - Belém* que, após várias denúncias no Facebook, reservou suas publicações para uma página à parte²³, fora da rede digital. De caráter denunciativo, a iniciativa surgiu com o intuito de publicar relatos de mulheres que já haviam passado por episódios de machismo. Foi uma tendência que se espalhou por diversas cidades do Brasil – as páginas no Facebook podem ser encontradas com o nome *Macho na Roda* e a cidade a que se procura, apesar de muitas delas já terem sido apagadas ou substituídas. As publicações contêm as iniciais do homem responsável por qualquer que seja a violência relatada, além de demais características para que outras mulheres possam identificar a pessoa e, assim, se prevenir de eventuais abusos. Iniciativa bem-vinda, principalmente considerando as sucessivas violências a que mulheres estão sujeitas. Porém, por descuido das administradoras da página, os relatos começaram a ficar abertos e escusos demais. Qualquer história de insucesso de relacionamento era o suficiente para publicação, o que causou revolta, não só dos homens, mas também de outras mulheres que acabavam sendo expostas nos relatos amorosos. O que era para ser um contra-discurso acabou fomentando o discurso mesmo que oprime. Mulheres expondo outras mulheres e homens acusando a iniciativa como disparate. Os agenciamentos foram disputados e mesmo que, a princípio, tenham sido de serventia para denúncias verossímeis e de forte conteúdo que se agregaram às causas feministas, acabaram sendo usurpados para o interesse do machismo.

Pois bem. Vê-se com esse exemplo como é preciso um cuidado com os discursos, pensando em toda a maquinaria discursiva explanada por Foucault. Com esta noção, de que os agenciamentos são disputados, e tendo o corpo como viés de estudo, ele mesmo é entendido como um campo de disputa. Isso significa que o corpo é sujeito a uma governamentalidade que opera pelo biopoder: a biopolítica que visa controlar os corpos todos, inclusive e principalmente os femininos, de várias maneiras -- a partir de uma normatividade compulsória, que possibilita desde a sexualização naturalizada das mulheres, por exemplo, até um poder que opera diretamente sobre decisões individuais que passam a ser coletivas, como as concernentes à

²³ Disponível em: <https://machonaroda.tumblr.com/>. Acesso em 11 jun. de 2017.

reprodução, como no que é percebido na proibição do aborto. A biopolítica que dita os corpos autorizados à norma, portanto. Os corpos que podem viver e os que podem se deixar morrer.

O feminismo que escancara os corpos, tornando-os todos visíveis junto com suas demandas de emancipação, age no discurso, interferindo nas relações de força. Ao agenciar um discurso, age diretamente na coordenação e articulação dos elementos heterogêneos dispostos no dispositivo, também indicando um poder positivo que incita e conduz, como sustenta a tese foucaultiana. Mas, analisar o visível e o enunciável é também atentar que não há um isomorfismo entre essas duas instâncias. As palavras não reproduzem a forma das coisas e nem o contrário. O movimento feminista também está sob essa condição enunciativa, por isso só pode agir a partir dos enunciados que flutuam na época, e nem sempre o que é dito no movimento é diretamente relacionado a um enunciado só. Por isso que a análise deve ser constante nas formas de militância para que se chegue a uma reflexão mais densa, que estructure possibilidades discursivas que apontem para formas de poder producentes para o movimento.

Não há que se reivindicar apenas formas estatais de emancipação feminina, mas também não se deve esvaziar o discurso a ponto de não perceber que há poderes operando mesmo em discursos que pareçam indicativos de independência e autonomia, como, no discurso neoliberal que, como já falado, publiciza o “empoderamento” como se fosse algo desvinculado de condições estruturais que norteiam e condicionam toda a convivência em coletividade. Um desafio para o feminismo, então, seria encontrar esse espaço de experiência, um entre que transita e ao mesmo tempo consegue se infiltrar nas cadeias discursivas das duas instâncias, mas que não se contamine por elas: as subverta e as transforme em outra coisa que configure o inconsciente de saber da época. Há que se valer da premissa positiva do poder. Produzir agenciamentos discursivos favoráveis à luta.

Para isso, é importante entender como se opera esse dispositivo da sexualidade e como o sexo se tornou central no discurso pela incitação de um poder positivo, ou seja, que produz e, por isso mesmo, se ancora em uma positividade. Mais uma vez, devemos descobrir “a vontade de saber” que serve tanto como suporte como instrumento do dispositivo da sexualidade, que não só rege os prazeres e o desejo, mas também estabelece as e os sujeitos participantes da dinâmica social e suas maneiras de participação. É por isso que se tem uma sexualidade a qual encarna na fêmea o elemento receptivo da força e no macho o elemento ativo ou espontâneo. É porque há um regime de poder-saber-prazer que opera nessa dualidade.

A mulheridade é produzida e incitada ela mesma, justamente para ser controlada. Ao negar a hipótese repressiva da sexualidade, Foucault atenta para a necessidade de se regular os

discursos em uma espécie de policiamento do sexo, isso desde a instituição de uma sociedade disciplinar. A maneira como cada qual usa seu sexo é de interesse de um poder que visa produzir ausências e falhas para poder operar no âmbito da rejeição, exclusão e recusa. Um poder negativo, como dissemos há pouco. O Direito, nesse sentido, é o aparato para exercício do poder e a formulação de leis na verdade se torna mais uma maneira de controlar e de exercer a violência para proveito de alguns do que para garantia de direitos individuais e coletivos. A enunciação de uma lei, por conseguinte, denota um regime de verdade o qual dita quais corpos são “úteis” e “inteligíveis”, conforme explanação da filósofa feminista Susan Bordo para destacar como a maneira que o corpo se insere no campo social é adaptada para os moldes da sociedade:

O corpo inteligível abrange nossas representações científicas, filosóficas e estéticas sobre o corpo — nossa *concepção* cultural do corpo, que inclui normas de beleza, modelos de saúde e assim por diante. Mas as mesmas representações podem também ser vistas como um conjunto de regras e regulamentos *práticos*, através dos quais o corpo vivo é "treinado, moldado, obedece, responde", tornando-se, em resumo, um "corpo útil", socialmente adaptado (FOUCAULT apud JAGGAR, BORDO, 1997, p. 33).

No entanto, há estados de poder que fazem com que ele esteja em todas as partes e, como onde há poder há resistência, todo o aparato discursivo é atravessado por clivagens, pontos de resistência, que fazem ser possível a produção de subjetividades e mudanças de *status quo*. Apesar dos corpos serem organizados e catalogados para o exercício do poder, aqueles que fogem à regra encontram meios de existirem apesar de. Sobre o dispositivo da sexualidade,

[...] mesmo que se apoie localmente em procedimentos de interdição, ele assegura, através de uma rede de mecanismos entrecruzados, a proliferação de prazeres específicos e a multiplicação de sexualidades disparatadas. (FOUCAULT, 1988, p. 48).

Estas sexualidades disparatadas encontram espaço no feminismo, como um movimento que reivindica direitos de gênero, para se fazer ver e, de alguma forma, criar resistência contra um biopoder que visa reterritorializar os corpos de acordo com seu interesse, o qual corresponda ao cálculo das instituições. Não é à toa que o movimento feminista se concatena com a teoria *queer*. O primeiro questiona uma sexualidade normativa, assim como o movimento *queer*, o qual chega mesmo ao limite da reivindicação de um não-gênero, uma recusa aos estigmas que circundam a estrutura corporal em relação à sexualidade.

Abafar a existência de corpos que fujam a uma lógica instaurada da sexualidade é resultado de um regime de verdade que forma dispositivos de saber-poder. A disciplinarização

dos corpos se vale de um contexto social de extrema produtividade. A verdade desse tempo, portanto, se volta ao sucesso como resultado da produção. O corpo disciplinado, então, seria como uma estratégia para não afetar a produtividade. Corpos lúdicos, festivos e subversivos não seriam do interesse de um sistema que prima pela disciplina e rigor das práticas fabris para o desenvolvimento das atividades capitalistas. O movimento feminista sabe que é preciso atender a isso. Porque daí se constroem normatividades que enclausuram as mulheridades tanto em caixas normativas de linguagem como em interdições que indicam sua sujeição ao patriarcado. É nessa produção positiva de normas que corpos subvertidos e pervertidos seriam considerados a “loucura do sexo”. Também a heterossexualidade, como norma intrínseca aos corpos, nasce dessa construção.

É nesse aspecto que se tem o Direito como legitimação do poder. Em sua genealogia, Foucault atesta que, desde a Idade Média, o poder sempre se formula por esse viés nas sociedades ocidentais. O sistema criado para atestar os direitos dos ditos cidadãos tem uma lógica perversa, a qual ratifica a autoridade mesmo quando essa é uma “maneira de exercer a violência, de anexá-la em proveito de alguns, e fazer funcionar, sob a aparência da lei geral, as dissimetrias e injustiças de uma dominação” (FOUCAULT, 1988, p. 85). Mas, como o autor também destaca, o Direito e suas materializações institucionais são apenas formas terminais do poder. Há que se dar conta dos jogos de força que operam na constituição de um poder, uma correlação que forma cadeias ou sistemas ou defasagens e contradições. Sendo assim, quais seriam as forças em jogo no discurso feminista? Quais seriam os “focos locais” de poder-saber? Há como se reverter o poder negativo para um poder positivo favorável ao movimento?

Em sua história da sexualidade, Foucault atesta como os discursos sobre a homossexualidade produzidos pela psiquiatria, a jurisprudência e a própria literatura, apesar de terem sido utilizados para o controle e condenação social, criaram as condições necessárias para a reação. Foi assim que “a homossexualidade pôs-se a falar por si mesma, a reivindicar sua legitimidade ou sua ‘naturalidade’ e muitas vezes dentro do vocabulário e com as categorias pelas quais era desqualificada do ponto de vista médico” (idem, p. 96). É um jogo de forças, como já falamos. E quando uma força se expõe, dá condições para que outra reaja. O feminismo deve permanecer se atentando a isso, se valer dos discursos hegemônicos para criar agenciamentos em cima deles, os quais mudem as articulações que condicionem sua subjugação. A visão do autor faz com que haja a consciência de um poder negativo, e por isso a necessidade da resistência, mas esta inspirada também em um poder que positiva e por isso que abre as possibilidades para novas articulações discursivas.

Ainda na mesma página, Foucault destaca:

É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo (idem, p. 96).

É por isso que ele diz que é preciso interrogar o discurso por dois níveis: o de sua produtividade tática, ou seja, quais efeitos recíprocos de poder e saber proporcionam; e de sua integração estratégica, pensando qual conjuntura e que correlação de forças torna necessária sua utilização. No século XIX, os quatro grandes conjuntos estratégicos que envolvem dispositivos específicos de saber e de poder a respeito do sexo são a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo da criança, a socialização das condutas de procriação e a psiquiatrização do prazer perverso. Pensar quais seriam os conjuntos que condicionam os dispositivos atualmente seria um caminho para pensar os corpos e seus gêneros (ou não-gêneros) e a partir daí escolhas discursivas que possam encaminhá-los à emancipação.

O sexo como origem de todo um capital da espécie e passível de ser administrado, portanto, faz parte desse dispositivo da sexualidade. Mas, vale a ressalva de que esse dispositivo opera de maneiras diferentes de acordo com as condições materiais. Como atesta Foucault, ele passou a agir primeiramente na classe burguesa, como um corpo para ser cuidado e, por isso, as técnicas para maximizar a vida. A exaltação da diferença, como falado anteriormente e sua consequente necessidade de distância, fez com que houvesse uma espécie de corpo “de classe”, com uma saúde, higiene, descendência e etnia distintas. A burguesia investiu nele “supondo que tinha efeitos inelutáveis sobre sua descendência; entregou-lhe a alma, supondo que era ele que constituía o elemento mais secreto e mais determinante da mesma” (idem, p. 117). No contexto desta pesquisa, essa constatação é importante, pois desencadeia reflexões importantes para os feminismos que se desenvolvem a partir de uma visão interseccional. A mulher que é diagnosticada como ociosa, nervosa ou histérica é caracterizada assim a partir de um referencial das classes burguesas, sua estética e política próprias do corpo. Já na passagem de uma sociedade disciplinar para uma sociedade de controle, dentro da biopolítica das condutas, o dispositivo da sexualidade diz respeito ao cuidado de si como regulação da vida. Já as que estão fora desse contexto socioeconômico devem se preocupar exclusivamente com o uso de si, ou seja, sua produtividade econômica. Em uma sociedade com governamentalidade biopolítica, do fazer viver e deixar morrer, essas duas formas de controle são exponenciais de uma sexualidade sempre em vigilância.

Pesquisas feministas têm se valido das análises foucaultianas, como ilustrado no livro *Foucault, Feminismo e Subjetividade*, de Margaret A. McLaren (2016), e no artigo de Margareth Rago, *O feminismo acolhe Foucault* (2014). Para Rago, suas teorias “Possibilitam, portanto, discutir tanto as tecnologias do poder que capturam corpos e subjetividades femininos, quanto pensar as práticas da liberdade, as resistências e transgressões criadas pelos feminismos contemporâneos” (RAGO, 2014, p. 30). Não é à toa que Judith Butler, umas das mais debatidas autoras contemporâneas tenha se inspirado no autor para indicar seus problemas de gênero. Pensar a luta das mulheres tendo esse arcabouço de fundo faz com que não deixemos de relacionar as pautas concernentes ao movimento com um dispositivo discursivo que opera nelas. Se é a partir dos enunciados que os sujeitos surgem, quais os enunciados que fazem com que surjam as identidades? Quais corpos são emblemáticos nesse debate? E mais, como a discussão em torno do gênero se configura nesse aspecto? É disso que trataremos a seguir.

1.3. Corpo e gênero

“Nessa ordem de ideias, aponta-se para a necessidade de fusão dos valores patriarcais (masculinos) com os valores matriarcais (femininos), e não a substituição de um pelo outro, pois ambas as ‘unilateralidades’, isoladas, não se bastam. Exigem recíproca complementaridade. A partir desta fusão, talvez poderá ser construída uma nova ordem, fundada na complexidade.”

Nelly Novaes Coelho

Como vimos, Foucault, com sua história da sexualidade, com sua visão diferencial de um poder não centralizado e com sua teoria do discurso, foi de grande serventia para o movimento feminista, apesar de algumas feministas o acusarem de um pensamento androcentrado²⁴. Apesar dessas críticas, pensamos que o autor agiu em suas condições enunciativas e foi de extrema relevância para as reflexões em torno do gênero que se deram a seguir. Autoras expoentes desses estudos atualmente, a exemplo de Butler (2015) e Preciado (2014)²⁵, foram

²⁴ Como já falado, Margaret A. McLaren (2016) põe em discussão toda a obra de Foucault diante à teoria feminista. Junto com McLaren, pensamos que há convergências entre os projetos teóricos feministas e Foucault, a saber, a identificação do corpo como um ponto de poder - o poder é local e está em todo lugar; a ênfase no discurso; e a crítica do privilégio do masculino e sua proclamação dos universais no humanismo ocidental (p. 13). Para a autora, e aqui fazemos coro a ela, essas combinações entre Foucault e o feminismo são o suficiente para usarmos a obra do autor e nos mantermos coerentes aos compromissos centrais do movimento, que seriam eles: “(1) recursos para mudanças políticas e sociais para pôr fim à subordinação da mulher, (2) relação ente teoria e prática, (3) relevância da experiência e (4) acessibilidade.” (p. 31)

²⁵ Na edição da obra consultada, Preciado ainda se identificava como Beatriz Preciado, apesar de já usar os pronomes masculinos. Hoje, o autor se intitula Paul B. Preciado. Como neste trabalho pretendemos realizar algumas subversões linguísticas, talvez ela apareça no feminino, como agora, ao falarmos de autoras, no feminino.

influenciadas pelos estudos foucaultianos e elaboraram suas teorias a partir daí. Enquanto Butler investe na categoria de discurso de Foucault para elaborar sua teoria performativa de gênero, Preciado se vale da noção foucaultiana de tecnologia para escapar à compreensão redutora da técnica como um conjunto de objetos. Seu esforço é, portanto, para indicar um dispositivo complexo de poder e de saber que regula os enunciados de verdade em torno da sexualidade. É nesse sentido que ele constrói seu *Manifesto contrassexual*, investindo no dildo como potência revolucionária, indo de contra a uma sexualidade que opera apenas em torno dos órgãos genitais.

Em coerência a esses estudos, assumimos que a linguagem e o discurso aparecem como muito mais determinantes de uma categorização do gênero do que a biologia. Assumir que a constituição de um ser “mulher” perpassa rituais culturais e linguísticos que perpetuam um gênero por repetição é enriquecer uma análise crítica que não se enclausura em reducionismos, mas que assimila que a univocidade na interpretação do termo “mulher” tem apresentado entraves para a teoria feminista, principalmente no que diz respeito ao risco de se estabelecer uma categoria com os mesmos preceitos do Homem, só que com um novo nome, Mulher. É por isso que logo no começo de sua obra *Problemas de Gênero* (2015), Butler problematiza a identidade definida da sujeita do feminismo – esta entendida como aquela que compreende a categoria “mulheres”.

Para Butler, ainda que se coloque o substantivo no plural, não se consegue abranger todas as intersecções políticas e culturais que também são produzidas e mantidas dentro da noção de gênero. Por se simplificar a noção de “mulheres” como sujeita do movimento feminista, tem-se uma armadilha: estas que se colocam como enunciadoras do movimento são reprimidas pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação. Ou seja, a categoria “mulher” é regulada ela mesma pelos sistemas jurídicos e discursivos de poder, em sua formação, definição e reprodução, de acordo com a orientação discursiva dessas instâncias.

Quando no Facebook, uma das páginas diz que a revolução só será se for feminista²⁶, surge o questionamento: será que esse feminismo a que se referem promove uma auto-crítica

Sobre isso, ressaltamos aqui que o intuito não é inviabilizar sua então identidade de gênero, mas fazer um esforço de retirar o masculino como pronome neutro e assim, significador do todo. Não se trata também de substituir um signo por outro e continuar fomentando a mentalidade binária, como temos argumentado. Mas sim, de brincar com a língua para promover deslocamentos de pensamento durante a leitura. Uma espécie de brincadeira que, cremos, Paul Preciado inclusive poderia achar proveitosa em virtude de seus estudos questionadores de uma sexualidade engendrada em padrões normativos.

²⁶ “A revolução será feminista ou não será.” Assim se apresentava uma página no Facebook intitulada *Feministas Revolucionárias* – uma das mais de 100 já encontradas com a temática feminista na rede digital. Após verificação, vimos que a página, a qual tinha mais de 630 mil “curtidas” (mecanismo do Facebook que faz com que as usuárias

persistente, de forma que se questione esse sujeito, ou, no caso, sujeita, por trás da teoria? Sabe-se, de acordo com as argumentações de Butler, que a busca de uma representação pode ser tanto operacional como normativa. A preocupação da autora, no entanto, é que a problematização da representação não alcance o discurso, ou seja, de que se opere a representação em busca de visibilidade e legitimidade às mulheres como sujeitas políticas, mas não se alcance uma crítica à linguagem, lugar onde se revela e se distorce o que é tido como verdadeiro sobre ser “mulher”. Neste aspecto, sua crítica alcança a própria política da representação, pois esta regula a vida política de forma negativa, à revelia de uma perspectiva prática, mas do ponto de vista teórico-político: limitando, proibindo, regulamentando e controlando as representações de acordo com seus interesses, sob o pretexto de “proteger” aos indivíduos. No âmbito do gênero, essas e esses sujeitos seriam produzidos com “traços de gênero determinados em conformidade com um eixo diferencial de dominação” (BUTLER, 2015, p. 21), ou seja, presumivelmente masculinos.

O problema não se encerra aí. Considerar uma sujeita estável e permanente nos discursos feministas é também presumir “a ideia de que a opressão das mulheres possui uma forma singular, discernível na estrutura universal ou hegemônica da dominação patriarcal masculina” (idem, p. 21). Ou seja, um feminismo que considera a unidade de uma sujeita não só é ineficaz ao não acolher outras sujeitas que não esta, estável e substancial, mas também se perde nas suas problematizações e na identificação de quem (ou o quê) exerce as opressões de gênero. Um apontamento pertinente de Butler é que aplicar uma base universal, inclusive para o patriarcado, é uma forma de colonizar uma cultura distinta da qual se fala. O esforço de identificar um inimigo singular pode resultar em outras relações de subordinação, sejam elas heterossexistas, raciais e/ou de classe, etc. – crítica essa tão presente com a emergência dos feminismos interseccionais. Sendo assim, seu objetivo crítico é formular, no interior de uma estrutura constituída, uma crítica às categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam.

Essas regulações estruturais invocam e fazem invocar o que a autora chama de ordem compulsória do sexo/gênero/desejo. Enquanto na concepção jurídica o gênero é concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado, a própria constituição discursiva do sexo é problematizada pela autora, impulsionada também por outras teóricas expoentes do feminismo que já faziam esse questionamento mesmo que com outra abordagem, a exemplo da própria Simone de Beauvoir, a qual defende que, na verdade, o corpo é uma

recebam o conteúdo em sua *timeline*), foi desativada e replicada em diversas outras páginas, ratificando o caráter de emergência e fluidez das redes digitais.

situação e não uma facticidade anatômica pré-discursiva (2009, p. 76). O “tornar-se mulher” se sucede, então, sob uma compulsão cultural, sob uma experiência discursivamente condicionada e legitimada por estruturas de poder baseadas em estruturas binárias e que quando alcançam seus limites se tornam indiscerníveis. É a isso que Preciado (2014) se refere quando fala de “uma espécie de imperativo que impõe a coerência do corpo como sexuado” (p. 128). Para o autor, a identidade sexual se define, sempre e cada vez mais, em relação a um “*a priori* anatômico-político” e não exatamente a partir de dados biológicos, configurando inclusive, uma identidade sexual produto de uma tecnologia biopolítica custosa. As cirurgias de reatribuição de sexo, ele exemplifica, são o limite da “arrogância do discurso heterocentrado”, formas políticas de censura sexual. Em seu livro, o exemplo das pessoas intersexuais e transexuais põe esse imbróglio à vista quando mostra que qualquer mudança de denominação de sexo exige, literalmente, o recorte físico do corpo. Por isso, para o autor, a interpelação dos gêneros não é somente performativa, como argumenta Butler, mas faz corpos, são próstéticos. É “a materialidade do poder se exercendo sobre o próprio corpo dos indivíduos” (FOUCAULT, 2017, p. 82).

“Homem” e “mulher” seriam, portanto, o que Judith Butler chama de “gêneros inteligíveis”: aqueles que são assimilados de acordo com as regras socioculturais, que fazem sentido, principalmente, pela repetição dos discursos que os definem. São aqueles significados por órgãos sexuais como zonas geradoras da totalidade do corpo, como explica Preciado (2014, p. 130). Estes e estas são sujeitos e sujeitas embasadas por uma metafísica da substância²⁷, presumidos como pessoas substantivas com um atributo individual que os tornam essencialmente algo e que se manifestam em uma matriz cultural na qual certos tipos de “identidade” não possam existir (aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não decorrem nem do “sexo e nem do “gênero”). No posicionamento feminista baseado nessa metafísica, o gênero seria como um atributo da pessoa, marcado como uma substância, um núcleo, geralmente amparado no sexo como signo totalizante do sujeito. Em contrapartida, uma posição feminista de relação teria um movimento diferenciado no qual o gênero se refere sempre às relações construídas em que é determinado, um fenômeno inconstante e contextual, um ponto relativo de convergência entre relações cultural e

²⁷ Butler utiliza a expressão em uma associação com Nietzsche, quando na crítica contemporânea do discurso filosófico. A metafísica da substância seria o pensamento de diversas ontologias filosóficas que caíram na armadilha do “Ser” e da “Substância” pela crença em uma formulação gramatical de sujeito e predicado pertencente a uma realidade ontológica anterior. As categorias “psicológicas” (eu, indivíduo, pessoa) seriam todas derivadas da ilusão de uma identidade substancial, portanto - o que auxilia a autora a desenvolver sua crítica em torno da identidade de gênero (BUTLER, 2015, p. 49).

historicamente convergentes. Não à toa Beauvoir declara que o corpo feminino deve ser a situação e o instrumento da liberdade da mulher, e não uma essência definidora e limitadora (2015, p. 35). Mesmo falando em seu contexto²⁸ e antes dos tantos feminismos surgirem, impulsionados principalmente a partir da formulação da categoria de gênero na segunda onda do feminismo, a autora já apontava problemas para um pensamento que apreende o corpo como nuclear.

1.3.1. O problema do sujeito e a subversão da identidade

Basta entrar em contato com as páginas e grupos de discussão sobre feminismo que se tem um panorama geral dos discursos entrelaçados no contexto do movimento. O conflito da sujeita-substância é aparente e inclusive resulta em *fan pages* próprias para reivindicar um lugar de fala que contempla apenas aquela “mulher” considerada uma das dualidades do par binário da sexualidade. Nesse sentido, como já foi visto, a sujeita enunciadora nesses tipos de publicação seria aquela que é na medida em que não é o outro gênero. Seria, então, mulher por não ser homem. Sua unidade exige uma heterossexualidade estável e oposicional e sua possibilidade de gênero apenas se configura em relação ao masculino. O feminino, esse “Outro” abstrato, não é vislumbrado nessa perspectiva. Há uma ilusão do feminino, uma alegoria repetida a qual só existe pela subjunção ao que se tem como masculino, que não alcança o que se necessita para uma verdadeira problematização do gênero.

No discurso das redes digitais, tem-se chamado essas feministas de “feministas radicais”²⁹, proveniente do termo em inglês “*rad fem*” - apesar de sua radicalidade só poder ser atribuída à

²⁸ Vale ressaltar, mais uma vez, que mesmo Simone de Beauvoir sendo uma das figuras mais icônicas do feminismo, seu estudo seguiu segundo o pensamento existencialista. Dessa vez fazemos essa ressalva para não se confundir os estudos de gênero de Butler e Preciado, por exemplo, com a abordagem de Beauvoir. “O Segundo Sexo” foi uma das obras inspiradoras para o que se chama de terceira onda do feminismo, quando o feminismo se fortalece como teoria, mas, foi publicada mais de duas décadas antes da consolidação da segunda onda, em 1949. Ou seja, há a ressalva para a temporalidade da obra e sua fundamentação teórica. O existencialismo de Beauvoir veio como reação à teoria socialista, a qual não dispunha de uma formulação teórica que desse conta de tratar dos indivíduos e de suas experiências históricas de modo subjetivo. Para a autora, a opressão às mulheres não seria característica própria de um sistema ou outro (capitalista ou socialista). Portanto, intervir na propriedade ou na economia não seria suficiente para transformar a dialética homem/mulher. Ter-se-ia, na verdade, a mesma dialética, mas em outras expressões institucionais. É por isso que ela defende que a mulher como alteridade deve ser pensada antes mesmo dessas questões, pois “só em relação com a sua subjetividade é que emancipação ou libertação podem ter significado” (NYE, 1995, p. 101).

²⁹ Quando falarmos das *rad fems* usaremos “feministas radicais”, entre aspas, para estas não serem confundidas com as feministas radicais da segunda onda, as quais foram explanadas na introdução do trabalho. Apesar das “feministas radicais” terem se valido de premissas do feminismo radical dos anos 1960/1970, como o escracho e constrangimento de homens e instituições, o contexto sócio-político, marcado principalmente pela intolerância, em que as “feministas radicais” estão inseridas não pode se equivar com o aquecimento dos discursos de

agressividade do discurso, pois este segmento não pode ser considerado radical no sentido de transformação já que perpetua a matriz heterossexual a qual se critica neste texto. À essa vertente do feminismo brasileiro tem se atribuído uma perspectiva materialista histórica reduzida a ela mesma, na qual se considera as práticas, a instituição e o status construídos da linguagem como “bases materiais” da opressão da mulher. Nessa linha discursiva, por exemplo, há fortes críticas das mulheres cisgênero às mulheres transgênero, por presumirem que estas, por serem dotadas de um aparelho biológico identificado e categorizado como masculino, não podem se colocar na posição de mulher. Em um evento promovido pela Marcha das Vadias do Rio de Janeiro para debater o turismo sexual e a regularização da prostituição, em meio às Olimpíadas, as participantes mulheres trans foram acusadas de serem “homens fetichistas” e, por isso, não deveriam estar em um lugar de fala que busca problematizar a mercantilização do corpo da mulher.



Figura 2: Embate com as *radfems*.

Resposta de uma feminista que apoia a presença das mulheres trans no debate do feminismo à interpelação de uma “feminista radical”. **Fonte:** Página do evento sobre turismo sexual citada acima. Disponível em: https://www.facebook.com/events/1789641187922520/?active_tab=posts Acesso em: 27 jun. 2016.

Percebe-se mais uma vez que os entraves concernentes ao feminismo ultrapassam a política, pois também são linguísticos e estruturais. Linguísticos, pois a prática feminista também se expressa pela linguagem, cerne dos discursos e de onde o sujeito surge. Esse entrave se percebe quando as “feministas radicais” não conseguem denominar como “mulheres”, por exemplo, as mulheres trans. E estruturais, porque são vinculados a instâncias enunciativas a que certos discursos são vinculados. No exemplo da figura acima, é percebido como a resposta à participação das mulheres trans no debate promovido pela Marcha das Vadias foi proferido em mesma estrutura discursiva que a bancada evangélica do Congresso brasileiro utiliza. Os

libertação feminina em época de revolução cultural do feminismo radical de outrora. Esse imbróglio entre denominações, inclusive, nos é rico no sentido de que mostra como os agenciamentos são disputados e capturáveis, não permanecendo na mesma instância de sentido de qual emergiu.

agenciamentos são os mesmos. Daí que a reação à intervenção das *rad fems* foi identificando este problema disparador de várias outras questões.

Pois bem. Estes entraves só poderão ser superados quando houver a consciência crítica das práticas reguladoras da coerência do gênero. Segundo Butler, assimilar isso é notar que o gênero é um efeito substantivo e performativamente produzido. O que é tido como identidade, na verdade é efeito – um esforço para restringir a produção de identidades e representações em conformidade com o eixo da matriz heterossexual. Se sexualidade e poder são coextensivos, a sujeita estável e substancial defendido pelas “feministas radicais” não tem possibilidade de existir e de ser verossímil, pois essa sujeita não pode ter acesso a uma sexualidade que esteja em algum sentido “fora”, “antes” ou “depois” do próprio poder e das estruturas que o compõem para sua realização e efetividade.



Figura 3: Postagem da fan page Feminismo Radical Didático.

As enunciadoras criticam o machismo e o lugar de fala do que elas consideram ser uma mulher trans, recorrendo ao sexo como substância. Após verificação do perfil a que foi respondida a crítica, viu-se que Hugo Nasck considera-se ser de um gênero neutro. **Fonte:** <https://www.facebook.com/feminismoradicaldidatico/posts/1715402652057352> Acesso em: 27 jun. 2016.

Neste outro exemplo, não é à toa que as “feministas radicais” recorram ao argumento da pessoa que escreveu o *tweet* ter pênis, e também não é à toa que a pessoa dê palpite sobre como deve se portar o corpo da mulher. Como evidencia Foucault, o ponto de aplicação de todo poder é sempre, em última instância o corpo. Ou seja, ele é físico, material. Mesmo que as duas enunciações sejam de pessoas que estejam em meio ao debate do gênero, o que há nos argumentos é apenas a replicação da norma. Hugo Nasck investe na normatividade no que tange o feminino, utilizando o estereótipo da mulher para exigir certa conduta, aquela que é aprovada

e sancionada -- mulheres de salto, vestidas segundo uma estética específica. O equívoco está no fato de que a mesma norma a que Hugo reivindica é a mesma a qual pode agir sobre seu corpo. O neutro sempre tende à norma. Mesmo que ele se identifique como um gênero neutro, agindo em sua suposta neutralidade age em função do “mundo dos homens”, portanto. Em contraponto, as “feministas radicais” utilizam desse disparate para argumentar seu viés essencialista, no sentido do pênis como signo totalizante do corpo e disso ser um entrave à sanção de Hugo poder argumentar sobre o que é ser mulher, fazendo com que essa aproximação imperfeita seja em benefício do sistema. Como argumenta Preciado (2014, p. 30), “todo acidente sistemático (homossexualidade, bissexualidade, transexualidade...) deve operar como a exceção perversa que confirma a regra da natureza”. Nessa troca de farpas “*facebookiana*” não se chega a lugar algum. Ou melhor, volta-se ao mesmo lugar. À censura do sexo, à ratificação dos engendramentos “homem” e “mulher” e à utilização da matriz heterossexual. Não há fuga discursiva de nenhum dos lados. Nem do dito feminismo, o qual poderia fomentar a libertação da mulher e por consequência dos outros gêneros, questionando toda a matriz que opera no entendimento dessa categoria, e muito menos de Hugo, autodenominado como neutro, mas que na verdade ratifica os mesmos agenciamentos discursivos a que ele pode estar sujeito. Esse tipo de imbróglio é persistente nas conversações no Facebook e indica o que também sugere Simone de Beauvoir ao reconhecer a que os corpos e suas sexualidades são submetidos:

Não é enquanto corpo, é enquanto corpos submetidos a tabus, a leis, que o sujeito toma consciência de si mesmo e se realiza: é em nome de certos valores que ele se valoriza. E, diga-se mais uma vez, não é a fisiologia que pode criar valores. Os dados biológicos revestem os que o existente lhe confere (2009, p. 78).

Qual seria a saída, então, se somos sujeitas inseridas nessas mesmas estruturas que nos regulam? É improvável operarmos fora dessa matriz de poder, mas, como sugere Butler, é possível e pertinente que se opere criticamente nas relações de dominação provocando um deslocamento da lei. Há que se valorizar e se reconhecer que tudo o que desafia o gênero como substância nuclear e monolítica é uma forma de intervenção política -- denúncia e deslocamento das reificações criadas pela dualidade macho x fêmea. Para o feminismo, é preciso encarar o fato de que “mulher” é um devir, uma estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos. Por isso, é preciso desconstruir a aparência substantiva do gênero e tudo o que causa estranhamento deve servir como reflexão crítica a fim de identificar em qual matriz se insere o posicionamento da sujeita.

O desejo masculino, regulador da ordem social e moral, não pode continuar dominando o discurso feminista por meios de um essencialismo que enclausura, em que tudo o que fuja à lógica binária seja estigmatizado como anormalidade. Retomando a frase “A revolução será feminista ou não será.”, apresentada como texto de entrada na *fan page Feministas Revolucionárias*, pode-se adicionar um complemento crítico a fim de contribuir para a luta feminista. A revolução será feminista se se subverter a “mulher”, ou não será.

1.3.2. O uso do corpo como contraconduta e seus riscos

“Porque o ideal de mulher branca, sedutora mas não puta, bem casada mas não nula, que trabalha mas sem tanto sucesso para não esmagar seu homem, magra mas não neurótica com a comida, que continua indefinidamente jovem sem se deixar desfigurar por cirurgias plásticas, uma mamãe realizada que não se deixa monopolizar pelas fraldas e pelos deveres de casa, boa dona de casa sem virar empregada doméstica, culta mas não tão culta quanto um homem; essa mulher branca e feliz, cuja imagem nos é esfregada o tempo todo na cara, essa mulher com a qual deveríamos nos esforçar para parecer – tirando o fato de que elas devem ficar de saco cheio com qualquer coisa -, devo dizer que jamais a conheci, em lugar algum. Acredito até que ela nem mesmo exista”.

Virginie Despentes

A maquinaria discursiva é complexa. A cooptação de agenciamentos discursivos é sempre uma possibilidade, pois os enunciados circulam, cambiam em instâncias discursivas diversas. É por isso que a mulher feia, raivosa, peluda, destoante de qualquer ideal de feminilidade deixou de ser o único signo operante no que diz respeito às sujeitas do feminismo. Esse agenciamento, apesar de ainda persistir de alguma forma, remodela-se. A mulher feminista nas redes digitais é a mulher “empoderada”, consciente de suas opressões, dona de suas escolhas, problematizadora, preocupada com a sororidade³⁰, “lacradora”, que “não passa pano pra macho” e que grita “Meu corpo, minhas regras!”³¹. Uma tentativa de se desvincular de amarras do poder sempre operantes de várias maneiras. Isso é clamado, pois, sabe-se que o

³⁰ O termo é uma tentativa de tradução de *sisterhood*, uma espécie de irmandade de mulheres. A proposta é substituir a palavra “fraternidade” (*brotherhood*), um termo apontado como minado de masculinidade. A sororidade encontra muitos problemas com a proliferação da diferença. Um feminismo de viés crítico visa desmontar essa noção, argumentando que a *sisterhood* seria uma ficção, pensando as “relações capitalistas de exploração” e “todas as formas de opressão” (PIERUCCI, 2013, p. 132). Veremos como isso é materializado discursivamente nos capítulos seguintes.

³¹ O dito, muito bradado nas manifestações da Marcha das Vadias, pode ser considerado como a expressão de um feminismo liberal. Esse segmento do feminismo é alvo de críticas pela ausência de ressalvas às estruturas sociais, sendo considerada uma vertente mais despolitizada e individualista.

corpo, macro e micropoliticamente, é subordinado a regras alheias. Micropoliticamente, sob as condições afetivas que o norteiam. Discursivamente, em um poder que está sempre circulando e que nem sempre é passível de se identificar em uma instituição, instância ou indivíduo. Macropoliticamente, com o Estado e suas leis, materializadas principalmente em torno da concepção de família. Este o qual legisla sobre seus direitos reprodutivos, que dita moralmente comportamentos aceitáveis e que reserva uma extensa variação de corpos à marginalidade. Mas, ressalta-se, o agenciamento em torno da noção de “autonomia” quando no grito “Meu corpo, minhas regras!” opera como incentivador da libertação feminina, produzindo inclusive outros corpos que não aqueles condicionados pelo binarismo. É por meio dessa suposta independência que estes outros modos corporais encontram condições para se produzirem. Fazem-se ver³². “Meu corpo, minhas regras!” seria, então, o grito da libertação dos poderes que oprimem e a tomada de um poder positivo, o qual é capaz de colocar à vista os corpos que se escondem, que são abafados por uma lógica discursiva maniqueísta, que não dá conta do complexo. “Meu corpo, minhas regras!” é o grito do corpo rebelde, do ventre indisciplinado, da reconciliação com um corpo não sacralizado. Um berro de corpos desprovidos de palavras. “Uma palavra que não casse a palavra e que desenrede as línguas...” (LECLERC, 1982, p. 9).

Já vimos que o problema da identidade de gênero aponta uma complexidade de sujeitas que um viés do feminismo não suporta, justamente por se basear em seres unívocos, marcados por uma substância. Em contrapartida, há feminismos que se interseccionalizam em busca de debater as opressões de gênero em um aparato mais complexo, que dê conta de alteridades e de outras subjugações. O corpo é sempre mote desses questionamentos. Nele, o poder se materializa. Por ele, têm-se novas subjetividades. “Sentir é questão de pele”, já diria Gilberto Gil. As opressões são sentidas fisicamente. Tudo passa pelo corpo, não por considerar que ele seja um invólucro ou um receptor, mas porque seres são corpos e dele decorrem seus afetos. Pensar o corpo e as identidades que advém dele é pensar em suas reais possibilidades, as potências que são pungentes, mas que, muitas vezes, são cooptadas pelo poder que oprime. A identidade não deve ser um único ponto de partida do feminismo justamente por isso. Pois, a ratificação de um modelo é enclausurar o corpo e suas potências nesse modelo. Rótulos, modelos, identidades, como queiram chamar, se constituem porque obedecem a um padrão de

³² Com Foucault, sabemos que autonomia é mera abstração. Pensar em autonomia como idealização seria desconsiderar que sempre há poderes atuando. Isso não quer dizer que estamos todas presas em uma situação irreversível, mas que a atenção deve se voltar para as condições que fazem com que certos poderes sejam possíveis. Jogar discursivamente com essas possibilidades pode permitir que haja linhas de fuga e que novos poderes sejam estabelecidos, estes sem a concretização de um estado de dominação e sujeição.

normas. Pensar aquém e além da normatividade é estar atenta não só aos corpos marginalizados para daí, não replicar opressões, mas encontrar mais condições para investir nas potências de emancipação das outras mulheres não contempladas pelo modelo padrão de mulher.

A mulher a qual fala Virginie Despentes (2016) é uma abstração. Não conseguimos identificar sequer uma mulher nesse modelo de forma tão perfeita. Por outro lado, entretanto, é possível visualizá-la, pois é um ideal discursivo operando em um regime de verdade, num inconsciente de uma época. Seria a Mulher, uma idealização inalcançável, assim como o Homem. Porque mesmo a sujeita ou o sujeito mais normativos possíveis sempre terão algo que fuja a uma identidade unívoca, pelo simples motivo de sermos seres complexos e envoltos em uma situação de poderes que se sobrepõem, imbricam-se e não agem unilateralmente. Ainda assim, o inalcançável é buscado, serve como referência, é agenciado como padrão. Sabendo disso, o feminismo luta, principalmente a partir da segunda onda, quando as mulheres começam a clamar por mais liberdade sobre seus corpos, contra essa idealização de Mulher. Há o despertar para uma contraconduta.

Valer-se disso representa a possibilidade de resistir aos poderes que oprimem e de criar novas possibilidades de enunciação. Isso é percebido sagazmente pelo feminismo quando há o investimento na subversão de termos e padrões como possibilidade de chocar as condutas em voga, uma infiltração nos regimes de verdade e de visibilidade. Tornar algo visível, afinal, é provocar desarticulações na cadeia enunciativa. É por isso que há a exposição de situações que disparam os mitos em torno do “sexo” e do “gênero”. Busca-se a desmitificação e a desnaturalização de assuntos-tabu, e isso de forma ampla. No sentido da contraconduta, o embate discursivo nos *posts* do Facebook abarca assuntos a exemplo de sexualidade, padrões de feminilidade e beleza, direito às próprias escolhas (como no caso do aborto), reivindicação pelo uso do corpo sem isso indicar incitação à violência (como nos casos de estupro em que se usa a justificativa da vestimenta da vítima), enfrentamento de violência obstétrica, maternidade compulsória, mulheridades outras que não a da normatividade, etc. São mensagens diretas, incisivas, para escrachar os furos em um discurso que coloca as mulheres em posição de subjugação.



Figura 4: A reapropriação do termo “puta”.

O termo, usado no sentido pejorativo, seria o equivalente a uma mulher que usufrui a liberdade de ser tal qual um homem. A diferença estaria apenas na carga moral do julgamento. **Fonte:** Facebook.

Percebe-se que o embate é discursivo, visa provocar desestabilizações no campo dos enunciados. Sabe-se que o desprezo e o não reconhecimento causam vergonha, indignação, raiva, e esses afetos deterioram as relações sociais. O *post* chama a atenção para a não paridade entre os julgamentos morais, para a hipocrisia e para os valores desmedidos que são agenciados em sociedade. Uma mulher chamada de “puta”, quando não é para identificar a profissão das trabalhadoras do sexo (estas também se reapropriaram do termo como forma de subversão), é aquela desvalorizada por uma extensa lista de ações que podem ameaçar o poder patriarcal e sua lógica machista. Pode ser uma mulher sem censuras perante sua sexualidade ou com diferentes formas de se relacionar afetivamente. Não importa. A menor ameaça ao poder operante é o suficiente para que essa mulher não seja mais digna de ser denominada como “mulher”. Ao invés disso, torna-se “puta”. Uma categoria discursiva que não legitima, que sustenta um pilar discursivo conservador e moralista e o, mais importante, que dita qual a conduta que se deve cumprir no âmbito das normas. “Nós somos o sexo do medo, da humilhação, o sexo estrangeiro” (DESPENTES, 2016, p. 28).

O mundo é variação e uma sociedade regulada por regras não dá conta de lidar com o complexo, o múltiplo, o diverso. Isso gera crise e a tendência é a redução, a fixação de oposições. Nesse aspecto que a exposição de corpos fora da norma surge como uma contraconduta, desafiando o padrão e fornecendo outras possibilidades para um pensamento que engendra e se conforma com o que é ditado como certo ou até mesmo adequado. A mulher que se comporta como “puta” rebate a ofensa se reapropriando da adjetivação e afirmando: Sim,

sou puta. Mas, apenas sou chamada assim porque ousou desafiar a norma dos comportamentos que apenas permite aos homens agirem de tal forma. Contraconduta.

O “mundo dos homens” é repetição, taxativo em suas normas. Isso não quer dizer que os homens também não sofram com isso. Ao contrário. A chamada de atenção ao termo “puta”, por exemplo, serve como gatilho para que homens percebam a condição discursiva em que muitas vezes são posicionados. Quando há a comparação de “puta” com “homem”, não se elevam os homens, mas os rebaixam a uma posição de vulgaridade, vileza, indignidade. Talvez algo que ainda não tenha se alcançado de forma tão satisfatória seja a afetação dos homens a esses discursos que também os condicionam de maneira aprisionadora. A virilidade tradicional é uma armadilha tanto para quem se identifique na caixa binária homem \times mulher quanto para quem se veja fora dessa premissa. Virginie Despentes nos dá um panorama geral de diversas consequências da não equivalência das atribuições no mundo do gênero em relação aos homens:

Porque a virilidade tradicional é uma máquina tão mutiladora quanto a atribuição da feminilidade. Ser um homem de verdade – o que é que isso exige? Repressão das emoções. Calar sua sensibilidade. Ter vergonha de sua delicadeza, de sua vulnerabilidade. Abandonar a infância de modo brutal e definitivo: os homens-criança não possuem boa reputação. Ficar angustiado pelo tamanho do seu pinto. Saber fazer as mulheres gozarem sem que elas mesmas saibam ou queiram lhe indicar como. Não dar sinais de fraqueza. Amordaçar a sensualidade. Vestir-se com cores discretas, usar sempre os mesmos sapatos grosseiros, nunca brincar com os cabelos, não usar muitas joias, nenhuma maquiagem. Sempre dar o primeiro passo. Não possuir nenhuma cultural sexual para melhorar seu orgasmo. Não saber pedir ajuda. Valorizar a força, seja qual for seu caráter. Mostrar agressividade. Possuir um acesso restrito à paternidade. Ter sucesso social para poder pagar as melhores mulheres. Morrer de medo de sua homossexualidade, porque um homem de verdade não deve nunca ser penetrado. Não brincar de boneca quando pequeno, contentar-se com carrinhos e armas de plástico muito feios. Não cuidar muito do seu próprio corpo. Submeter-se à brutalidade de outros homens sem reclamar. Saber se defender, mesmo sendo doce. Ser privado de sua feminilidade, como as mulheres se privam de sua virilidade, não em função das necessidades de uma situação ou de um caráter individual, mas em função daquilo que o corpo coletivo exige. De tal maneira que as mulheres ofereçam sempre seus filhos para a guerra e que os homens aceitem se deixar matar para proteger os interesses de três ou quatro cretinos de visão curta (DESPENTES, 2016, p. 23).

Nesse sentido, a página “Já falou para seu menino hoje?”³³ é uma das enunciadoras que foram coletadas no corpus do trabalho com a preocupação de “promover a educação de meninos para uma sociedade não machista.” Percebe-se que há uma pedagogia atuante nas publicações dessas *fan pages*, com o intuito de promover uma comunicação que desperte para as premissas

³³ A página *Já falou para seu menino hoje?* Está disponível em: <https://www.facebook.com/jafalouparaseumenino/>. Acesso em: 18 set. 2017.

feministas. Nesse caso, esta página, que, como descrito, é resultado de um projeto da Escola de Ser, promove *posts* para a educação dos meninos, pensando na “equidade de oportunidades e vivências entre meninas e meninos”. Algo que, inclusive, já vem sendo apropriado pelas indústrias, reconfigurando as condutas, como no exemplo:



Figura 5: Homens de saia.

O *post* direciona para uma matéria da revista Istoé em que se expõe uma nova tendência da moda: as roupas sem gênero. **Fonte:** Facebook.

É curioso que, na matéria, se use o termo “sem gênero”. Algo como o “gênero neutro” de que usou Hugo, em exemplo anterior. O que nos leva a olhar atentamente os discursos que são apropriados para os interesses do sistema normativo. Neste caso, a contraconduta deixou de ser. Há a criação de um novo referencial. O corpo masculino de saia deixou de subverter, é de posse do mercado. Isso não significa que não seja importante a infiltração nos regimes de visibilidade do capitalismo. É, e pode ter grandes serventias, principalmente no que tange aos dilemas da representatividade. Ver-se representada é sentir-se reconhecida, legitimada, considerada como sujeita significativa na lógica comunicacional e discursiva. É vislumbrar a possibilidade de infiltração nas redes do mercado. Uma maneira de garantir suas condições materiais na lógica capitalista (a militância não paga as contas, como se diz por aí). Mas, concomitante a isso, devem se continuar pensando novas formas de contraconduta no sentido o qual defendemos aqui: para a erosão de cadeias enunciativas, o deslocamento de

agenciamentos, a criação de novas possibilidades discursivas que apontem não só para a resistência, pois a resistência ainda é se manter na mesma lógica de poder, mas para o vislumbre de novas possibilidades criativas que deem vazão a subjetividades outras. Até mesmo porque, os efeitos de dominação do poder, o Estado, o Mercado, a Igreja, etc. dispõem de um reconhecimento perverso, que ao invés de libertar, limita, pois se baseiam em identidades fixas – e, aqui, em contraponto, consideramos identidade como um devir móvel e inacabado. No limite, identidade não existe, seria apenas a tentativa de reunir o que é igual e afastar o que é diferente. Daí que constantemente nos vemos em meio a desafios políticos que expõem a complexidade a qual as identidades não dão conta, tendo-se as ciladas da diferença, conforme falamos anteriormente.

O perigo da apropriação de ações feministas por parte do poder operante tem sido tensionado por algumas mulheres do movimento no sentido de que há o risco de se perpetuar algumas opressões de que se luta contra. No período da Marcha das Vadias, a exposição do corpo foi a maneira encontrada para o combate. O corpo, parcial ou completamente nu, foi o signo utilizado para reunir as pautas a que recorriam. Foi contraconduta no sentido de que corpos nus em espaço público são considerados motivos de crime, a exemplo do atentado ao pudor. Mas, também, para deslocar a culpa nos crimes de abuso sexual, quando se há a tendência à culpabilização da vítima pelo modo em que ela se portava no momento do abuso (com pouca ou nenhuma roupa). Para isso, se levou o embate ao limite, deslocando a categoria “corpo”, mostrando-o em integridade e não mais apenas como instância vulnerável, mas como arma, estratégia de luta. Naqueles momentos, sua exposição representou um choque nas instâncias enunciativas. Acontece que, após a emergência dessas marchas, as exposições de corpos nus, principalmente em redes digitais, passaram a se intensificar. Mulheres requerendo utilizar seus corpos da maneira que quiserem, inclusive se apropriando de uma sensualidade que se diz feminina e que pode apresentar alguns riscos. Destacamos: o de expor o corpo de forma acrítica, esvaziando sua função política, e, conseqüentemente, fomentando os agenciamentos discursivos que permitem sua subjugação; também, a reafirmação de um padrão normativo, já que, muitas das vezes, os corpos expostos são os considerados aceitáveis, reconhecidos como belos e que despertam desejo principalmente dentro da lógica heteronormativa; e, ainda, a conseqüente exclusão das tantas mulheres as quais não se sentem à vontade para expor seus corpos, inclusive considerando aquelas que muitas vezes nem como mulheres são reconhecidas, a exemplo das mulheres trans. É por isso, mais uma vez, que a

noção de “empoderamento” é deslizante, perigosa, põe em dúvida a que diz respeito exatamente.



Figura 6: Empoderamento ou sexualização?

O *post* da página “Eu sou feminista” direciona para uma publicação que questiona a exposição de partes do corpo da mulher que tendem a ser sexualizadas, mas que são consideradas como forma de empoderamento. Para isso, trouxe o caso de Saartjie, fetichizada e exposta por ter um porte físico considerado anormal. **Fonte:** Facebook.

Pensar em uma *contraconduta*, então, é necessário e premissa mesmo do feminismo, considerando que a instância corpo é sucessivamente apropriada por estados de poder que colocam as mulheres em posição de inferioridade. Podemos citar rapidamente alguns desses estados, como a indústria da beleza e a mídia, mas, como o poder circula e não se localiza apenas nessas instâncias máximas, também está nas pequenas relações, em enunciados nem sempre dizíveis nos discursos. O movimento feminista é uma grande luta contra as condutas, mas, principalmente nesse contexto de intensificação das conversações, corre o risco de se perder em meio às armadilhas do poder negativo. Por isso, ir à direção da *contraconduta* exige análise, ponderação, estratégia. “É preciso estar atenta e forte”. Uma condição que se sobressaia

é aquela que saiba jogar discursivamente. Uma contraconduta apenas é se é contra um sistema instaurado, não quando ajuda a fomentá-lo.

Nas redes digitais, especialmente, essas contradições aparecem em grande quantidade. Neste capítulo, nos debruçamos em explicar de que forma se dá a “mulher”, em que condição essa categoria discursiva se aloca, além de quais os entendimentos do corpo que decorrem a partir dessa significação. Na próxima parte analisaremos o que emerge discursivamente em publicações feministas a partir desse aparato teórico, bem como quais as sujeitas que tem voz em meio ao alvoroço informacional na internet.

CAPÍTULO 2 – OS FEMINISMOS EM REDE DIGITAL

2.1. A polarização dos debates políticos

Não há pauta comum monolítica padronizada que o feminismo dê conta. Pela insuficiência da categoria “mulher” como única possibilidade sgnica de reivindicação, como foi visto no capítulo anterior, mas também porque todas as opressões que têm como alvo as mulheres são atravessadas por outras formas de subjugação, e por isso o debate sobre as intersecções serem tão necessárias. Dito isso, torna-se mais fácil compreender e visualizar a proliferação de tantos discursos em torno do feminismo, além de tantas páginas e publicações com essa temática.

Nesse sentido, não nos interessa aqui analisar especificamente as estruturas das redes (apesar desse estudo ser igualmente de suma importância para o mapeamento dos debates políticos), mas sim investigar como se dá a proliferação desses discursos. Mais especificamente: de que maneira acontece a disputa por agenciamentos discursivos em tentativas de infiltração nos regimes de visibilidade e de verdade, e de que forma são produzidos as e os sujeitas e sujeitos. Isso se dá de forma permanente, já que em todas as relações de poder sempre há possibilidades de resistência. Ou seja, uma sujeita unívoca seria a premissa de um poder totalitário, o que não coaduna com a complexidade discursiva a qual consideramos aqui. Notar que o próprio feminismo está também e, inerentemente, vulnerável ao jogo discursivo permite que as publicações sejam assimiladas de maneira mais crítica de modo que não se recaia em reducionismos contraproducentes ao movimento.

Ainda assim, torna-se interessante expor, aqui, os estudos que buscam mapear os debates e mobilizações em rede digital, pois nos fornecem um panorama de como o debate político se organiza, pensando ainda nessa tendência à polarização. A iniciativa do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação da Universidade de São Paulo (GPOPAL - USP), por exemplo, mapeia, mensura e analisa o ecossistema de debate político no meio digital, inclusive divulgando os resultados das pesquisas no próprio Facebook³⁴. Dentre as páginas analisadas pelo GPOPAL, há as feministas, as quais são classificadas como “páginas progressistas”. As escolhidas estão em meio a cerca de 400 páginas³⁵ analisadas pelo grupo como as maiores e mais relevantes que tratam de política na rede. Nesse aspecto, é interessante

³⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/monitorododebatepolitico/> Acesso em: 27 set. 2017.

³⁵ Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0Bw4IE53wOf4IV3hXeFFMTzY4M1U/view> Acesso em: 27 set. 2017.

notar como as páginas feministas são classificadas em meio a outras que são categorizadas em dois pólos: páginas anti-PT e páginas anti-antiPT, em referência aos agenciamentos discursivos que se dão em torno do Partido dos Trabalhadores. Este, um dos principais pontos nodais nos discursos políticos atuais, principalmente a partir das denúncias de corrupção que estouraram no governo Lula e degradingaram no golpe, sob pretexto de impedimento, da presidenta Dilma Rousseff.

Ademais, o grupo de pesquisas *1 dia, 7 dias* da PUC/SP está desenvolvendo uma pesquisa para analisar como se intensificou a polarização discursiva a partir dos acontecimentos políticos dos últimos anos, especificamente, desde as manifestações de 2013 até as repercussões pós-golpe presidencial. É interessante apontar essa contextualização de inflamação da disputa dos pólos discursivos, pois é algo que se estende da macro à micropolítica. Não só as polêmicas em torno da política tradicional tendem a ser polarizantes, mas as conversações seguem essa tendência, impulsionadas pelos afetos decorrentes desses momentos de crise³⁶.

É por isso que a polarização dos debates políticos em rede digital é um dos sinais que nos servem a pensar a causa feminista concomitantemente. A tendência a polarizar os discursos forma grupos que não dialogam entre si e intensifica a formação de “bolhas” em uma rede que já é programada para isso (e aqui destacamos principalmente a utilização de algoritmos que personalizam os conteúdos que aparecem no *feed* de cada usuária³⁷). As páginas feministas com maior influência na rede são categorizadas pelo grupo de estudo como anti-antiPT. Em nosso corpus o agrupamento dessas páginas é maior, por não termos reduzido a amostra apenas às páginas mais influentes. Caso fossem analisadas as publicações de todas essas páginas que tem como mote temático o feminismo, nem todas poderiam ser classificadas como anti-antiPT por algumas se aproximarem muito mais dos discursos conservadores do que dos progressistas. Apesar de nossa análise não se dar em torno desse agenciamento, o diálogo com essa outra pesquisa nos mostra que a polarização se dá em diversas instâncias, sendo essa uma característica que tem sido predominante nos debates políticos em contexto brasileiro.

³⁶ Apesar de 2014 representar um marco da crise política, em virtude dos escândalos de corrupção descobertos com a Operação Lava Jato, liderada pela Polícia Federal, as insatisfações políticas no Brasil podem ser cartografadas de mais tempo. Pode-se dizer que algo emergiu no embalo das lutas-mundo a partir de 2011, com ocupações por todo o país, explodindo nas revoltas de junho de 2013, nas quais toda uma cartografia dos afetos pode atestar uma insatisfação não facilmente enunciável, mas sintomática da racionalidade neoliberal vigente. Sobre isso, ler mais na tese “As revoltas de Junho de 2013: uma cartografia afetiva dos enunciados e das imagens do levante brasileiro” (CUNHA, 2017).

³⁷ A saber, “No cenário da comunicação digital, a rigor, o algoritmo trabalha com a missão de expurgar informações indesejáveis, oferecendo apenas o que o usuário julgaria eventualmente o mais relevante para si, conforme um modelo de negócio definido ou de acesso às informações também previamente determinado pelo proprietário do algoritmo” (CORRÊA; BERTOCCHI, 2012).

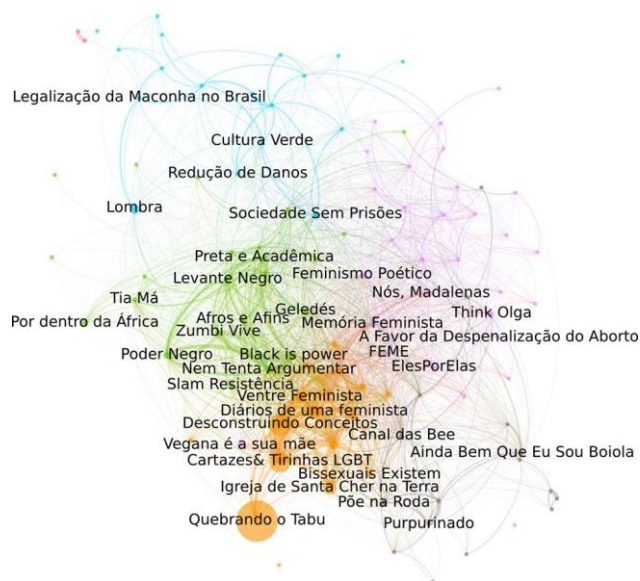


Figura 7: Análise Estrutural das Páginas Progressistas do Facebook

Pelo projeto *Monitor do debate político no meio digital*, do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação da Universidade de São Paulo (GPOPAl - USP). As páginas feministas, a exemplo de *Diários de uma Feminista*, *Ventre Feminista* e *Geledés*, estão entre os movimentos LGBT e negro, mostrando as intersecções que emergem na luta pela emancipação das mulheres. O mapa também facilita a visualização da inserção dos discursos feministas dentre um aparato maior de discursos tidos como progressistas. **Fonte:** <https://www.facebook.com/monitordodebatepolitico/photos/a.1067365179991611.1073741828.1066344906760305/1540281482699976/?type=3&theater> Acesso em: 27 set. 2017.

A polarização, portanto, é mais uma manifestação do pensamento dicotômico o qual problematizamos no capítulo passado. O próprio agenciamento “feminismo” é percebido muitas vezes em polarizações que não se imbricam, nessa tentativa de encontrar espaço em meio ao debate em rede digital. A página *Feminismo no Paint*, por exemplo, coletada no início da nossa pesquisa, foi deletada. Isso indica que há uma forte tendência conservadora dentro do movimento, que, por conseguinte, recebe reação, resultando no apagamento desse lugar de enunciação. Essa não é uma ação pontual. Geralmente, uma página apagada é logo substituída por outra, com um nome igual ou similar ao que se tinha anteriormente. Há novas páginas que tratam de “feminismo radical” ainda não existentes no momento de coleta do corpus, como é o caso de *Feminismo Radical para Iniciantes*³⁸ e *Feminismo Radical*³⁹. Ao não nos limitarmos apenas às mais influentes, como na pesquisa da USP, fazemos um esforço para analisar também as tendências que surgem no aparato reticular. Essas tendências, afinal, nos mostram as polarizações, contradições, paradoxos, embates políticos e discursivos que existem dentro do movimento feminista, nos permitindo atentar aos microfascismos que podem emergir nas

³⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/FeminismoRadicalParaIniciantes/> Acesso em: 27 set. 2017.

³⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/Feminismo-Radical-689417404411869/> Acesso em: 27 set. 2017.

cooptações de agenciamentos utilizados no feminismo. Nesse sentido, a atenção para certas tendências de aspecto conservador é necessária, pois indicam algo em estado de emergência. A inflamação dos conflitos binários não só permanece, visto no conflito entre as “feministas radicais” e as transfeministas, por exemplo, mas em outros embates que apenas vislumbram uma possibilidade de existência e por isso, visam a eliminação da alteridade. É importante notar, pois, que certos discursos podem estar mais a serviço do arcabouço discursivo que oprime, ao invés do contrário.

Seguindo com o caso das “feministas radicais”: o agenciamento “mulher” é elaborado como categoria fixa, indissociável de certo aparato biológico (materializado na vagina), o que é impeditivo de outras interpretações e assimilações do termo. A incapacidade de lidar com a complexidade em torno de uma sujeita que nunca vai ser fixa ou previamente dada resulta em postagens simplistas, que reduzem a pluralidade de sujeitas no feminismo, inclusive se utilizando de provocações ao que difere da norma, a exemplo da seguinte:



Figura 8: Post provocativo em página de “feminismo radical”.

A ironia se refere aos constantes debates suscitados nos feminismos que questionam as identidades fixas, enquanto que, para outras vertentes do movimento (como a da página exemplificada), acabam servindo como premissa inquestionável ao invés de mote problematizador. **Fonte:** Facebook.

A polarização nos debates políticos também encontra outras questões que desafiam ainda mais a lógica comunicacional em redes digitais. Por tornar as instâncias enunciativas fluidas e nem sempre passíveis de serem identificadas, *bots* e robôs se integram à complexa rede de conversações como estratégia de certos grupos políticos que, sagazmente, aliam-se a agências de publicidade e a militantes para aumentar o número de ditos favoráveis a eles na rede, tornando o discurso mais aparente, portanto, mais visível, e, assim, com maior capacidade de afetação. O esforço em provocar maior engajamento em torno de determinada pauta inclusive esbarra em motivação econômica. No Facebook os conteúdos que mais recebem

destaque são os pagos, diminuindo o alcance orgânico – aquele das postagens não pagas. Assim como na televisão, no rádio e jornais, “a mídia paga no Facebook permite com que anunciantes alcancem mais pessoas e com muito mais precisão do que o conteúdo orgânico”.⁴⁰ Essa informação nos é relevante por dois motivos:

1. Para não cairmos em idealizações. Apesar do potencial subversivo que as redes digitais podem proporcionar aos movimentos e aos próprios moldes de comunicação, há motivações econômicas e políticas que torna delicada a apropriação desses meios, caso não haja cuidado e ponderação.
2. Para identificar que a instância comunicativa sobre a qual nos debruçamos a pesquisar é ela mesma agente decisiva na disputa discursiva, justamente por ter poder sobre o que é enunciado em sua rede. Muitas vezes, inclusive, nos fazendo questionar quais os critérios utilizados para mediar os conteúdos ali postados. Essa guerra cibernética continua sendo fomentada pelas mesmas lógicas de fora da internet. Na verdade, “fora” e “dentro” não existe, se formos pensar com Foucault. Tudo está imbricado. Por conseguinte, o Facebook também é perpassado por relações de poder que reforçam alguns comportamentos e ignoram outros. Diversas denúncias feitas por ativistas expõem isso ao terem seus conteúdos bloqueados enquanto outros explicitamente racistas, machistas, etc. não são vistos como problemáticos pela empresa, como se pode ver em trechos do depoimento de Lizandra Souza, administradora da página “Diários de uma feminista”:

Ao que parece, para a equipe que recebe e analisa as denúncias ocorridas na comunidade, o que importa não é o conteúdo do que foi denunciado, mas a quantidade de denúncias que ele recebeu, o que deixa nós, ativistas, vulneráveis a ataques em massa, de grupos reacionários, os quais, se pensarmos bem, ainda fazem parte das hegemonias, logo têm maior poder de articulação.

Diante disso, a forma como a equipe que trata das denúncias enviadas ao FB br vem servindo para silenciar ativistas a (*sic*) medida que exclui o que postamos e nos bloqueia sendo que o que postamos não fere os padrões da comunidade, mas sim a sustentação das hegemonias. Um exemplo disso são as páginas feministas desativadas (*sic*) pelo FB por receberem ataques em massa de machistas e misóginos.

[...]

Comecei a usar o FB em 2012 e de lá para cá já tive um pouco mais de 10 contas. Isso não porque feri os padrões do FB, mas porque tive contas bloqueadas por sofrer ataques de reacionários e/ou haters. Atualmente tenho 4 contas, isso evita de eu ser totalmente silenciada, pois quando sou bloqueada em uma, recorro a outra e assim não

⁴⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/business/news/BR-Alcance-orgânico-no-Facebook-suas-duvidas-respondidas> Acesso em 27 set. 2017.

deixo de administrar a minha página. Aliás, a **Diários de uma feminista** tem até **página reserva** (*destaques da autora*), criada devido aos ataques que a original já sofreu.

De todas as vezes que tive posts contra o machismo, racismo, LGBTfobia, capacitismo, gordofobia... removidos por denúncias aleatórias e consequentemente tive a conta punida com bloqueio, o que me aconteceu na semana passada foi o que mais me indignou. Eu sofri racismo por *inbox*, uma moça branca, que me leu como negra, veio no meu *inbox* me dizer que "negro só faz negrisse", que "negro é especialista em coitadismo", dando, além de tudo, a entender que queria que a escravidão não tivesse acabado pra ela ter um escravo. E tudo isso porque eu a bani do grupo da página, por ela ter silenciado mulheres negras e sido racista lá. No post que publiquei no FB, eu ocultei o sobrenome da moça e a foto estava em miniatura, e mesmo assim o post foi apagado por violar os padrões. Não pude nem desabafar e provar o que sofri na própria rede sem ser silenciada na mesma! Agora eu me pergunto das vezes que denunciei páginas racistas, páginas neonazis, páginas que pregam purismo racial/branco e a resposta foi um foda-se disfarçado em algo como "agradecemos seu tempo em denunciar algo que acredita ferir nossos padrões, mas analisamos e vimos que o conteúdo está de acordo com as políticas da comunidade blablabla"⁴¹.

Esse tipo de denúncia explícita que as polarizações tendem às hegemonias, no que tange à força discursiva no embate. Daí a reflexão sobre as possibilidades de resistência dentro dessa lógica de poder, e, ainda mais, das estratégias discursivas nesse esquema. Mas, o fato é que, se há reações massivas e impactantes contra ativistas e suas páginas, é porque há uma protuberância de discursos feministas que desafiam um conservadorismo latente. Por isso, a constância de reações contrárias. Quando uma força se faz ver, ativa outras. Aqui, percebe-se como um polo discursivo é mais que condicionado pelo outro: há uma espécie de dependência do outro-inimigo. A ação se limita à reação, ou seja, à resposta. Portanto, alimenta o mesmo jogo discursivo a qual cada instância está retida. O desafio seria, também (pois o não-embate pode implicar em conformidade), pensar para além dessa lógica, no sentido de proposição de um jogo discursivo não mais subordinado ao outro opressor.

Ao falar que a rede a silenciou, Lizandra expõe um dos problemas-limite da polarização. Quando vertentes de certo pensamento se agrupam em bolhas, não dão espaço para um “entre”, um diálogo que misture e provoque as instâncias discursivas que se mantém firmes, estáticas, enrijecidas, e, por essa razão, não representam movimento e criação. Os polos discursivos enclausuram os sentidos em si, não atentando para as alteridades e nem para o processo de escuta. O silenciamento é uma forma de abafar um discurso, uma maneira de estabilizar o que desestrutura, incomoda e desafia. Silenciar é censurar, violentar. É incapacidade de lidar com a

⁴¹ Disponível em: <http://diariosdeumafeminista.blogspot.com.br/2016/03/facebook-br-e-o-silenciamento-das.html>
Acesso em: 27 set. 2017.

diferença. Além de uma tentativa de imposição de uma norma, é microfascismo. Obsessão pela redução dos sentidos.

Esse ataque aos movimentos sociais evidencia a tentativa de solidez dos regimes de verdade. Criam-se aparatos consistentes para evitar infiltrações, em um exercício de poder que tende a preservar a hegemonia. Exige, por parte de quem é atacada, resistência, capacidade de suportar as linhas de poder operando. E isso evidencia também como o poder não é unilateral, alocado apenas nas instituições. Apesar de essas serem agentes enunciadoras de estados de dominação, são incorporadas por indivíduos os quais se utilizam de um “vigiar e punir” para, em um jogo de forças, reagir contra o que se admite como não verdade. Ora, conforme as teorias que temos utilizado aqui, não há uma verdade unívoca e detentora de um saber superior. Há, sim, regimes de verdade, e estes apontam para os saberes que são produzidos em sociedade, dentro de relações de poder.

Duas polêmicas recentes são apontadoras desse contexto de extrema polarização, ambas com temáticas que atravessam o corpo na arte e inflamadas exponencialmente pela militância em rede digital. O *Queermuseu – Cartografias da diferença na arte brasileira*, exposição apresentada pelo Santander Cultural, em Porto Alegre (RS), aberta no dia 15 de agosto de 2017, foi encerrada antecipadamente (no dia 10 de setembro ao invés de 8 de outubro) por ação massiva em redes digitais que denunciavam a exposição, acusando-a de fazer apologia à pedofilia, à zoofilia e de desrespeito a figuras cristãs. Obras que traziam como mote o tema da sexualidade em viés crítico foram alvos de denúncia, por sujeitos identificados como militantes de direita, a exemplo do Movimento Brasil Livre (MBL) e da apresentadora e militante da causa animal, Luisa Mel, resultando no cancelamento da exposição, ainda que, posteriormente, a acusação de apologia à pedofilia (que foi levada em frente, no sentido de ser denunciada às instituições judiciais) tivesse sido descartada pela Promotoria da Infância de Porto Alegre. O outro imbróglio diz respeito à performance *La Bête*, realizada pelo artista Wagner Schwartz, no Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM/SP), no dia 28 de setembro de 2017, inspirada pela obra *Bichos* de Lygia Clark, na qual esculturas de alumínio podem ser manipuladas pelo público. Na performance, o artista substituía as esculturas -- ou seja, era o objeto a ser manipulado --, ficava nu e podia, como na obra da artista, ser tocado pelas pessoas presentes. A polêmica se deu quando um vídeo de uma criança tocando no pé do artista, mesmo acompanhada de sua mãe, viralizou sob, mais uma vez, o pretexto de pedofilia. Há muito o que se analisar em ambos os casos, inclusive problematizando a visão acrítica e dúbia de parte do público brasileiro que desponta cada vez mais para o conservadorismo, reduzindo qualquer

exposição corporal artística (seja ela em lócus, como na performance no MAM, ou por meio de pinturas e fotografias como no Queermuseu) à apologia a crimes. Inclusive, essa é uma característica muitas vezes atribuída ao campo da direita (apesar de essa não ser uma prática que possa ser verificada apenas nesse campo), a qual reúne tropas de vigilância digital: milícias da internet, como relata a jornalista Eliane Brum:

O campo da direita não é coeso, mas nele predomina o discurso tosco, que tem nas bancadas do boi, da bala e da bíblia do Congresso, assim como nas milícias da internet, sua expressão mais barulhenta. Forjar realidades falsas se impôs como modo de operação, como por exemplo a recente difusão de que os espaços da arte estavam tomados por pedófilos. No caso das milícias, o próprio anúncio de uma filiação liberal é uma falsificação, na medida em que a prática contradiz os valores liberais mais básicos (BRUM, 2018)⁴².

Apesar desse contexto pulsante, aqui preferimos nos ater a duas considerações: à posição determinante das redes digitais, inflamada pelas ações dessas milícias da internet, e a temática do corpo como central impulsionadora para a polêmica em torno de ambos os acontecimentos. Esses exemplos são destacados por mostrarem, no limite, como a polarização discursiva chega a estágios tão avançados que não há argumento que satisfaça quem está interagindo apenas no âmbito da reatividade – quem ataca não considera nada além da reação. O importante é revidar, abafar aquele(s) discurso(s) que não condiz com tal crença e posição política. Não há diálogo, e, se há aprendizado político, é apenas por meio de danos e afetos que decompõem. Os exemplos são representativos, como no caso do artista Wagner Schwartz⁴³, de como uma atividade na internet pode ser capaz de afetar prejudicialmente àqueles e àquelas que ousam explorar os mundos das subjetividades e, conseqüentemente, dos corpos. Como foi visto, os poderes não são abstratos, encarnam-se e materializam-se corporalmente, de modo que os corpos são signos dos poderes operantes – ou das resistências a esses poderes. Não é à toa que eventos artísticos com essa temática são atacados. Principalmente em tempos de crise política, como é o caso do Brasil atualmente, tende-se a reduzir os sentidos para evitar a complexidade.

O complexo exige outro tipo de tratamento que nossos regimes discursivos de verdade não dão conta, pois são amparados em ditames moralizantes. O corpo é o complexo, portanto não é nem uma coisa nem outra. Tende-se a repelir o que problematiza o corpo, pois quanto mais se explora, principalmente no viés da arte, essa temática, mais condições de autonomia se

⁴² BRUM, Eliane. *Esquerda, direita e o embargo da memória*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/26/opinion/1519658924_002382.html. Acesso em: 27 fev. 2018.

⁴³ BRUM, Eliane. “*Fui morto na internet como se fosse um zumbi da série The Walking Dead*”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/12/opinion/1518444964_080093.html. Acesso em: 20 fev. 2018.

dá às sujeitas e sujeitos diante e com ele. Um corpo autônomo é um corpo que pode subverter. Um corpo autônomo nu em performance artística é um corpo o qual se recusa a ser sexualizado, como leva a entender o senso comum quando deparado com a nudez. Expõem-se em outras linhas de sentido, é experienciado como outra coisa, inclusive como objeto para a experimentação de outras pessoas. Explorar os sentidos que não os convencionais não é uma atividade que ache brecha nas polarizações, pois estas estão sempre comprometidas com os sentidos que se reduzem a um dos polos. Estes, pouco receptivos a experimentações.

É por isso que uma obra a qual problematiza a sexualidade das crianças vai ser rechaçada e denunciada como conteúdo criminoso. Pela moral vigente, a criança é um ser angelical, que não deve ser exposta a conteúdos que fujam às lógicas da heteronormatividade. A família é o centro dos discursos em torno da sexualidade e “é um dos elementos táticos mais preciosos para esse dispositivo” (FOUCAULT, 1988, p. 105). Qualquer tendência *queer*, por exemplo, é uma ameaça a essa instituição que se ampara na culpa e na interdição da sexualidade para manter os moldes do heteronormativo. Subverter o sentido da “criança viada”, se reapropriando da expressão que diz respeito a crianças com corpos que se apresentam e se mexem de modos excluídos da norma, é atestar a resistência a esse modelo familiar que insiste em se impor às sujeitas e aos sujeitos. O corpo é agente imprescindível nas rupturas de sentido. Como as feministas que deixam os pelos crescerem como resposta a um padrão de beleza instaurado ou as que recusam a terceirizar seus úteros ao Estado, as crianças que deixam aflorar uma subjetividade desviante da regra mostram que seus corpos também são políticos mesmo antes delas compreenderem ou se assimilarem como sujeitas políticas. Esses corpos mostram que, apesar das interdições, existem outros modos de ser e de estar nesse mundo, que não apenas o padronizado.



Figura 9: A obra *Travesti de Lambada e Deusa das Águas*, de Bia Leite (2013).

Uma das expostas no Queermuseu, traz as crianças que mostram tendências *queer* ao protagonismo de uma sexualidade que foge à heteronormatividade. **Fonte:** Foto de divulgação.

A rapidez com que as informações são transmitidas nas redes digitais, juntamente com sua ilusão de anonimato, faz com que ações *a la* “vigiar e punir”, sejam muito mais massivas e catastróficas. O panóptico de Foucault é atualizado e pode ser metaforizado de modo digital. Os olhares de vigilância são mediados pela tela de computadores, *tablets* e celulares. A punição é um retorno diferenciado à sociedade disciplinar – ela não é exercida apenas pelas instituições, mas também por indivíduos não facilmente identificáveis e amparados em seus grupos de “milícias digitais”. Por isso, a ratificação da sociedade de controle – controla-se de maneira difusa e distribuída reticularmente (COSTA, 2004).

A polarização apresenta riscos sérios: macropoliticamente, aos processos democráticos - não há democracia se não há pluralidade; e micropoliticamente, à exploração e interdição de subjetividades outras. De que maneira, então, lutar contra um polo discursivo que insiste em esmagar nossas lutas políticas sem nos segurarmos em outro polo que enclausura?

2.2. Tribunal do Facebook -- Pelo combate aos microfascismos na militância

*“Presta atenção, mulher, presta muita atenção às
palavras que estás usando.
Não te apropries das palavras do homem, para usá-las
como armas de guerra.
Não reivindiques os privilégios do homem; eles são
apenas os instrumentos que te oprimem.
Não queiras participar desse festim. Nele só
encontrarás carniça.”*

Annie Leclerc

*“Bruxo, descobrimos seu truque
Defenda-se já
No tribunal do Feicebuqui
A súplica:
Que é que custava morrer de fome só pra fazer
música?”*

Tom Zé

A polêmica se deu quando o músico baiano Tom Zé participou, em junho de 2013, no mesmo mês das revoltas que incendiaram o Brasil, de um comercial para a Coca-Cola, anunciando a então esperada Copa do Mundo de 2014, a ser realizada em solos brasileiros. O artista não foi perdoado. Julgado e criticado por supostamente ter se “vendido” para uma das maiores empresas do mundo, Tom Zé, conhecido pelo trabalho e postura considerados subversivos, nesse momento deixou de ser inspiração de rebeldia para ser “bode expiatório”

das inúmeras insatisfações que pulsavam no país. O imbróglio deu o que falar. Para o músico, o convite para que ele participasse de um comercial de tamanho porte representou um marco, no sentido de que ele finalmente foi um artista a ser considerado para patrocínios, o que também possibilitou a utilização dos recursos para investimento em outras atividades.⁴⁴ No mês seguinte e como resposta, o artista lançou junto com outras personalidades musicais (Emicida, Tatá Aeroplano e as bandas O Terno, Filarmônica de Pasárgada e Trupe Chá de Boldo) o EP *Tribunal do Feicibuqui*. Utilizando-se dos xingamentos recebidos durante a polêmica, questiona “Que é que custava morrer de fome só pra fazer música?”

O caso é emblemático e o termo “tribunal”, ao se referir ao Facebook, mais ainda. As ações em rede digital têm sido importantes, é claro, para a denúncia de inúmeros casos de afronta aos direitos das mulheres. É uma atualização do que aconteceu no fervor da segunda onda do feminismo, na qual mulheres expuseram suas situações ao coletivo, fazendo com que casos que eram considerados meros acontecimentos individuais tomassem significância política, colaborando ainda, para que agenciamentos discursivos se tornassem visíveis. Exemplos práticos são os relatos que iam desde o aborto, que passou a ser uma causa coletiva e feminista, até o acúmulo de funções domésticas, que foi reelaborado discursivamente como outra carga horária de trabalho exclusiva ao público feminino. Ou seja, situações que permaneciam isoladas na esfera privada e, ainda, não ditas, passaram a ter uma interconexão na coletividade de mulheres, o que permitiu que se circulassem afetos em rede a partir desses relatos. O pessoal é político, disseram. A luta feminina se respaldou nesses afetos e isso fez com que se ampliasse a busca por conquistas políticas. Até hoje a luta pela legalização do aborto se mantém e a carga horária doméstica é também requerida a outras pessoas de uma casa que não apenas à mãe ou à mulher admitida como dona de casa na família.

No entanto, nem tudo tem seguido desse jeito. Apesar de muitas vezes a troca em rede digital ser saudável – no sentido de que representa o debate sempre constante, com compartilhamentos de inúmeras informações de cunho feminista, com viés crítico e expositor de mazelas do cotidiano feminino --, por vezes é configurada por uma comunicação entevada, repleta de microfascismos, não dando abertura a qualquer possibilidade de acolhimento e cuidado nas relações. Há uma cobrança da militância que afasta muitas mulheres do ativismo feminista, como se houvesse uma espécie de roteiro pré-estabelecido preparado pelo movimento e como se quem não o contemplasse não merecesse ser chamada de “feminista”.

⁴⁴ O artista chegou a declarar sua preocupação com a repercussão do caso. Na tentativa de reverter a situação, destacou que o dinheiro seria usado para uma pesquisa com instrumentos experimentais. Disponível em: <https://www.facebook.com/tomze/posts/10151297893292066>. Acesso em: 01 mar. 2018.

Sarcasmos, acusações e apontamentos de sujeitas e sujeitos são viabilizados por condições favorecidas pela internet: apesar de ser massiva a exposição das individualidades em âmbito digital, há algo que torna as interações mais impessoais, já que não há a presença física das pessoas envolvidas. Telas de computadores e celulares funcionam, então, como escudos nos embates. Nesse sentido, os perigos são vários: o afastamento de mulheres que não contemplem essa “cartilha” do movimento, a proliferação de comportamentos microfascistas -- ao modo dos opressores, e, ainda, de se tornar uma instância discursiva que se ampare em dogmas, como bem apontou Ludmila Andreu no comentário abaixo, a partir da assertiva duvidosa compartilhada pela página *Feminismo no Paint*:



Figura 10: Conteúdo da página “Feminismo no Paint”, agora extinta.
Fonte: Facebook.

São muitas as mulheres inviabilizadas nesse compartilhamento. As pessoas que fogem à lógica essencialista de gênero (como mulheres e homens trans) e mulheres com vagina as quais questionem essas normas aplicadas aos corpos. A problematização é descartada e reduzida a um “trocar de roupa”. O que não se considera é que, frequentemente, corpos que desafiam os padrões de vestimenta são vítimas de violência e são relegados a um lugar de marginalização na sociedade que, inúmeras vezes, resulta em morte. Trocar de roupa não é apenas o ato material e físico de mudança de um aparato no corpo. Roupas são carregadas de sentidos e elas mesmas recaem na lógica binária do pensamento. Existem roupas para meninos e existem roupas para meninas. Na verdade, certo tipo de meninos e certo tipo de meninas. O

que não é contemplado pelo dualismo reducionista, logo, o que tange ao complexo, não é reconhecido na produção de sentidos. Há uma produção caótica de agenciamentos que provoca fissuras nem sempre inteligíveis à relação enunciados – discursos – agenciamentos. A lógica padronizada de produção de sentidos é bagunçada. Por que um corpo com pênis vestiria uma vestimenta admitida como feminina, por exemplo? O que aconteceu no meio do caminho que permitiu que aquele corpo se materializasse de tal maneira e não de outra? É a complexidade vista a olho nu. Lidar com essa problemática como uma simples troca de roupa é isolar um acontecimento ao seu sentido mais rudimentar. A questão é que: o isolamento dessa situação faz com que haja a desvinculação da coletividade, isto é, de seu sentido político. Não há comprometimento com o feminismo em uma página que se diz feminista. A publicação do *post* mais serviu para inflamar relações já desgastadas do que para propor ação e luta. É um tribunal, com um apontamento (mesmo que nesse caso, implícito) de quem não deve fazer parte de um grupo reservado a questionar e almejar por direitos femininos. Julgamento moral. Não há conciliação e nem se faz alianças, é apenas a reprodução da violência a qual o movimento feminista é acometido – a do corpo cerceado e controlado em suas subjetividades. Nessa postagem, o discurso tende ao discurso opressor do Homem. Aponta os corpos fora dos padrões admitidos ali. Contribui para a rejeição. Marginaliza. Não aceita, logo exclui. Permite a reprodução da opressão. Seu efeito é contrário. Não é feminista. “Y agregamos: si corrientes del feminismo se institucionalizaron dentro de un sistema que no se transformó y continua siendo patriarcal y capitalista, entonces se incluyeron en él” (YALA, 2016, p. 24)⁴⁵: as feministas comunitárias dão a letra.

Também numerosos são os casos de mulheres jogando outras mulheres na fogueira, mesmo que a intenção seja a exposição de homens. A situação tem sido corriqueira: se um homem é explanado como machista e uma mulher continua tendo relações com esse homem, seja de amizade, coleguismo – o que for, essa é apontada como “passadora de pano pra macho”. A expressão diz respeito a uma mulher que faz “vista grossa”, finge que não vê, como se essa se aliasse ao opressor. O alvo não é apenas aquele do universo masculino. É uma espécie de inquisição feminista que vigia e pune as mulheres que não isolam aqueles acusados. A tendência punitivista de certas vertentes do feminismo deve ser questionada, principalmente quando passa a afetar mulheres. A exclusão pela exclusão inviabiliza a problematização das relações e de seus pormenores. Em uma relação abusiva, por exemplo, deve-se considerar diversos fatores.

⁴⁵ “E agregamos: se corrientes do feminismo se institucionalizaram dentro de um sistema que não se transformou e continua sendo patriarcal e capitalista, então se incluíram a ele”. Tradução nossa.

Há estudos, inclusive, que tentam explicar o porquê de uma mulher abusada se manter em um relacionamento que a deteriora. Chama-se *Traumatic Body Theory* e comprova que o desequilíbrio de poder e a intermitência do abuso são fatores que fortalecem os vínculos entre vítimas e agressores (KAHLO, 2016, p. 187). As situações, portanto, são complexas, e devem ser analisadas de maneira cuidadosa, sempre visando o acolhimento de quem sofre o abuso, e não promovendo o seu afastamento - o que, infelizmente, muitas vezes acontece em decorrência desse tribunal instalado na militância.

Isso não acontece à toa. Como já destacamos, porque os discursos circulam, muitas vezes a linguagem que oprime é reproduzida em ambientes de militância. Não se deve, no entanto, pensar que se manter crítica às dinâmicas do movimento é admitir um relativismo sem saída e, portanto, que paralisa, ou até mesmo tomar o lado da opressão. A atenção à linguagem utilizada, aos discursos e aos afetos que circulam é também se manter atenta aos agenciamentos que estão sempre em movimento. Existem e são saudáveis práticas de autocrítica, que utilizam de uma vigilância não opressora, mas como uma forma de cuidado em coletividade. Não é raro que nos equivoquemos na militância com agenciamentos discursivos tão passíveis de se mudar. A micropolítica deve também, e fundamentalmente, se manter ativa e engajada com os propósitos feministas e isso quer dizer também notar como nossas relações se dão a partir de um contexto machista e patriarcal. Aprende-se com os erros, diz-se, em senso comum. Mas, ainda mais, aprende-se com o que se torna visível. Só se pode agenciar o que é dito, e o dito permite a viabilização do que permanecia às escondidas, sem ser passível de ser enunciado. Muitas vezes um comportamento abusivo é reproduzido por não ter sido atribuído como tal. O problema é quando não se medem as proporções e quando qualquer insatisfação com posturas alheias passa a ser parâmetro para uma exposição desenfreada de sujeitos e também sujeitas, o que torna as práticas despolitizadas e, por vezes, contraditórias.

Ainda pensando nas denúncias em torno das relações abusivas, muito comuns são os relatos de término de relacionamentos amorosos, costumeiramente vistos nos perfis pessoais do Facebook. Relacionamentos abusivos são procedentes, acontecem e apontam sintomas sérios do machismo. Representam problemas estruturais que colocam mulheres em estados de submissão, o que muitas vezes precede crimes contra o povo feminino. O feminicídio é a morte impulsionada pela questão do gênero. Mata-se porque é mulher. Mata-se mais ainda se é mulher negra. Quem dirá se é mulher negra, lésbica trans e/ou pobre. Os relatos são diários, doem e evidenciam: a luta feminista, aliada a outras lutas, como contra o racismo, é urgente. Por isso, que se torna menos plausível ainda ações irresponsáveis de ativistas do feminismo, pois essas

são compositoras dos agenciamentos discursivos que circulam em torno do movimento e devem propor uma linguagem de acolhida às mulheres, em sua totalidade, e não o contrário. Enunciados que se direcionam à violência favorecem a proliferação de microfascismos e se valer deles é usar da mesma linguagem do que e de quem oprime.



Figura 11: Post de uma usuária do Facebook.

Bárbara evidencia o escracho que vinha sofrendo tanto de feministas radicais como de feministas interseccionais. Em comentário, Renata Silva, chama de “caça as (*sic*) bruxas” o que algumas vertentes estão promovendo no feminismo. A expressão traz todo o paradoxo: “caça às bruxas” é uma prática emblemática das sociedades antigas até as mais atuais, quando mulheres que utilizavam seus saberes ancestrais eram consideradas agentes de magia negra. Por isso, eram perseguidas até a morte. **Fonte:** Facebook.

É nesse viés que a tese de Alice Souza (2016) intitulada *Modulações militantes por uma vista não fascista* destaca a importância de se aliar macro e micropolítica para não se correr o risco de cair em um esvaziamento político, e ainda, de corroborar para a proliferação de fascismos nas duas dimensões. Explorando o campo da “esquerda” e dos “direitos humanos”, ela enumera algumas posturas e práticas que são procedentes na experiência da militância:

Cobranças e culpabilizações, o imperativo ‘de dar conta de tudo’, a exigência de uma suposta ‘legitimidade’ para lutar, discursos de ódio, desqualificação do outro para se auto-afirmar, mínimas ações que insistem em sua negatividade ao denunciarem medo, ressentimento, controle e surpreendentes apaixonamentos pelo poder (SOUZA, 2016, p. 9).

Justamente reproduções daquilo que muitas vezes vamos à busca de combater e que permite que o que deveria ser instrumento de libertação, a militância, oprima. É por isso que, junto com Félix Guattari e Suely Rolnik, a autora adverte para a necessidade de se atentar se estamos ou não reproduzindo os modos de subjetivação dominante, o que não se limita nem somente nas formas de organização macropolítica e nem somente em nossas ações cotidianas. Há que se atentar em todas as esferas. Para nós, feministas, a advertência é a mesma, principalmente porque todas essas práticas são não apenas instrumentos de linguagem que favorecem o machismo, mas também reprodução de um mundo que já é excessivamente masculino, podando as potências criativas que só podem se revelar se abraçar sentidos mais femininos -- aqueles excedentes rebeldes que o discurso masculino não abarca.

A busca por igualdade, nesse sentido, pode ser uma cilada. Pela busca de justiça na distribuição de direitos, o movimento feminista acaba por reproduzir um discurso masculino -- esse mesmo da militância como tribunal. Contrapor uma outra imagem da militância feminista, que não a da “ativista masculinizada e dessexualizada, voltada para o Estado, centrada na política institucional, confinada nos marcos da ação partidária, sindical, governamental ou de suas próprias entidades e ONGs”, defende Margareth Rago (2013, p. 317), é necessário a fim de não se neutralizar a potência criativa dos feminismos. Igualdade, portanto, deve ser em direção à mesma oportunidade de direitos e não para ser igual ao mundo do Homem. Desafiador, porém necessário.

Desse modo, é importante resistir em vários aspectos, inclusive e evidentemente, à nível micropolítico. Resistir à linguagem que violenta, a comportamentos nocivos ao coletivo, à tentação de ser porta voz de um movimento que é e deve permanecer plural. E isso não quer dizer que o feminismo deva perder sua clareza, sua urgência de ação. Ou ainda, não significa se proteger em uma capa de complacência, retornando ao estereótipo da mulher frágil e que a tudo aceita. Ao contrário. Deve-se não ceder aos poderes dominantes, porém em um processo contínuo de cuidado de si e cuidado das suas. Por isso, a prudência: desenrijecer não significa perder a firmeza de seus propósitos ou recair em ditos vazios, mas continuar não cedendo, só que de modo menos masculino e mais atento aos movimentos do presente, como Alice nos auxilia a constatar, em meio às cartas que compõem sua tese:

A questão é que “não ceder” -- à direita, ao poder, ao capital -- não significa entristecer, enraivecer, resignados na subjetivação esquerdista endurecida, ressentida. E acho que já falamos bastante, não é, camaradinha, do quanto vivemos ainda, sim, rodeados das segmentaridades duras, os valores burgueses, as trilhas seguras, as receitas de bolo, os tecnicismos, as instituições.

Mas não basta, repito, simplesmente experimentar esvaziadamente ou achar que isso equivale à alegria – veja: sou feliz! “Mais amor por favor”, “gentileza gera gentileza”, ecos no vazio. Ou tirar a roupa no meio da rua e tirar onda de “cão”, se dizendo anarquista, como se isso bastasse (ser malvado sempre foi sexy). Ainda aí estaríamos escravos de nossos “eu”s. É preciso atentar para não perder de vista as questões do nosso tempo, do nosso presente (SOUZA, 2016, p. 213).

As questões do nosso tempo, portanto, são urgentes. E, mais ainda, apontam: há diferenças. A maneira que lidamos com elas sintomatiza uma maneira de se estar no mundo. Não há como se estar no mundo reproduzindo as mesmas lógicas de poder que oprimem. Djamila Ribeiro (2017, p. 50) faz uma pergunta que deve ser permanente, não só na luta feminista, mas na vivência de qualquer pessoa a qual indague um mundo que exclui e cerceia: “até que ponto se legitima o poder que se condena?”. Para isso, um caminho possível a se admitir seria pensar que as diferenças não devem ser irreconciliáveis e, por esse motivo, não devem representar algo negativo, necessariamente. Ao contrário, o que difere nos abre possibilidades para o movimento e para a criação. Trata-se de diferenças dialógicas – estas devem representar desafios a cada momento que algo parece contradizer. O isolamento dos sentidos é uma cilada, pois também reduz os grupos a bolhas que não dialogam e, por isso, não podem agir juntos. Um feminismo verdadeiramente comprometido com as mulheres não deve servir de tribunal, mas, sim, de acolhimento, mesmo em meio à rebeldia. Para isso, é necessário considerar muitos plurais. Escrachar, sim, mas que os ecos não se percam no vazio.

2.3. O que emerge do Facebook

*“Enquanto eu escrevo
Eu não sou o Outro
Mas a própria voz
Não o objeto,
Mas o sujeito.
Torno-me aquela que descreve
E não a que é descrita
Eu me torno autora,
E a autoridade
Em minha própria história
Eu me torno a oposição absoluta
Ao que o projeto colonial predeterminou
Eu retorno a mim mesma
Eu me torno: existo.”*

Grada Kilomba

As páginas que falam sobre o feminismo no Facebook evidenciam a mistura de corpos e complexidade de sujeitas que contextualizam o movimento. Em níveis diferentes, fala-se desde temas mais amplos, como de violência, empoderamento e maternidade, até questões mais específicas, mesmo que em menor quantidade, a exemplo dos direitos das prostitutas, os debates em torno das intersecções, a questão da mulher indígena, entre outras. É uma grande multiplicidade de vozes que tenta encontrar na rede digital possibilidades de ampliar o alcance de suas comunicações.

Sempre presente é o desafio em lidar com temáticas de apelo político e social em uma rede não voltada exclusivamente para a disseminação de informações e para a prática da militância, mas também para o entretenimento. Porém, como é apontado na apresentação do livro *#Meuamigosecreto – Feminismo além das redes*, não é o caso de se tratar a militância do Facebook como supérflua, “mas de entender a utilidade do meio virtual em suas particularidades, para, assim, utilizá-lo da melhor forma possível” (KAHLO, 2017, p. 13)⁴⁶.

Pois bem. O que emerge dessa rede nos aponta as particularidades que, tanto são desafiadoras ao movimento, como são úteis para viabilizar a causa feminista. O que se pode afirmar é que as publicações no Facebook têm sido expositoras do feminismo, de modo que os agenciamentos que poderiam estar enclausurados somente em meios de mulheres são expostos e inseridos em pautas com um público bem mais amplo do que apenas aquele comprometido com a militância. Agora todas e todos são ativistas, de alguma maneira. Têm nos dedos as armas para se expor e lutar por suas causas.

É por isso que se tem um conjunto de conteúdos tão difuso e diversificado nas páginas feministas. Não há um corpo feminista a ser representado. Há corpos, os quais, mesmo que em meio digital, estão se fazendo presentes na disputa por agenciamentos para se inserirem cada vez mais nas cadeias discursivas.

⁴⁶ O livro é ele mesmo uma expressão de um feminismo que vai além do meio digital. De autoria do Coletivo Não Me Kahlo, reúne textos aprofundando questões que vieram à tona a partir da campanha #meuamigosecreto. A *hashtag*, criada em novembro de 2015, de maneira espontânea, foi utilizada para denunciar comportamentos machistas daqueles que são próximos a nós e facilmente poderiam ser sorteados em um jogo de amigo oculto, costumeiro nas festas de final de ano. O próprio coletivo também é resultado do engajamento em meio digital. Após reunirem muitas mulheres para debater a questão feminina em um grupo do Facebook, as organizadoras criaram a página *Não Me Kahlo*, alcançando expressiva visibilidade (em consulta feita no dia 21 mar. 2018, a página mantinha 1.232.878 seguidoras) e, assim, favorecendo a publicação do livro posteriormente. Até março de 2018, o coletivo tentava se formalizar como uma Organização Não Governamental (ONG).



Figura 12: A página *Brasil Feminista* expõe a causa da mulher indígena.

Ajuda a quebrar, assim, uma cadeia discursiva que apenas vê na mulher não indígena a vítima do feminicídio.
Fonte: Facebook.

Em meio a tantos conteúdos, existem as páginas que se identificam e deixam claras suas posições, como também existem aquelas que não deixam tão às vistas seus propósitos. A página citada na Figura 12, por exemplo, se apresenta como um “hub” (ponto de convergência) dos feminismos, cobrindo e divulgando ações as mais diversas realizadas por mais de 800 coletivos feministas, além de reproduzir notícias, artigos, vídeos e artes sobre temas feministas atuais⁴⁷. *Brasil Feminista* é uma tentativa de compilação em meio a tantas informações circulando. Ainda na apresentação, há os nomes das organizadoras da *fan page*, o que não é comum a todas as páginas coletadas como corpus desta pesquisa.

Apesar disso, não se pode concluir muito em relação às pessoas que estão por detrás dessas páginas. Não se identificar também é uma particularidade possível do Facebook e não somente as páginas que se utilizam de discursos mais violentos preferem o anonimato. Outras com conteúdos mais gerais às causas feministas, como *Arquivos Feministas*⁴⁸, *Ventre Feminista*⁴⁹ e *Indiretas Feministas*⁵⁰, por exemplo, também não tem a exposição de um ou mais nomes que organizam as *fan pages*. Os motivos podem ser vários e não nos cabe, nesse trabalho, tentar identificá-los. É possível afirmar, entretanto, que se identificar como organizadora de uma página pública é um ato de coragem, vide as perseguições e bloqueios relatados por Lizandra Souza com sua militância em “Diários de uma feminista”, como relatado anteriormente.

⁴⁷ Disponível em: https://www.facebook.com/pg/brasilfeminista/about/?ref=page_internal. Acesso em: 19 mar. 2018.

⁴⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/arquivosfeministas/>. Acesso em: 21 mar. 2018.

⁴⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/ventrefeminista/>. Acesso em: 21 mar. 2018.

⁵⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/IndiretasFeministas/>. Acesso em: 21 mar. 2018.

Nomeando-se ou não, essas páginas, que são muitas, revelam a necessidade de se inscrever no mundo, principalmente pela necessidade de reação a modelos de opressão que insistem em fazer força em nossos corpos: machismo, misoginia, racismo, capacitismo, transfobia, homofobia... e assim segue. Colocam-se no mundo, portanto, para “transformar o vivido em experiência, marcando sua própria temporalidade e afirmando sua diferença na atualidade.” (RAGO, 2013, p. 56). Uma “aventura de contar-se”, talvez, que periga entre uma sujeita objetivada, vinculada estreitamente à sua identidade, e uma sujeita em movimento ativo de autoconstituição da subjetividade, a partir de práticas da liberdade (idem, p. 52).

Nesse sentido, pensar o corpo nos discursos que emergem no *Facebook* é tratar de como ele é representado e agenciado discursivamente em meio a tantas assimilações dele diante o público feminista. Algumas páginas ainda mantêm um entendimento de “corpo” como uma estrutura fixa, ainda amparada na noção de lócus, receptor de estímulos e não produtor de subjetividades. Outras se diferenciam nesse aspecto, geralmente aquelas que abraçam o conceito das intersecções. Mas, ainda assim, há pautas em comum que manifestam que o corpo é tanto o início como o fim da causa feminista. É a partir da percepção sobre ele que se pode entender-se mulher (seja ela qual for) e se perceber como um corpo diferenciado no mundo. Daí, sujeito a subjugações. É também nele que residem as opressões, seja de forma simbólica, seja de modo carnal. A maneira como o corpo é representado, então, manifesta as temáticas que vem sendo predominantes nos mais diversos debates feministas. Denota igualmente o esforço das mulheres de serem autoras de suas próprias vidas. Como escreveu Grada Kilomba, retornam a si mesmas e, por isso, fazem-se existir. Afinal, o que esses corpos querem?

2.3.1. Meu corpo não admite violência

Há alguma espécie de ignorância, amparada em costumes machistas, que vê o corpo das mulheres como passível de ser infringido. Como se, ali, não houvesse separação entre o que é de âmbito particular e o que é de âmbito público. Abusar o corpo de uma mulher (em suas várias maneiras) é admitir para si que é algo que lhe diz respeito. Os corpos das mulheres são de todos, menos delas. Se há uma percepção, inclusive muitas vezes admitida culturalmente, de que o corpo da mulher é público, é porque se valida que ela não é sujeita dela mesmo. Não há autonomia, no sentido de que ela não pode se autogovernar. Faz-se o que quiser, porque ela seria serviçal de desejos alheios. É para satisfazer o desejo sexual masculino, procriar para o

mundo, cuidar dos filhos. Nada para si, tudo para os outros. Nenhuma decisão sobre ela mesma, decidir está sob o poder de outrem.



Figura 13: Post retirado da página *Pensamento Feminista*. O óbvio precisa ser dito, pois só é óbvio para quem diz. **Fonte:** Facebook.

O enunciado que diz “não cabe às mulheres decidirem sobre seu próprio corpo” abre brecha para uma avalanche de violências que perpassam toda a vida de uma mulher. Desde que nasce até quando morre -- ou quando é morta. Nunca meninas, sempre mulheres em potencial. Como um enunciado estabelece uma verdade, a confiança nele é o suficiente para determinar condutas. Alimentam-se os enunciados constantemente por meio de agenciamentos coletivos que os legitimam. A força discursiva do machismo ainda é tamanha porque são significativos os agenciamentos que se dão a partir dele.

“Limitar a liberdade de uma mulher é um ato de violência.”, diz uma das postagens. Isso porque “liberdade” não é algo abstrato quando seu impedimento se sente no corpo. Quando se há ausência de liberdade, e, portanto, de autonomia sobre seu próprio corpo, impede-se do mais simples, como a escolha da própria roupa, por exemplo, até o mais complexo, como a decisão de seguir ou não uma gravidez. Nos entremeios, muita injustiça. Abusos, estupros, violações no parto, o impedimento do aborto, cerceio de desejos. Morte.

Dentre tantas violências, um *post* compartilhado na página “Já falou para seu menino hoje?” evidencia que a violência também não é um enunciado dado, mas se constrói por diversos discursos que, mais uma vez evidenciamos, não são abstratos, materializam-se corporalmente, pois o corpo é o lócus de todo poder e, mais ainda, é a própria condição da subjetividade. Por isso, a tentação em violenta-lo, pois, qualquer resistência corporal “pode ser fruto da luta ou contestação dos vários regimes que constituem o corpo” (MCLAREN, 2016, p. 115). As violências costumam ser, então, em torno da manutenção de certos regimes.

O “ponto do marido” vem sendo combatido pelas mulheres na comunidade médica por se valer de um discurso que terceiriza o corpo da mulher ao esposo. O procedimento é chamado de “episiotomia” e se trata da sutura do períneo após o parto, com o objetivo de deixar a vagina mais apertada. Corta-se para o outro, para o prazer do homem. Isso tanto denota como o corpo feminino é violentado, inclusive por meio de legitimação médica, como também mostra que há pouco conhecimento sobre o corpo da mulher em relação ao ato de parir. O enunciado que admite a mulher como propriedade do mundo masculino valida esse tipo de situação -- uma entre muitas no âmbito da violência obstétrica.

No Brasil, a organização não-governamental “Parto do Princípio” elaborou uma tipificação para as modalidades para esse tipo de violência, que pode se manifestar em: caráter físico, caráter sexual, caráter psicológico, caráter institucional, caráter material e caráter midiático (KÊNIA, 2016, p. 30). O esforço em se nomear e categorizar os diversos tipos de violência são fundamentais para que o visível também se torne dizível e passível de ser agenciado. Enquanto não se esclarece por que tal ação é uma violência, se fortalece a naturalização de tal ato – e isso não apenas no âmbito da violência obstétrica, mas também de todas as outras. Na luta das mulheres isso vem sendo especialmente fundamental para que se revele o que antes não era agenciado como violência por se manter no não dito.

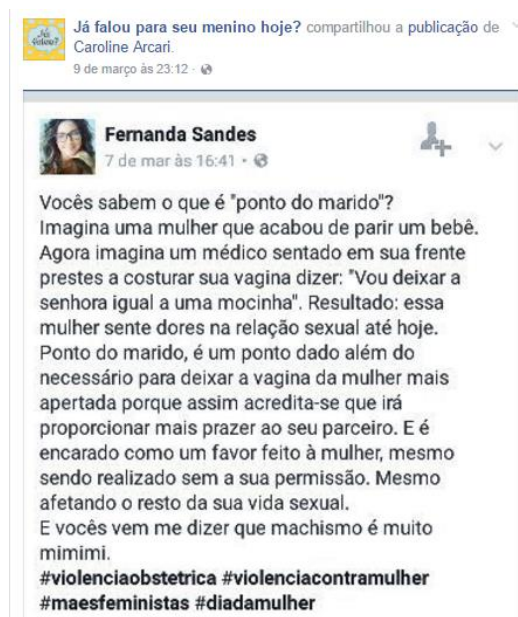


Figura 14: Post retirado da página *Já falou para seu menino hoje?* Compartilhamento de informação sobre o que é o “ponto do marido”. **Fonte:** Facebook.

Não há feminismo que não fale de violência, porque todas as lutas das mulheres são pela retomada de seus corpos. Enquanto eles não são, de fato, seus, eles estarão submetidos à violência. É por isso que se repete “Meu corpo, minhas regras”. Sabe-se que os corpos estão sujeitos às regras sociais, nos meandros das socializações. Mas, também se sabe que há regras que privilegiam uns em detrimento de outras. Querer se autogovernar, mesmo sabendo de condições discursivas/sociais/políticas que podem estar agindo sobre os corpos, é lutar por regras que ao menos considerem as mulheres como sujeitas. Não como serviçais, objetos. Seus corpos são representativos desse contexto. Corpos femininos em contradição ao que é imposto são violentados de inúmeras maneiras. Repetimos: no extremo, morre-se. A questão de gênero, portanto, não é mero dado em pesquisas de homicídio ou de violência. É a própria condição para que muitos desses crimes aconteçam. Morre-se, sim, por ser mulher.

Não é coincidência que no momento dessa escrita tenha acontecido uma das mortes mais emblemáticas do momento de crise política no Brasil. A vereadora pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), feminista negra, lésbica, relatora da Comissão da Verdade Representativa da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro (criada com o objetivo de acompanhar a intervenção federal na segurança pública do estado) foi executada em um carro, junto com o motorista Anderson Gomes, sob suspeita de milícias armadas na cidade terem cometido o crime. Conforme viemos argumentando, sabe-se que um corpo que se põe, simbólica e fisicamente, na frente de uma(s) luta(s) é um corpo ameaçador, um perigo em potencial, pois é um corpo que mostra um modo alheio de existir em contraponto ao que está instaurado. Um corpo que fala, expõe ideias diferentes, que defende quem tem nenhuma ou pouca representatividade ameaça publicamente modos de poderes. A morte de Marielle mostra que o próprio Estado é de dominação, pensando que a “dominação ocorre quando relações de poder se estagnam, bloqueiam-se e tornam-se fixas” (MCLAREN, 2016, p. 219). Tanto é assim, que Marielle vem sendo responsabilizado pela sua própria morte, enquanto milícias já agem matando indiscriminadamente moradores e moradoras de favelas. Mesmo que essas mortes sejam teoricamente ilegais, mantêm-se legitimadas por uma biopolítica que dita o que pode viver e o que é passível de morrer, ou, no caso, de se matar.

A repercussão internacional da morte de Marielle, a comoção do público brasileiro demonstrada em atos por várias cidades do país em protesto e tristeza pela sua morte gritando “Marielle, presente!”, evidenciam o extremo: quando se mata até uma representante do poder legislativo é porque não há limites para aniquilar os corpos que desafiam uma autoridade vigente. Não obstante a execução da vereadora, vários boatos foram disseminados pela internet

posteriormente tentando culpabilizar a vítima⁵¹. Não basta um corpo ser executado, o que se afirmou por meio dele também sofre tentativas de aniquilamento o tempo inteiro.



Figura 15: Culpabilização das vítimas.

Nas páginas feministas há a luta em comum da não culpabilização de quem sofre o crime. A violência é uma temática que perpassa a maioria das publicações, principalmente na disputa por esses agenciamentos de “culpado” e “vítima”. A publicação desta figura chama a atenção para o paradoxo dos discursos hegemônicos, que tendem sempre a culpar as vítimas pelas violências a elas cometidas. **Fonte:** Facebook.

Percebe-se, pois, que a violência tem o corpo como agente fundamental da ação, mas, como também é simbólica e discursiva não encontra resoluções mesmo com a execução de corpos que desafiam os poderes. Nesse aspecto, evidencia-se como os enunciados estão aí, independentemente de indivíduos – mata-se pessoas, mas não suas ideias ou as rupturas discursivas que seus corpos provocam. Mas, assim como os discursos permanecem mesmo quando pessoas são mortas, a violência encontra modos de se perpetuar. Nunca é apenas o ato físico sobre um corpo. Mantém discursivamente a violência, como nas tentativas de culpabilização das vítimas.

Culpar uma vítima é tentar deslegitimar um crime, inseri-lo na cadeia discursiva do naturalizado, tentativa de normatização de uma violência cometida. O abafamento dos discursos faz com que muitas vezes mulheres silenciem quando acometidas por algum ato de violência ou, se denunciam algo, podem se ver diante de uma nova situação de risco que é a de deslegitimação de sua fala. “A lei dos policiais é a lei dos homens”, lembra Virginie Despentes (2016, p. 32), ao relatar sua situação de estupro. A autora comenta isso ao analisar que ao se

⁵¹ A irmã e a companheira de Marielle precisaram entrar, inclusive, com ação na justiça contra o Facebook devido a publicação de calúnias de cunho criminoso sobre a vereadora. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/irma-e-companheira-de-marielle-entram-com-acao-na-justica-contra-o-facebook.ghtml>. Acesso em: 28 mar. 2018.

proferir a palavra “estupro”, se ativa todo um aparelho de vigilância feminino, em que a mulher, mesmo após o crime, continua sofrendo violências. Ainda na mesma página, ela relembra os questionamentos a que mulheres as quais já sofreram estupro estão sujeitas:

Você quer que fiquem sabendo sobre *isso* que te aconteceu? Você quer que todo mundo te veja como uma mulher que foi vítima *disso*? E, de qualquer maneira, como você saiu *disso* viva, sem ser uma puta patenteada? Uma mulher preocupada com sua dignidade preferiria ser morta. Minha sobrevivência é em si uma prova contra mim (DESPENTES, 2016, p. 32).

O arcabouço discursivo que mantém esse panorama é sofisticado é baseado em agenciamentos resistentes à mudança. No caso do estupro, por exemplo, “masculinidade” foi, por um longo período, agenciado unicamente sob uma interpretação que viabilizava a naturalização da agressividade, como se essa não fosse também uma construção social, a despeito de ser justificada como uma característica biológica imutável. Os homens, tratados como bestas sem controle sobre si mesmos. Em virtude disso, por “muito tempo, com efeito, o estupro foi desculpado, interpretado como uma clássica manifestação da masculinidade e as vítimas consideradas como tendo consentido ou sendo responsáveis pelos que desejos que despertaram” (SOHN, 2008, p. 152), como já é analisado pela história do corpo.

Por saber disso, o movimento feminista vem se reelaborando cada vez mais: apontando não só as violências, mas também as condições que fazem essas violências se perpetuarem. As comparações são necessárias e as mulheres estão atentas. Como o exemplo a seguir, na Figura 16, aponta-se como é possível haver uma imensa desarmonia em critérios para avaliar a expulsão de alguém de uma universidade. Mesmo que a situação tenha ocorrido em contextos diferentes, o que permite que não se tenha uma punição imediata a um aluno que matou sua ex-namorada em um laboratório dentro de uma instituição de ensino? Ainda, por que já houve a expulsão de uma aluna por causa do tamanho do vestido a que ela usava? Por que, mesmo que em condições dessemelhantes, essas duas situações são equiparadas e denotam machismo? De certo, para mostrar como há uma enorme discrepância de julgamentos e de agilidade de resolução, impulsionada pela condição de gênero. Chega-se a expulsar uma mulher por causa de sua vestimenta. Sua conduta promove conturbação à ordem e à moral. Mas, em uma situação de assassinato, a reação não é a mesma. A manchete informa que a expulsão do aluno ainda estava sob análise. O corpo masculino parece, mais uma vez, encontrar refúgio em seu privilégio, mesmo quando se trata de um assassinato.



Figura 16: O movimento feminista se mantém atento aos privilégios concedidos aos homens.

Fonte: Facebook.

O jogo de forças torna-se explícito. É preciso força para quebrar as linhas discursivas, já tão consolidadas e configuradas em regimes de verdade. Há sempre que se duvidar das verdades, do que é admitido como normal. Para isso, coletivizar, a fim de se achar outros sentidos que não apenas o convencional. Ainda há dificuldades para se combater as violências contra a mulher porque elas “remetem à construção institucional das normas e das políticas, mas também à tolerância a formas cotidianas da dominação masculina, que podem ser situadas no âmbito dos costumes” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 43). Costumes e hábitos também são construções sociais e discursivas, legitimados em regimes de veridicção. Torna-se urgente, então, também pensar aquém das providências institucionais, ou seja, não depender apenas do Estado para legitimar certos tipos de violência. Mas, pensar também em formas de agressividade que podem se manifestar nos pormenores, nos discursos, nos toques, nas entrelinhas. Ser mulher é estar o tempo todo atenta. Nas ruas e dentro de casa, sim. Mas também nas reproduções cotidianas de violências simbólicas que vão podando as nossas potências aos poucos e que vão inaugurando e ratificando espaços discursivos que legitimam a ação do mundo do Homem sobre o corpo das mulheres. Para isso, é preciso não tolerar o que te coíbe, te cerceia, te limita, te expõe. É preciso ser incômoda, romper com os padrões e escrachar o que te violenta. Caso não, mantém-se o campo discursivo que sujeita o feminino às dominações. Os casos da violência doméstica e do estupro nos são didáticos nesse aspecto – tornaram-se crimes por não serem mais tolerados socialmente. Para que se chegasse à proteção jurídica, foi preciso expor discursivamente o que antes apenas se mantinha na esfera do privado:

As conquistas do feminismo na legislação relativa à violência doméstica e ao estupro se apresentam como avanços não apenas na contenção dessas formas de agressão

contra a mulher, de modo mais específico, mas também na definição do direito das mulheres à autodeterminação. As hierarquias nas duas esferas, privada e pública, potencializam uma posição de maior vulnerabilidade para as mulheres, relativamente aos homens, na medida em que restringem sua autonomia de diversas maneiras – do controle sobre o próprio corpo ao acesso a recursos materiais e simbólicos que viabilizam o autogoverno. As mudanças na legislação convivem com a manutenção de formas cotidianas de violência representadas, entre outras, pelo alto número de estupros e de assassinatos de mulheres por homens com quem elas tiveram relações afetivas (mesmo que se considere como positivo o maior registro das denúncias). Há, assim, indícios de que essas formas de violência são, em algum grau, toleradas socialmente, mantendo-se como uma “possibilidade constante no horizonte da imaginação social vigente” (idem, p. 113).

O meu corpo não admite violência e nem a possibilidade dela. Não pode ser tolerada. A palavra fere, o corpo é morto. Nossos corpos começam a encontrar espaços em um mundo para os homens quando incomodam. Estamos quebrando as linhas invisíveis que insistem em nos segurar. Inaugurando espaços que abracem o feminino. Explicitando o que sufoca. Lutando. Com o corpo e para o corpo. Existir em um mundo exclusivamente masculino é desobedecer o tempo inteiro. Só existimos se resistimos. (Re)existe-se.

2.3.2. Meu corpo é afirmação

“Não só a resistência, a reação, mas a afirmação da existência. Apenas ser, sem ter que dar explicação. A força do novo. A invenção do futuro. A disputa do imaginário. A urgência. A insistência.”

Höröyá

Não basta a condição de querer se reportar sobre algo para que se tenha legitimação no discurso. Não são todos os corpos que podem falar pelas mulheres, ainda que também sejam mulheres. Também nem sempre são consideradas as mulheres que fogem a padrões estéticos. Ou ainda, nem mesmo se considera a existência das que fogem à norma. O discurso tende a não ser levado em consideração, a não ser legitimado -- os regimes de verdade não o permitem e esses corpos são como que invisíveis.

Contra isso, afirmar-se.

Isso significa inscrever-se no mundo, se fazer ver para viabilizar sua existência. Até porque, como já vimos, amparar o movimento feminista em um tipo específico de definição de Mulher é recair no essencialismo que só funciona se pela exclusão. As mulheres, todas, nos afirmamos cada vez mais, nas particularidades de nossas existências. A identidade, no entanto, funcionando apenas como ponto de partida, não o fim de qualquer causa. O corpo deve encontrar maneiras de ser de modo que não se reduza a nenhum modelo de feminilidade, caso contrário, enclausuramos nossas possibilidades de existência, não abrimos espaço para a

criação, tornamo-nos presas fáceis de quaisquer forças discursivas que queiram nos capturar. Afirmando-nos com a consciência da multiplicidade nos tornamos agentes de um poder positivo, não impositivo, aberto a contradições, deslizantes nas cadeias discursivas, zigzagueando nas definições, mostrando que, sim, os corpos de uma causa podem (e devem) ser múltiplos. Quando me afirmo deixo de ser a Outra que reage, e passo a ser sujeita, agente da ação, liberta da dinâmica de poder que me deixa subordinada a reação de um outro. Existo, além do outro. Existo porque sou. Existo porque existo.



Figura 17: Grafite.

As manifestações feministas gritam em meio a redes digitais e muros pelo domínio de seus próprios corpos. “Somos donas da nossa voz, nosso corpo, nossa história”. **Fonte:** Facebook.

A maioria dos corpos que se mostram nas redes digitais são corpos questionadores, com uma grande quantidade de conteúdo desafiando os padrões de beleza. Conforme analisado no livro *História da beleza no Brasil*, de Denise Bernuzzi de Sant’anna (2014), principalmente a partir da década de 1950, o embelezamento se transformou em gênero de primeira necessidade. Isso principalmente por causa do desenvolvimento dos grandes meios de comunicação: a imprensa, o cinema e a televisão tornavam padronizadas as manifestações de beleza, tornando as imagens representadas modelos a serem admirados e almejados. Junto a isso, uma megaindústria que financia o aparato midiático, estratificada em diversas categorias, como alimentação, cosmética, saúde e atividades esportivas. Era e ainda é (mesmo que de maneiras diferentes) uma avalanche de imagens corporais que padronizam as possibilidades subjetivas em moldes que caibam nos cálculos do biopoder. Pois, a beleza nunca é só uma questão puramente estética. O movimento feminista percebeu que o que muitas vezes é vendido como “beleza” ou até mesmo “saúde” na verdade é tentativa de padronização social em um contexto

em que a feiúra representaria, em contraponto, o que não é de interesse da indústria ou até mesmo dos governos. Nesse sentido, é importante destacar que a medicina mesmo, nesse contexto de desenvolvimento das forças capitalistas e de um biopoder que visa controlar aos corpos, é fortemente influenciada pelos discursos eugenistas e higienistas que, entre as décadas de 1910 e 1920, “publicaram inúmeros textos nos quais a beleza feminina e a força masculina dependiam das ‘raças’” (SANT’ANNA, 2014, p. 61). Isso era explícito, como no caso das propagandas de misses e de concursos de beleza, onde se prezava pelo corpo branco e magro, sem papas na língua. “Moças alvinhas, conforme se dizia, simbolizavam saúde, *status*, riqueza e limpeza” (idem, p. 64). Ainda na mesma obra, a autora destaca que mesmo na década de 20, “os corpos não eram vistos como *exclusividades individuais*. Costumavam servir como instrumento de gestão da vida coletiva, pertencentes a uma comunidade, ficando, assim, dependentes da aprovação desta” (idem, p. 57-58).

Essa retrospectiva destaca que os movimentos sociais amparados na identidade tinham razão em um aspecto: há que se reivindicar pelos seus corpos. Principalmente porque não se trata apenas de uma questão de visibilidade. Os corpos outros não se tornam visíveis porque são excluídos de cadeias de significação e anunciam injustiças que ameaçam o viver em coletividade. Os corpos que diferem sofrem tentativas de serem colonizados o tempo inteiro e suas diferenças são categorizáveis como diferenças a serem extirpadas. Portanto, se nos afirmamos como algo que é de um jeito não considerado pelas cadeias discursivas padronizadas é justamente para inserir nossos corpos nas possibilidades de existência. Não existir pela aprovação de, mas existir apesar da reprovação de.

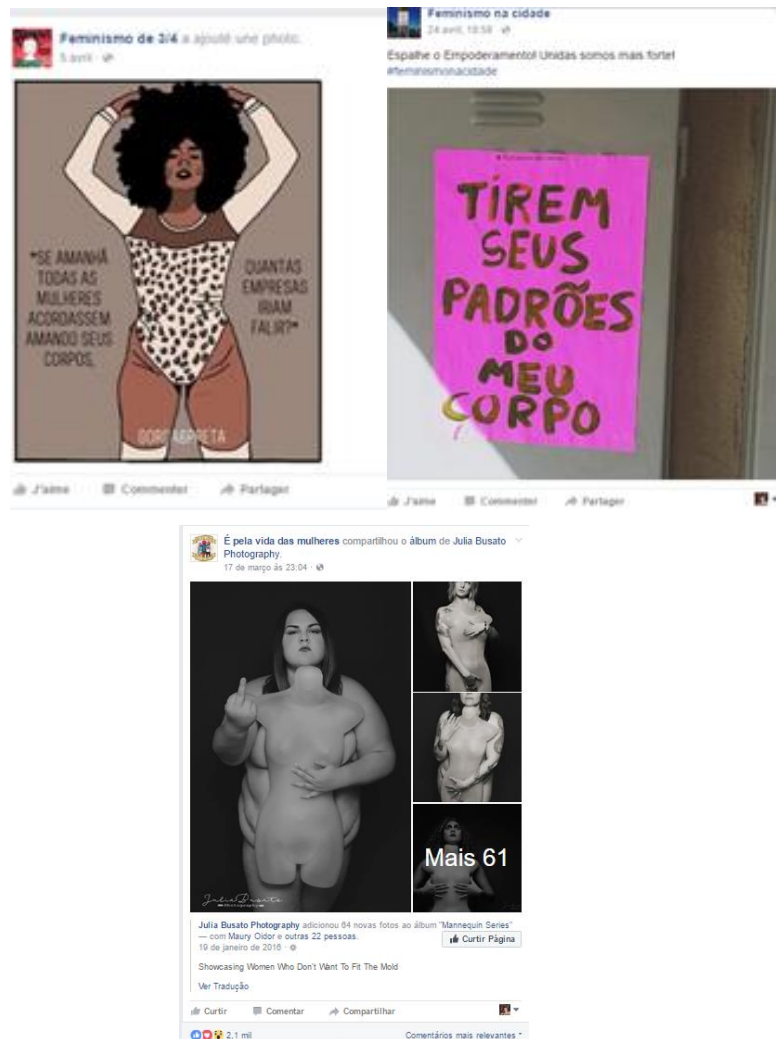


Figura 18: Protestos contra os padrões estéticos.

Põe-se à mostra os corpos negros, gordos, peludos, tatuados, rebeldes por ultrajarem o corpo-molde-padrão. Ainda que estes corpos estejam sendo capturados cada vez mais pela indústria, ainda não são contemplados como corpos desejáveis. **Fonte:** Facebook.

A afirmação da sexualidade também é uma tática do movimento feminista para se pôr também no mundo do desejo. Esta, entendida aqui como a construção social dos usos do corpo a fim de se obter prazer (HIRATA et al., 2009), em um contexto no qual a sexualidade feminina é, ainda, patologizada a partir do ponto de vista masculino (MCLAREN, 2016, p. 150). Durante muito tempo, o corpo feminino era considerado um corpo submisso, apenas à espera do que poderiam fazer com ele. Isso implicava um corpo não desejante, apenas com serventia para a reprodução. Como “Marias”, era como se fossem imaculadas, concebiam sem terem experimentado o prazer e o gozo. As que ousavam se desviar desse estereótipo eram (por vezes, ainda são) xingadas como “putas” e outros termos pejorativos. Isso se deve à produção das dicotomias subordinadas aos agenciamentos “masculino” e “feminino”, como é explicado pelo Coletivo Não Me Kahlo:

Sendo assim, graças a uma socialização extremamente sexista, que reforça uma dicotomia na qual o masculino representa o ativo e o feminino, o passivo, tanto meninos quanto meninas encaram a sexualidade como algo próprio do domínio masculino. Para as meninas, a construção da feminilidade está diretamente vinculada à negação de seu corpo e de sua sexualidade (KAHLO, 2016, p. 78-79).

Ao também se exporem como agentes da atividade sexual, as mulheres se colocam para além do binômio “santa” ou “puta”. Vão de contra os valores morais e se recusam a ser apenas seres desejados, mas também desejanter, abertas à comunicação sexual, na tentativa de sair do âmbito do corpo coisificado. Afirmam-se também como sujeitas do mundo erótico e não apenas seu objeto. Transam, de muitas maneiras. Abrem caminhos, inclusive, para se pensar a sexualidade para além dos órgãos sexuais, sendo as figuras do pênis e da vagina suas representações máximas. O *Manifesto contrassexual* (2014), já citado aqui, é um exemplo de uma literatura provocativa, inteiramente crítica não só ao molde falocêntrico da sexualidade, mas também àquele que se dá somente em torno da vagina, e vai na leva dos questionamentos em torno do corpo a partir das reflexões feministas.



Figura 19: Tradução livre: Nós podemos, sim, comer.

Publicação em página feminista reivindica a agência no ato de “comer”. Não é só o homem que come, enquanto a mulher provê. A mulher também usufrui do sexo e dessa maneira quebra o discurso que a põe no lugar de dominada. **Fonte:** Facebook.

São provocantes as mensagens. Significa que estimulam rupturas discursivas. Há que se refletir, no entanto, sobre como a afirmação dos nossos corpos afetam os corpos outros. Nossa afirmação não pode se tornar outro mecanismo de exclusão. Devemos existir em nossas particularidades, sim, mas que essas particularidades se mantenham como especificidades e não como regras. Sempre há o risco de cairmos nos discursos da hegemonia, os poderes negativos são sedutores. O desafio, portanto, é não se agarrar a nenhuma verdade como suprema. Fazer-

se ouvir e fazer-se ver, mas também ouvir e ver. Será que estamos considerando outras mulheres, nos movimentando em direção a uma existência menos egocentrada e, assim, mais coletiva? Até que ponto a afirmação de mim pode inviabilizar a outra?

2.3.3. Meu corpo é de muitas lutas

“Cada uno y cada una somos responsables del machismo, pues las mujeres también somos machistas. La diferencia es que del machismo de las mujeres no se benefician las mujeres, sino fundamentalmente los hombres. En cambio, un hombre machista se beneficia ‘él a sí mismo’ y los hombres en general.”

*Feministas Comunitarias de Abya Yala (FeCAY) -
Bolivia*

A reflexão que promovem as feministas comunitárias coincide com o que viemos dissertando até aqui. O machismo não é agenciado apenas pelos homens, sendo as mulheres passivas vítimas. A tessitura discursiva é complexa e perpassa tanto mulheres como homens. Nós, mulheres, podemos ser machistas, mas nossas ações nesse viés serão em direção à nossa ruína e não ao privilégio, como acontece com os homens. Isso é repetido mais uma vez porque mesmo com o aglomerado de conteúdos de afirmação do movimento das mulheres, ainda se reproduzem discursos violentos em busca de um corpo unívoco e substancial. Esse nunca existirá. Meu corpo é múltiplo, complexo, até mesmo confuso. E, se me afirmo como mulher, é porque insisto em uma vivência feminina. Ou seja, o ato do meu existir confronta um mundo demasiadamente masculino. Não me sinto contemplada pelas leis do Homem, bem como com seu modo de existir. Ser mulher deve ser uma vivência que indague um *modus operandis*, uma existência que amplie e explore os sentidos para além do dado. O feminino emerge como um “elogio da diferença”, um valor relacional, portanto que não veja no masculino seu inimigo, mas, porque relacional, investe em ambos os valores. O problema é que parte do movimento feminista, em busca da tão arriscada igualdade, muitas vezes vislumbra meios de se inserir no mundo dos homens, nem sempre atentando ao contrário. Os homens também precisam se adequar, se feminizar. E as mulheres, principalmente, não devem sucumbir à tentação de se masculinizarem por inteiro⁵². Se não, buscamos uma uniformização que não vale a nós, aos

⁵² Destacamos que “masculinizar”, aqui, diz respeito a incorporar os valores tradicionalmente admitidos como masculinos, a exemplo da virilidade, da força e da rigidez.

homens, às pessoas que não se identificam com essas premissas de gênero e nem à sociedade, pensada como uma coletividade que deve se compor de heterogeneidades.

Esse “elogio da diferença” com um enfoque em um feminino emergente, trazido por Rosiska Darcy de Oliveira (2012), é lembrado a fim de alimentar o feminismo de agora⁵³, como propõe a autora. Porque percebe-se um feminismo excessivamente masculino, atentamos para as vertentes do movimento que insistem em padronizar o corpo, em um reducionismo característico do mundo do Homem. Nesse aspecto, não só o corpo das mulheres com pênis é excluído, mas também os corpos femininos não tão contemplados pela onda jovem do movimento em redes digitais. Aqui, então, nos utilizamos desse “feminizar” proposto pela autora para desenvolver uma reflexão sobre o modo como os corpos são tratados dentro da dinâmica feminista. Enclausurar o movimento em tipos únicos de corpo seria um modo masculino, por não valorizar a diferença. Rosiska fala de “territórios do feminino”, referente a algo que é incerto, impossível de circunscrever e de ser provado. Nesse aspecto, “a imprecisão terminológica talvez ajude a sublinhar a flexibilidade de fronteiras e a própria busca de novas palavras para dizer que o se sente” (OLIVEIRA, 2012, p. 124). Aqui admitimos, então, que considerar corpos múltiplos sob o referente do “feminino” é resistir à tirania “do conceito, da definição, que não deixa espaço para as imprecisões do real” (idem).

Mas, as imprecisões do real existem. Como lidar com essas contradições, sem promover o apagamento de certos corpos, e, não reproduzir o machismo que nos oprime?

Surgem corpos diferentes dos da onda jovem do movimento das mulheres em rede digital, mas somente em notícias ou *posts* específicos que tratem sobre elas. Nomeadamente, mulheres indígenas, mulheres idosas e mulheres prostitutas. Essas tímidas presenças, bem como as ausências de outros corpos que se mantêm invisíveis na rede, por se manterem no não dito, tensionam os discursos feministas e fazem surgir a preocupação: a afirmação de certos tipos de corpos inviabilizam a emergência de outros, nesse contexto afirmativo e de luta por direitos? Algumas hipóteses podem ser levantadas, na devida proporção contextual de cada tipo de mulher. Mulheres idosas podem não ter aderido tanto ao recente discurso feminista, como ao uso da internet, devido a um conflito geracional. Podem não se sentir contempladas por discursos que não as vejam como sujeitas. As prostitutas podem não se sentir acolhidas pelas feministas que, em sua maioria, tratam a prostituição como recurso misógino, capitalista,

⁵³ A autora chega a falar em um pós-feminismo. Mas, pensamos que não há “pós” se questões oriundas do feminismo ainda não foram superadas. Nós, mulheres, continuamos tendo que nos impor como sujeitas para que se considere nossas existências.

objetificador e violentador do corpo das mulheres (Virginie Despentes, em sua *Teoria King Kong* (2016), questionaria essa perspectiva com a pergunta: por que a mulher não pode se aproveitar do seu estigma para ganhar dinheiro?). Já as mulheres indígenas podem igualmente não se identificar com a sujeita enunciada pelo feminismo. Julieta Paredes, feminista comunitária boliviana, por exemplo, disse em um evento realizado em São Paulo⁵⁴, que as feministas comunitárias não seriam feministas tradicionais, no sentido de que essas fariam parte de uma “esquerda tradicional que homogeneiza as contradições”. Seu feminismo, ao contrário, seria em direção à libertação de todos os povos, com propostas concretas contra a colonização de seus corpos.

De qualquer maneira, a emergência de contradições dentro do movimento feminista prova exatamente a multiplicidade de nossos corpos e que, por isso mesmo, não somos todas iguais. Essa afirmação impulsiona os feminismos interseccionais, mas também outras vertentes do feminismo parecem se organizar a partir de posicionamentos políticos não amparados apenas nas intersecções de “classe” e “raça” para demarcar diferenças discursivas determinantes para a luta feminista a que propõem. Afinal, são muitas as lutas e a condição de gênero não se enclausura nela mesma. Ela está interligada com diversas outras questões estruturais e discursivas, as quais complexificam a busca por direitos das mulheres.



Figura 20: O feminismo negro destaca: “Não somos todos iguais!

Você não perde vagas por causa da sua cor. Você não é seguido nas lojas. Você não é apontado na rua. Sua religião é sagrada e não piada! Não somos todos iguais!”. “Igualdade” também é um agenciamento problematizado não só

⁵⁴ O evento, chamado *Descolonizar a esquerda*, foi realizado no dia 30 set. 2017 e fez parte do *Ciclo de encontros Feminismo Comunitário: propostas desde o Sul*, visando fortalecer a atuação de mulheres e seus espaços de resistência ao neoliberalismo e ao patriarcado, a partir das contribuições dessa vertente do movimento feminista.

dentre os objetivos do feminismo (a igualdade entre homens e mulheres seria, na verdade, uma força discursiva sobreposta a outra), mas também dentro do próprio movimento. A afirmação da diferença vem sendo a saída para evitar o apagamento de alteridades. **Fonte:** Facebook.

Não há, portanto, apenas o risco de reproduzirmos machismo em nossa militância, mas todos os outros tipos de discriminação que possam existir no arcabouço enunciativo. O “feminismo radical”, já citado em outros exemplos, é o expoente de discursos opressores na dinâmica do movimento. Espalhado por diversas páginas que, ora estão no ar, ora são apagadas, mantém uma postura discursiva de provocar conflitos dentro do próprio movimento. Suas postagens não costumam ser propositivas à libertação feminina, com a divulgação de informações úteis às mulheres, por exemplo, mas, por meio de ironia, denúncia e críticas enviesadas a um modo reducionista sobre a perspectiva de gênero, se dedicam a minar os discursos de outras vertentes que acolhem outros modos de mulheridades que não a convencional.

Em resposta, surgem na rede tipos específicos de feminismos, os quais, mais na leva da afirmação do que da reação, apresentam os valores que veiculam, como forma de organização de coletivos engajados em causas não só condizentes às questões de gênero, mas também a um modo se encarar a sociedade a partir de outros recortes, como o econômico. Os que se nomeiam no corpus são o Transfeminismo⁵⁵ e o Feminismo Libertário⁵⁶. Outros, como na página *Feminismo Sem Demagogia – Original*⁵⁷, não se intitulam como uma vertente específica, mas o fazem na apresentação da página – como esta, que se nomeia como “feminismo marxista”. Ademais, coletivos feministas são muito presentes na rede, mas não se enunciam, a princípio, como um tipo específico de feminismo, apesar de ser possível analisar os discursos veiculados em suas postagens e atribuí-los às diversas vertentes que caracterizam o movimento.

A proliferação de tantos discursos em torno da luta pela libertação da mulher faz sentido, principalmente se pensamos junto com Foucault (1988), de que os dispositivos, e aqui pensamentos o da sexualidade, é produtivo. Isso é cada vez mais explícito com tantas questões de gênero surgindo. Não é à toa que o termo “LGBT”, por exemplo, ganhou mais siglas e agora tem se manifestado como “LGBTQIA+”. O dispositivo é produtor de muitos moldes de se encarar não só a sexualidade, mas a própria questão de gênero. Daí o surgimento de outras sujeitas e sujeitos. Além disso, outros dispositivos se manifestam no aparato discursivo,

⁵⁵ A página é uma das que mais se mantém estável durante o tempo de pesquisa. Disponível em: <https://www.facebook.com/Transfem/>. Acesso em: 11 abr. 2018.

⁵⁶ Durante a pesquisa a página foi apagada, mas já se manifestou em outro endereço. Disponível em: https://www.facebook.com/f.libertario/?ref=br_rs. Acesso em 11 abr. 2018.

⁵⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/FeminismoSemDemagogiaMarxistaOriginal/>. Acesso em: 11 abr. 2018.

afastando ainda mais a pretensão de uma universalidade da sujeita feminista, o que coadunaria com uma abordagem liberal, desconectada dos arranjos institucionais e relações sociais que compõem as relações sociais.

McLaren atesta que todas as teorias feministas “começam com a opressão ou subordinação da mulher e todas têm como meta liberar as mulheres de sua subordinação” (2016, p. 16). Libertar as mulheres seria uma questão consensual. Porém, alguns fatores entravam essa premissa, fazendo com os que os feminismos ou se multipliquem (no sentido de se nomearem de outras maneiras para abarcar outras sujeitas, como fazem os feminismos interseccionais) ou se dividam (nesse caso, em posições que entram em conflito e representam rupturas às alianças dentro do movimento). Os entraves, portanto, seriam concernentes às apreensões de quais seriam as opressões e de qual mulher se fala.

Pensar a questão da mulher a desvinculando de outros fatores além do gênero é reduzir a complexidade discursiva a qual todas estamos, inerentemente, conectadas. As iniciativas desses feminismos os quais se põem no mundo como causas específicas tenta dar conta, ao menos discursivamente, de toda essa complexidade que nos abarca. É saudável ao movimento que haja contradições. Foi a partir delas que pôde se vislumbrar a emergência dos feminismos interseccionais e tantas outras sujeitas puderam e podem se fazer notar. Enunciar claramente quais são suas premissas, como o fazem o transfeminismo e o feminismo libertário, marca posições discursivas, fazendo com que seus valores não sejam facilmente cooptados por forças discursivas contrárias.

Destaca-se, no entanto, que, como esclareceram as feministas comunitárias, é possível que mulheres reproduzam as opressões as quais estão sujeitas. Identificar as outras lutas que perpassam o feminismo é uma tentativa bastante válida para visualizar quais seriam essas outras formas de subjugação, a fim de lutar contra elas, mas também de não as reproduzir. O transfeminismo, por exemplo, muito concatenado com o movimento *queer*, evidencia que antes de se debater a questão da subjugação da mulher, deve se especular de qual mulher se fala, propondo também uma subversão da identidade, como defendeu Butler (2015). O corpo trans evidencia, então, que sua luta é anterior ao enfrentamento das subjugações por parte do mundo do Homem, pois sua existência mesmo é uma questão a ser levada em conta – as opressões são consequências desse modo de existir. Já o feminismo libertário fala de uma “defesa radical da liberdade”, apostando em “estratégias descentralizadas” e “que estimulem um papel ativo da mulher nesse processo”. Para isso, atenta para os modos de opressão vinculadas ao Estado, mas também aos outros sistemas de dominação, como o próprio sistema de gênero, o qual pode

limitar a autonomia das mulheres ao invés do contrário. Recorrer a “estratégias descentralizadas” é uma medida sagaz por utilizar-se de uma perspectiva do poder que se desenvolve reticularmente, do micro ao macropolítico, como temos defendido aqui. Além disso, a afirmação desse tipo de feminismo é uma resposta ao chamado “feminismo liberal”, o qual negligencia as “relações e instituições sociais das quais todo sujeito depende” (MCLAREN, 2016, p. 103).

Os corpos que se esforçam para identificar os discursos que os aprisionam e que, por isso, nomeiam outras causas mais específicas dentro do feminismo, estariam, portanto, utilizando-se de características do feminino para desenvolver suas lutas, no sentido de que, ao se complexificarem, exploram e experimentam “territórios do feminino”, não se limitando ao que já é dado. O desafio é essas especificidades não se tornarem elas também conceitos fixos, apegados às suas definições. As imprecisões do real sempre vão existir e admitir essa condição torna mais plausível lidar com as transformações das lutas. Desse modo, há a possibilidade de se agregar cada vez mais sujeitas às causas feministas e formar alianças entre as vertentes já existentes. Mas, é necessário sempre forçar os olhos, ver além do nosso horizonte, ou seja, vislumbrar horizontes outros, para perceber quem não é contemplada na luta e por que essas outras não fazem parte de nossa linguagem. Cadê as indígenas? As ribeirinhas? As moradoras de rua? As mulheres com deficiência física? Por que rechaçar as prostitutas? O que o modo econômico diz sobre a condição das mulheres? E o modelo político? O nosso feminismo contempla nossas mães, tias e avós? Para isso, mais que chamar essas outras mulheres, mas ouvi-las. Esse deve ser um dever feminista ininterrupto. Somente dessa maneira nos livraremos nos modos masculinos de se fazer militância e elogiaremos a diferença em todos os femininos que emergirão em nossa frente. Daí que se falar em feminismo interseccional é uma grande conquista para o movimento, por proporcionar avanços políticos significantes para a sociedade, claro, mas principalmente, por representar um avanço do trato das mulheres com elas mesmas.

CAPÍTULO 3 – POSSÍVEIS A PARTIR DOS FEMINISMOS INTERSECCIONAIS

3.1. Admitir a interseccionalidade é feminizar o olhar

Vislumbram-se novos caminhos para um movimento político que não mais se contenta apenas com a libertação da mulher. Quando nos vemos como mulheres plurais, ampliamos nossas perspectivas, evitamos agir somente no viés da mulher branca ocidental (e, aqui, podem-se adicionar mais atributos que correspondam à norma). Não promovemos, desse modo, o apagamento de outras sujeitas que não nós. Mais que considerar ou aceitar as alteridades, promove-las, é uma missão feminista e só é possível no âmbito do feminino -- categoria essa que surge mais como um escape, do que reforço de uma oposição que não nos contempla.

O feminino seria a tentativa de abarcar os excedentes rebeldes do sentido, aquilo que não é contemplado pelo mundo padronizado e identificado como masculino. Com isso, não se trata de opor homens e mulheres ou, ainda, de inferiorizar os homens. Não se trata, conjuntamente, de taxa-los como inimigos. Masculino e feminino surgem aqui como categorias abstratas, utilizadas enquanto ainda não conseguimos elaborar uma linguagem para além disso. Nos valem da palavra já dada para agir nela e favorecer o surgimento de outras que ainda não conseguimos verbalizar. Se o masculino é identificado como o modo da rigidez, da competição desenfreada, do bélico, da superioridade, da hierarquia, do mundo adulto que não permite os devires, o mundo feminino é tudo o que escapa a isso. É o grito de um mundo que não mais aguenta ter seus sentidos amparados apenas no Homem. Queremos outros sentidos. Queremos outras subjetividades possíveis. Por isso, estamos investindo em novos meios de nos manifestar. Sendo assim, é importante que lembremos: “[...] só se pode fazer mesmo uma revolução com a derrubada dos valores daqueles que nos oprimem, dos quais também estamos contaminadas” (LECLERC, 1982, p. 39).

Nas teorias feministas, muitas vertentes do movimento vêm sendo nomeadas para evidenciar as várias frentes que surgem a partir da luta pela libertação feminina. O exercício de identificar e nomear os distintos interesses nos mostra que o esforço pela infiltração nos regimes de visibilidade procede e é de grande valia para que haja a possibilidade de se dizer o que, até então, estava fora das cadeias discursivas. Tornar-nos visíveis é também tornar nossas existências possíveis. Por isso, o feminismo não tem como admitir um enunciado único. A partir do momento em que a luta se consolidou, possibilitou a produção de outros discursos e o

aparecimento de outras sujeitas. Como já vimos, somos muitas, por isso as causas se complexificam, trazendo novos contornos teóricos e políticos para o feminismo. Admitimos, portanto, que o movimento, “é uma orientação teórica que inclui uma ampla gama de posições e visões” (MCLAREN, 2016, p. 16).

Muitas são as denominações para essas vertentes. Carla Garcia (2015) divide os feminismos contemporâneos em: feminismo da diferença, feminismo cultural, feminismo essencialista e feminismo institucional. Já Margareth McLaren (2016) lista: feminismo liberal, feminismo radical, feminismo marxista, feminismo socialista, feminismo multicultural, feminismo global e feminismo pós-moderno. Os muitos nomes lidam diferentemente não só com a perspectiva de “mulher”, mas também com as condições sociais e políticas que são significativas ao modo de existir da mulher de que falam, e daí quais as subjugações identificadas em suas vivências. As feministas marxistas, por exemplo, veem o capitalismo como a causa fundamental da opressão feminina. Para elas, a mulher seria ou uma “classe social” ou como um “sexo oprimido”. Em consequência, essa abordagem admite que a opressão de classe em torno da propriedade privada seria a base para a condição de inferioridade a que mulheres são submetidas.

O fato é que, não só as mulheres, mas todo ser humano, elabora constantemente modos para se existir, em tentativas de se livrar do sofrimento e de promover condições de sociabilidade. As mulheres que agem no enunciado do feminismo fazem o mesmo. Agem pelo mútuo reconhecimento, inclusive, dentro do próprio movimento, buscando sentidos em seus contextos para o engajamento social. As mulheres notaram: estamos em desigualdade no acesso aos direitos, mas também estamos em desvantagem na promoção de novos costumes e hábitos. Com o desenvolvimento e estudos em torno do feminismo, avançaram mais um passo: também estamos para trás em relação a outras mulheres, pois somos diferentes dessas que detém o poder discursivo em uma condição de sujeita. A história mostra como vem sendo poucos os atores históricos que podem falar ou podem se tornar importantes em uma ordem simbólica. Tanto no campo discursivo, no reconhecimento das subjetividades, como no campo macropolítico, na distribuição de direitos. A proliferação de cada vez mais sujeitas e grupos sociais, portanto, é uma reação às possibilidades discursivas que se tem tido até então.

A maioria das vertentes do feminismo não são excludentes, mas se complementam. Atribuir-se como um tipo ou outro de feminista se dá a partir de uma identificação como sujeita e de uma visualização do seu corpo no mundo a partir de um recorte específico. Dentre as

vertentes elaboradas por Garcia (2015) e McLaren (2016), pontuamos algumas que podem ser mais significativas ao debate em torno dos feminismos interseccionais, sendo elas:

- **Feminismo multicultural:** surge como reação à negligência de “raça”, etnia e cultura evidente em abordagens feministas anteriores. Defende que a opressão é interativa, específica e interligada, ao invés de separadas e discretas (MCLAREN, 2016, p. 25).

- **Feminismo global:** identifica que a análise feminista tradicional é frequentemente limitada a países industrializados no mundo ocidental, por isso reconhece as realidades históricas e sociais do colonialismo e imperialismo (MCLAREN, 2016, p. 26). Pode ser relacionado com outros tipos de feminismo, como o do terceiro mundo e o pós-colonial (LABA, 2008), dependendo da literatura utilizada.

- **Feminismo pós-moderno:** critica os modelos unificados de identidade e defendem que as críticas em torno do conceito de uma identidade singular são essenciais para uma política progressiva (MCLAREN, 2016, p. 27). As críticas de Judith Butler (2015) seguiriam essa vertente, evidenciando o “fundacionismo da identidade” como algo que “presume, fixa e restringe os próprios ‘sujeitos’ que espera representar e libertar” (BUTLER, 2015, p. 256).

- **Feminismo da diferença:** reivindica a igualdade entre mulheres e homens, mas nunca a igualdade com os homens porque isso implicaria aceitar o modo masculino (GARCIA, 2015, p. 97). Nesse viés, propõe o enfoque no plano simbólico, para que, neste plano, se produza a efetiva liberação da mulher e do desejo feminino (idem, p. 99-100).

Outro tipo de feminismo que muito vem sendo utilizado na teoria das mulheres é o **Feminismo descolonial** -- especialmente importante no contexto do feminismo latino-americano, em particular o brasileiro, justamente por sermos um povo colonizado e por, até hoje, sofrermos com as agruras provenientes desse processo. A partir dessas correntes de ruptura dentro do movimento, o feminismo descolonial é uma teoria que surge como tentativa de superar a colonialidade de gênero, evitando a contínua colonização das memórias, das noções de si e das relações intersubjetivas (LUGONES, 2014). Nesse aspecto, este tipo de feminismo também rechaça o modelo de “mulher” por entender que essa categoria de gênero é mais uma normatização de saberes e práticas comunitárias dos povos colonizados. Descolonizar

o gênero, então, “é necessariamente uma práxis. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social” (idem, p. 940). Essa perspectiva nos inspira, pois não visualiza o “sistema global capitalista colonial” como exitoso em todos os sentidos. Mesmo em meio às investidas para se cooptar os sentidos provenientes dos povos, suas relações, saberes e economias, continua-se resistindo. As mulheres colonizadas se movimentam, lutando contra a “paralisia da colonialidade do ser”, em uma atividade criativa de “ser-sendo”. Mesmo que habitantes de um espaço-tempo corrompido, percebem-se criativamente em modos de resistência com suas subjetividades ativas.

Ou seja, a tarefa da feminista descolonial inicia-se com ela vendo a diferença colonial e enfaticamente resistindo ao seu próprio hábito epistemológico de apagá-la. Ao vê-la, ela vê o mundo renovado e então exige de si mesma largar seu encantamento como “mulher”, o universal, para começar a aprender sobre as outras que resistem à diferença colonial (idem, p. 948).

A identificação dessas outras, que não a “mulher” como universal, parecem preconizar a avalanche de discursos que trazem os feminismos interseccionais como possibilidades de inclusão das mais diversas sujeitas na luta feminista, atestando a perspectiva foucaultiana do poder como produtivo e dos estados de dominação não serem determinantes por causa das resistências possíveis. A interseccionalidade surge nesse esforço de infiltração nas linhas de poder, mapeando as fissuras, as brechas nas divisões, e revelando que, mesmo com as separações das categorias, não há como se considerar somente uma coisa ou outra, pois tudo está imbricado. María Lugones explica:

Género, raza, clase han sido pensadas como categorías. Como tales, han sido pensadas como binarias: hombre/mujer, blanco/negro, burgués/proletario. El análisis de categorías ha tendido a esconder la relación de intersección entre ellas y por lo tanto ha tendido a borrar la situación violenta de la mujer de color excepto como una adición de lo que les pasa a las mujeres (blancas: suprimido) y a los negros (hombres: suprimido). La separación categorial es la separación de categorías que son inseparables (LUGONES, 2008, p. 76)⁵⁸.

E exemplifica:

Dada la construcción de las categorías, la intersección interpreta erróneamente a las mujeres de color. En la intersección entre «mujer» y «negro» hay una ausencia donde

⁵⁸ “Gênero, raça, classe têm sido pensadas como categorias. Como tais, têm sido pensadas como binárias: homem/mulher, branco/negro, burguês/proletário. A análise das categorias tem tendido a esconder a relação de interseção entre elas e para tanto tem tendido a apagar a situação violenta da mulher de cor exceto como uma adição do que passa às mulheres (brancas: suprimido) e aos negros (homens: suprimido). A separação categorial é a separação de categorias que são inseparáveis.” Tradução nossa.

debería estar la mujer negra precisamente porque ni «mujer» ni «negro» la incluyen. La intersección nos muestra un vacío. Por eso, una vez que la interseccionalidad nos muestra lo que se pierde, nos queda por delante la tarea de reconceptualizar la lógica de la intersección para, de ese modo, evitar la separabilidad de las categorías dadas y el pensamiento categorial (idem, p. 82)⁵⁹.

O problema da universalização da categoria “mulher”, então, se expressa de diversas maneiras e tange muitas questões que evidenciam como o discurso feminista vem sido cooptado por uma espécie de colonialismo discursivo. Não obstante, a noção de “mulher” como um “sexo oposto” se faz há muito inadequada, pois essa perspectiva fomenta uma condição binária e se desvincula das discussões sobre gênero, as quais confrontam a terminologia “sexo” por reduzir as sujeitas e os sujeitos possíveis ao aparato biológico e, ainda, por utilizar a categoria “gênero” como um conceito universalizante. Admitir as múltiplas diferenças significa combater a universalização das sujeitas. Mais ainda, admitir as intersecções que se cruzam evita uma cilada de hierarquia de diferenças, rechaçando uma única contradição como principal. Todas as contradições convivem em dinâmicas aglutinadoras, nas quais, dependendo da situação, uma ou mais opressões aparecem com mais força. Dessa maneira, aceita-se o caos, pois não há consenso possível. Porém, de forma a entender que as diferenças não devem ser irreconciliáveis, mas dialógicas, em busca de uma síntese que não se resume a uma ideia ou outra, mas as expõe para ser possível, a partir dessas percepções⁶⁰ a elaboração política de sentidos novos. É, mais uma vez, um investimento pela saída das dicotomias, um chamado às “outras” à participação.

Nessa investida pela interseccionalidade, destacamos três iniciativas que mais se fizeram notar na rede. O feminismo de periferia, o feminismo negro e o transfeminismo.

3.1.1. Feminismo de periferia

“Eu já cheguei a acreditar que a gente não saía das periferias porque a gente era preguiçoso. Eu precisei

⁵⁹ “Dada a construção das categorias, a intersecção interpreta erroneamente as mulheres de cor. Na intersecção entre <<mulher>> e <<negro>> há uma ausência onde deveria estar a mulher negra, precisamente porque nem <<mulher>> nem <<negro>> a incluem. A intersecção nos mostra um vazio. Por isso, uma vez que a interseccionalidade nos mostra o que se perde, temos à frente a tarefa de reconceptualizar a lógica da intersecção para, desse modo, evitar a separabilidade das categorias dado o pensamento categorial.” Tradução nossa.

⁶⁰ Donna Haraway (1995, p. 30) investe em uma posição feminista da objetividade para fomentar o investimento nos saberes localizados, concernentes a corporificações particulares, a partir de pontos de “visão” específicos. Esses saberes, então, seriam a partir da visão desde um corpo, este sempre “complexo, contraditório, estruturante e estruturado” em contraponto a uma “visão de cima, de lugar nenhum, do simplismo”. A proposta da autora é interessante para refletir qual é o tipo de pensamento utilizado e investido pelo feminismo, o que pode ser analisado em relação com os feminismos interseccionais e sua proposição de múltiplas opressões. Nesse sentido, quando se nega que há uma subjugação principal é para evidenciar esses centros dinamizadores de reprodução de opressão, a partir de múltiplos pontos de visão e da autopercepção dos corpos.

*aprender que não era isso: a gente é colocado aqui.
Mas eu também aprendi que eu gosto de morar aqui,
que eu posso melhorar o lugar onde moro, e trazer mais
informação pra cá”.*

Dona Jacira, moradora da zona norte de São Paulo

“Nós, mulheres da periferia” é uma página que traz o recorte de classe ao movimento feminino. Engloba todas aquelas que são excluídas, culpabilizadas por terem filhos, impostas a um lugar serviçal, que têm seus filhos mortos, que vão para a universidade para que suas mães possam voltar à escola. São as “Pobres, pretas, brancas, periféricas. Migrante, nordestina, baianinha, quilombola, indígena.”⁶¹. São uma complexidade de individualidades que sinalizam um conjunto social, em uma sociedade que age por meio de modelos específicos. As vidas que não seguem esses referenciais valem somente pela “vida nua, pela vida biológica, e não por sua inserção na ordem simbólica” (PRADO, 2013, p. 26). Os números revelam: mulheres e meninas representam 70% das pessoas que vivem em extrema pobreza no mundo. No Brasil, até 2009, esse mesmo número equivalia a 52% (KAHLO, 2016, p. 70).

Essas mulheres têm seus corpos posicionados no lugar do periférico, do fora, do excluído. Por isso, os discursos que proferem se direcionam contra o “fascismo social” (PRADO, 2013) e para uma ação de luta política que busque o reconhecimento destas que são postas em um lugar abjetal. As postagens são incisivas para evidenciar como o poder se materializa em seus corpos, como no compartilhamento da matéria “Respeite meu parto: A assistência humanizada precisa chegar na periferia”, que estampa uma imagem com os dizeres “Somos as ‘mãezinhas’ que gritam nos corredores da maternidade”⁶². O direito básico de parir (mais uma vez a violência obstétrica é pauta no feminismo) é exemplificado como o que pode ser e é negado às mulheres periféricas que necessitam localizar seu lugar de voz na luta feminista justamente para lutar em âmbitos mais específicos. Afinal, não adianta lutar pela visibilidade da mulher na sociedade se muitas vezes essas nem mesmo são reconhecidas como seres dignas de viver. As intersecções, por conseguinte, evidenciam as dificuldades que se somam, como na descrição do *post*: “Quanto mais jovem, mais escura e mais pobre, maior a violência no parto”.

⁶¹ Disponível em: https://www.facebook.com/pg/nosmulheresdaperiferia/about/?ref=page_internal. Acesso em: 07 dez. 2016.

⁶² Disponível em: <https://www.facebook.com/nosmulheresdaperiferia/posts/563241503876033>. Acesso em: 07 dez. 2016.

Angela Davis (2016) já evidencia em seu *Mulheres, raça e classe* como essas intersecções diferenciam as opressões. No século XIX, mesmo com a abolição da escravatura nos Estados Unidos, as mulheres brancas continuaram sendo tratadas diferentemente em relação às ex-escravas. A exploração dos corpos por meio de um sistema escravocrata deixou resquícios que diferenciava e diferencia a vivência dessas mulheres, tendo essa contextualização efeitos no feminismo. Por isso que a autora defende que “emancipação” tem um significado diferente para as mulheres negras -- a exclusão social é inerentemente ligada a uma questão de “raça”. A demora para que mulheres brancas reconhecessem a legitimidade da luta das mulheres domésticas (representadas em sua maioria pelas mulheres negras) e a reprodução de racismos dentro do movimento sufragista evidenciam que não há luta feminista se há a reprodução de discriminações e opressões que subjagam outras sujeitas. Um exemplo de como as violências insistem em permanecer é que, mesmo com o processo de emancipação iniciado, meninas e mulheres chegaram a ser expulsas de salas de aula para se verem obrigadas a trabalhar na lavanderia e na cozinha (idem, p. 101). A lei não deu conta, apesar de ter servido como impulso para a mudança. Para se emancipar, as mulheres oriundas da escravidão tiveram que lutar primeiramente contra as opressões que se naturalizaram por meio de preconceitos reproduzidos discursivamente. A suposta igualdade política não abriu a porta da igualdade econômica. Os embates dentro do movimento sufragista foram emblemáticos nesse sentido, sendo o voto, a princípio, algo abstrato para a realidade dessas mulheres: “a massa das trabalhadoras estava muito mais preocupada com seus problemas imediatos – salários, jornadas, condições de trabalho – para lutar por uma causa que parecia imensamente abstrata” (idem, p. 146). Quando suas lutas apontaram para a necessidade do voto, aí sim o tema se tornou relevante, mostrando que não há como universalizar a condição feminina e as demandas dentro de um movimento.

As contradições dentro da luta das mulheres no século XIX já nos mostravam, em vista disso, que não há como grupos se adequarem às diretrizes do movimento se ele não dialoga com as diferenças existentes entre as sujeitas. Em contraponto, o feminismo necessitava e necessita se adequar aos recortes específicos em que as diferentes opressões podem se materializar. É complicado convocar todas as mulheres a gritarem “Meu corpo, minhas regras!”, por exemplo, quando tirar a roupa e desafiar o poder dominante pode representar risco de morte para uma mulher periférica, que lida mais com a violência doméstica do que a mulher

branca⁶³. Também se torna complexo chamar essas mulheres ao “empoderamento” quando esse discurso é apropriado pela lógica neoliberal, com forte apelo mercadológico, e passa a colocar a mulher como a única responsável pelo seu avanço pessoal, quando há complexas estruturas sociais que as colocam em determinadas posições. O feminismo de periferia chama atenção justamente para manter o movimento comprometido com a justiça social, sendo essa uma luta coletiva e de insubordinação à máquina capitalista, pois:

Fechar os olhos para as questões sociais e para as estruturas de opressão significa, pura e simplesmente, eternizá-las. Transformar o feminismo em uma luta individual é despolitizar o que é, em sua essência, um movimento político; é despi-lo de suas origens e de seus objetivos para transformá-lo em mais um bem de consumo, em mais um mecanismo de integração ao sistema capitalista. É, em resumo, um falso empoderamento, que só se presta às necessidades mais superficiais de um grupo específico de mulheres – as mais privilegiadas. Como disse bell hooks, “tem sido mais fácil para as mulheres brancas que não vivenciam opressão de raça ou classe se concentrarem exclusivamente no gênero” (KAHLO, 2016, p. 75).

A luta dessa vertente é, ainda, resistência a um capitalismo cognitivo, que se ampara no subsistema dos *media* e da publicidade para uma semiotização do mundo social baseada em figuras de sucesso e que perpetua a invisibilidade de quem esteja fora disso. Explica José Luiz:

Mostram-se mapas rumo ao sucesso, não a sua contraparte em mal-estar. Isso deve permanecer invisível, junto com a vida e o corpo dos gordos, dos muçulmanos, dos terroristas, dos transexuais, das lésbicas não consumistas, das ativistas pobres, dos deprimidos e tantos outros. Com o fim de universalizar o consumo advindo com a sociedade não repressiva, tal subsistema constrói regimes de visibilidade e de pseudointeração em que se apresenta somente o lado glamouroso da arte de se equilibrar num chão movediço, que brilha nos corpos soltos, bonitos, jovens, rejuvenescidos e turbinados, preocupados em cuidar da qualidade de vida, da beleza, da saúde e do prazer efêmeros; tais sentidos de brilho intenso buscam se incorporar nas personalidades discursivizadas a partir de significantes do sucesso e da riqueza e em seus emblemas (PRADO, 2013, p. 35).

Estando fora desses “mapas rumo ao sucesso”, percebe-se ainda mais a soma das opressões fazendo força contra seus corpos. O feminismo de periferia, que também pode ser caracterizado como um feminismo de classe e de cor (as pobres e as pretas são imagens recorrentes do periférico), chama a atenção para a materialidade da opressão, evidenciando que

⁶³ Estando mais à margem da lei e tendo seus discursos constantemente deslegitimados, as mulheres periféricas se encontram mais vulneráveis a um aparato estatal que é insuficiente no impedimento de violências contra o público feminino. Segundo o Mapa da Violência (2015), enquanto, de 2003 a 2013, as mortes de mulheres brancas reduziram 11,9%, a taxa de morte de mulheres negras cresceu 19,5% (Disponível em: https://apublica.org/wp-content/uploads/2016/03/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em: 15 abr. 2018). Sendo o lugar que essas mulheres ocupam predominantemente periféricos, é fundamental que o feminismo se volte à realidade das classes econômicas mais baixas e menos privilegiadas e alcance também, e inerentemente, esse público.

isso implica nas condições básicas de se viver. A luta pelo reconhecimento como sujeitas é para garantir comida na mesa, saneamento básico, direito à moradia, acesso médico, estudo, etc. As opressões não são abstratas: direitos são negados a essas mulheres que, mesmo sendo muitas, continuam sendo representadas como minoria, por não se encaixarem na homogeneidade exigida pelo Estado (LABA, 2008).

As periféricas, desse modo, gritam não só pela transformação de sua condição feminina, mas também de todo um contexto político e socioeconômico o qual as exclui, ou pior, nem as considera. Afirmando-se cada vez mais ressaltam que sua condição é resultado de um processo que explora a força feminina e negra de forma inter cruzada. Mas, na ação de “ser-sendo”, transformam criativamente as condições nas periferias, adaptando a linguagem do feminismo aos seus interesses e para suas realidades. Nesse sentido, a valorização da periferia vem como uma resposta ao que é tido como legítimo nas cidades. Nas “quebradas” subvertem o lugar de marginalização a elas imposto e se apropriam disso como modo de criação. Demarcam de onde falam, se orgulham de onde são, de seu modo próprio de falar e de se vestir, investindo em sociabilidades que as contemplam.

A resistência à colonização existe desde que terras brasileiras foram invadidas e se mantém, principalmente, a partir das periferias. As mulheres periféricas estão aí para confirmar isso. Quando dona Jacira⁶⁴ afirma gostar de onde mora, marca uma posição discursiva de pertencimento e criação a partir de seu lugar de fala, e não de um lugar imposto. A artista plástica, que poderia ser conhecida apenas como mãe dos *rappers* Emicida e Fióti, mas que é muito mais que isso, mostra que sua existência no mundo é resistência ao que tenta se impor por hegemonias. É uma atividade contínua de criação a partir de suas condições específicas, não de modo que se tenha uma ode às dificuldades, mas que se veja além delas para vislumbrar novos modos de existir não condicionados à hegemonia. O sonho, então, não é necessariamente sair da periferia e ceder à ordem simbólica do que é admitido como sucesso, mas fortalecer suas “quebradas”, agir nas e a partir de suas vulnerabilidades e precariedades, fortalecendo o movimento periférico e defendendo seus lugares físicos e de fala como maneira de valorização e afirmação de suas culturas e saberes.

A periferia seria um termo aglutinador, que engloba as favelas, as “quebradas”, regiões afastadas dos centros urbanos, mas também lugares nos centros que são desviantes da norma. A partir das ações de sujeitas e sujeitos que ressignificam simbolicamente os seus lugares, o

⁶⁴ A reportagem na qual a artista demarca seu lugar como mulher periférica e criadora está disponível em: <http://mural.blogfolha.uol.com.br/2018/03/08/dona-jacira-artista-da-zona-norte-de-sp-e-mais-que-mae-do-emicida/>. Acesso em: 13 abr. 2018.

lugar periférico deixa de ser apenas uma heterotopia de desvio, lugares à margem, “reservados aos indivíduos cujo comportamento é desviante relativamente à média ou à norma exigida” (FOUCAULT, 2013, p. 22), mas se elabora como uma heterotopia contestante de todos os outros espaços, um “*contraespaço*” dentro do meio urbano. As mulheres periféricas entendem que evidenciar onde ocupam na cidade é investir nos espaços que se originam e também investir nelas mesmas, pois isso inclui adaptar as lutas em torno das mulheres às suas vivências.

As transformações a partir da ação feminina nas periferias proliferam. Nos últimos anos essas vozes têm aparecido e se exposto muito mais e isso pode ser confirmado pelas suas presenças, por exemplo, no meio musical. O *rap*, música historicamente periférica e de contravenção, tem sido ocupado por essas mulheres que não só se utilizam do ritmo para se expressarem, mas também o modificam a partir de uma perspectiva feminista e menos machista, como já foi mais comum ao estilo. Mc Carol⁶⁵, Karol Conká, Flora Matos, Drik Barbosa, Preta Rara e Tássia Reis são alguns dos muitos nomes que têm emergido nessa cena. Também em outros ritmos e em outros espaços, a periferia feminina tem querido se afirmar. A cantora Aíla, de Belém, por exemplo, tem uma carreira que confirma bem a transformação a partir dessa perspectiva. Antes mais discreta e menos combativa, a cantora hoje enaltece sua origem (do bairro Terra Firme, periferia belenense) usando do seu contexto como mulher, nortista e periférica para produzir uma música também comprometida politicamente.

Feminizando o que se mantém fora dos olhares hegemônicos, as mulheres periféricas fazem muito pelo feminismo quando destacam: o caminho não é centralizar, mas buscar sentidos aquém e além do que está fácil à visão.

3.1.2. Feminismo negro

*“Não deixe que tentem te colonizar
Te converter, te doutrinar
Te alienar
Eu quero voar
Escrever o meu enredo
Liberdade é não ter medo!”*

Larissa Luz

Principal responsável pelo desenvolvimento da interseccionalidade dentro do movimento feminista, o feminismo negro vem desde o século XIX combatendo o silêncio em torno das questões de “raça”. Muito atravessado pelo discurso burguês, o feminismo foi e, por

⁶⁵ A Mc, inclusive, é pré-candidata a deputada estadual pelo PCdoB no Rio de Janeiro, evidenciando mais ainda a infiltração nos regimes de visibilidade.

vezes, é, usurpado como meio de opressão dessas mulheres que são perpassadas por outras condições as quais a mulher branca não é submetida. No mesmo viés de um feminismo de periferia, o feminismo negro destaca que não é apenas o seu lugar de origem que influencia sua experiência de sujeita no mundo, mas há algo mais palpável e evidente que caracteriza suas vivências em sociedade: a cor de suas peles. Afirmar e interceder pela pele negra é acabar com o silêncio promovido pela naturalização dos preconceitos e pela normatização dos corpos. Segundo Angela Davis (2016), esse silêncio ensurdecido é característica de uma ideologia burguesa, a qual parece não identificar o “terror” que reinava entre a população negra. A autora contesta isso ao criticar sucessivos atos racistas de Susan B. Anthony, defensora dos direitos de uma parcela das mulheres no movimento sufragista:

Como Susan B. Anthony podia afirmar sua crença nos direitos humanos e na igualdade política e, ao mesmo tempo, aconselhar os membros de sua organização a permanecer em silêncio sobre o problema do racismo? A ideologia burguesa – e particularmente seus componentes racistas – realmente deve possuir o poder de diluir as imagens reais do terror em obscuridade e insignificância e de dissipar os terríveis gritos de sofrimento dos seres humanos em murmúrios quase inaudíveis e, então, em silêncio (idem, p. 127).

Ao relacionar “sofrimento” com “gritos” e “murmúrios”, Davis explicita que a opressão é corporal, uma vez que, no processo de rejeição, não adianta apenas a exclusão, a discriminação e a segregação: a ação do poder necessita “tornar-se ódio” (FANON, 2008, p. 61). Isso significa manifestar esse ódio por meio de atos que, na sua origem e no seu limite, tem como alvo o corpo. “É por isso que os americanos substituíram a discriminação pelo linchamento” (idem). Não basta a ação, o discurso deve se formar imagem, pois o acontecimento desaparece, já a imagem é internalizada e projetada, sendo esse um efeito colonial muito profundo. É por isso que nos crimes hediondos ou nos sacrifícios submetidos ao povo negro e às minorias o corpo é violentado traumáticamente, pois o marco no corpo é a imposição de um poder.

Há vários marcos na imagem do corpo negro, mas mesmo no estado mais radical da vulnerabilidade se produz subjetividades. A potência persiste. É sabendo disso que a luta contra todas as formas de racismo é para desarmar um dispositivo que condiciona seus corpos à exclusão e, mais que isso, para contestar uma “imagem-estaque”, a do corpo negro como um corpo generalizado, vulnerável e perdedor das propriedades de si. Este corpo, em que a roupa é a pele, quer desestabilizar as práticas discursivas e chamar atenção para o que é criado, mesmo em tentativas de destruição de sua liberdade. Religiões, modos de se vestir, ritmos, uma linguagem específica do povo negro, enfim, provoca a afirmação das identidades, mas, ao mesmo tempo, a desestabilização sêmica delas – justamente para criar referências outras não

mais condicionadas à semiotização do mundo pelo olhar colonial. Nesse sentido, não há uma identidade fixa ou um passado idealizado o qual retornar. É necessário lidar com um “devir negro” para se desestabilizar essa “imagem-estaque”, como argumenta Mbembe (2014).

Ressaltando que:

[...] para chegar a este mundo, à mesa do qual todos somos convidados, ainda é preciso obrigarmo-nos a uma exigente crítica política e ética do racismo e das ideologias da diferença. A celebração da alteridade só tem sentido se ela se abrir para a questão central do nosso tempo, a da partilha, do comum e da abertura para o mundo. O peso da história encontra-se aí. É preciso aprender a carregar e a repartir o seu peso de uma maneira mais eficaz. Estamos condenados a viver não apenas com aquilo que produzimos, mas também com o que herdamos, e devemos aprender a viver tudo isso em liberdade. Uma vez que não saímos inteiramente de uma mentalidade dominada ainda pela ideia da selecção (*sic*) entre diferentes tipos de seres humanos, é preciso trabalhar com e contra o passado, de maneira a que este possa abrir-se para um futuro comum, com dignidade para todos. O caminho passa pela produção, a partir da crítica do passado, de um futuro indissociável de uma certa ideia de justiça, da dignidade e do *em comum* (MBEMBE, 2014, p. 295-296).

“Branco” e “preto” são categorias criadas para serem opostas. Não há pele literalmente branca, há, sim, tonalidades mais claras. A “raça” é uma ficção (QUIJANO, 2005), mas ainda é utilizada como modo de distinção, como bem ressaltou Mbembe. Por isso, as mulheres que lutam por um feminismo negro agem pela subversão da “imagem-estaque” a qual foram condicionadas. Ressignificam-se no mundo a partir de uma ideia valorosa de suas peles e suas origens, a despeito do dispositivo colonial querer atribuí-las como inferiores. Trabalham “com e contra o passado”, mostrando que mais do que mulheres, são mulheres negras, e as intersecções que as atravessam são determinantes para suas vivências.

Em *Blogueiras Negras* o destaque no feminismo é direcionado justamente para os corpos da mulher negra. Corpos, plurais, pois uma das premissas é notabilizar que esses corpos não são padronizados, afastando as possibilidades ameaçadoras de fetichização. Agentes discursivas de uma vertente do movimento que, só pode ser se a partir de uma visão da interseccionalidade, agem contra o apagamento de mulheres não-brancas da luta feminista. Para elas, o intuito não é dividir o feminismo, como fazem as “feministas radicais”, mas complexificar as temáticas das mulheres, reivindicando um discurso que as contemple.

Em suas postagens, fala-se da hipersexualização do corpo da mulher negra, da valorização da estética afro-brasileira e da condição de vulnerabilidade desta população, que está à mercê, em um corpo que não só está suscetível a violências físicas, mas psíquicas, pois “[...] a saúde mental também é afetada pelos marcadores sociais que definem o lugar do negro por meio de estereótipos discriminatórios, causando forte sofrimento psíquico” (KAHLO, 2016,

p. 48). O conjunto de postagens reúne compartilhamentos de diversos *sites*, de uma forma articulada e que se percebe agindo em rede – em contato com os feminismos e com o movimento negro. Inclusive, há direcionamento às pessoas brancas que acessam a página, acolhendo-as, de maneira a explicar que os corpos brancos também são determinantes na causa e devem participar das redes de ativismo negro, como neste trecho de uma publicação: “Precisamos quebrar a ideia de que o combate ao racismo cabe apenas aos negros, o racismo é um problema branco que precisa ser sanado”⁶⁶. Percebe-se, então, que, há exercícios para se enfrentar os desafios do múltiplo e abrigar as complexidades que compõem tanto o movimento como toda a realidade que o abrange.

Por este lugar discriminado e esquecido, o corpo que pulsa desses *posts* é um corpo que quer se auto afirmar, se fazer reconhecer e se fazer notar no debate feminista, com suas especificidades. Em um dos exemplos, tem-se uma argumentação em torno de como as crianças negras já assimilam um lugar excludente para si, posicionando seu corpo em não-lugares: “Qualquer criança ao conviver em uma realidade de desigualdade e de discriminação tem a ilusão de que negros, brancos e indígenas devem ocupar necessariamente lugares diferentes na sociedade”⁶⁷. Os discursos decorrentes daí partem do princípio de que há um discurso hegemônico, que exclui e age desde a infância na formação de imagens de segregação e de naturalização da diferença. É por isso que coletivos, blogueiras, organizações e outras instâncias do movimento feminista negro são essenciais para que a interseccionalidade seja o viés “usado para estudar esse indivíduo muitas vezes atingido por múltiplas opressões” (KAHLO, 2016, p. 53). Para existirem em sociedade é necessário que se imponham no mundo. Caso não, mantêm-se fora dos regimes de visibilidade.

O exercício, mais uma vez, é de uma perspectiva da diferença como positiva, ou seja, não em um sentido negativo, como de estímulo à desavença. A proliferação das diferenças revela que o estado atual nos movimentos sociais é de uma pluralização radical de sujeitas, o que não as direciona, necessariamente, para a discórdia, mas aponta para o pertencimento a mais de um grupo, ou seja, são pertencimentos múltiplos. Assim, se têm mais possibilidades de alianças e cooperação. A mulher negra, desse modo, não age só pelas mulheres, em geral, mas também pode agir pelas militâncias ligadas à periferia, pelo descolonial, por um “devir negro”.

⁶⁶Disponível em: <https://www.facebook.com/blogueirasnegras/photos/a.351861161586762.1073741825.296204403819105/906077226165150/?type=3&theater> Acesso em: 16 mai. 2017.

⁶⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/blogueirasnegras/videos/906054366167436/>. Acesso em: 16 mai. 2017.

Por conseguinte, as possibilidades de ação política se ampliam, caso se siga esse viés do múltiplo e inter cruzado. A ação política se torna reticular e descentralizada. Agir por todas as sujeições que nos subordinam é evidenciar que as condições de opressão são inescapáveis, inseparáveis. Além do que, a fixação em uma identidade unívoca e universal é facilitar a sua captura discursiva por uma racionalidade neoliberal que visa o governo das condutas. Agir em várias frentes de identidades, então, não só aumenta as possibilidades de produção de subjetividades, mas também de fuga às capturas discursivas de poderes dominantes.

Nomear um feminismo como específico, como é o caso do feminismo negro e desses outros impulsionados por uma perspectiva da interseccionalidade, não significa, a despeito do risco sempre presente, uma guinada para o essencialismo. Nomear é transformar o enunciável em “visível” e “dito”. Como aponta Djamila Ribeiro (2017, p. 41), “Se não se nomeia uma realidade, sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível”.

3.1.3. Transfeminismo

“Ser mulher é um monte de coisas. E quando você abandona esses ideais e passa a olhar pra esse corpo e entender o que significa a minha mulheridade, o que significa o meu feminino... O feminino no meu corpo e como isso pode se tornar potência em mim. Eu acho que isso é o mais interessante. Eu amo o meu corpo, eu amo a minha vida, eu amo ser travesti, eu amo ser preta. Se eu pudesse eu seria em dobro!”

Linn da Quebrada

A perspectiva de um corpo vulnerável, marginalizado e não reconhecido é também o viés das transfeministas. Essa vertente, no entanto, reforça a tentativa de um agenciamento a partir da categoria “mulher” no viés de uma crítica do gênero e da contestação do “sexo” como fundacional da identidade. É um anseio que direciona o olhar a uma “mulheridade” não contemplada, um feminino que foge do determinismo biológico e que, na verdade, circula pelos sujeitos e pelas sujeitas, se manifestando nos corpos das mais variadas maneiras. As transfeministas abraçam o devir mulher e não exatamente a “mulher”, aqui entendida como uma categoria enclausurada numa identidade fixa. Pode-se dizer, nesse sentido, que a mulher trans, a travesti, é um dos modos mais subversivo e radical desse feminino se manifestar, justamente por desafiar a leitura de corpos que seriam presumivelmente masculinos.

A própria escolha entre as denominações “mulher trans” e “travesti” é indicativa do que se pode admitir como mais aceitável no debate acerca do gênero. Enquanto o termo “mulher

trans” seria uma tentativa de se adequar ao binarismo pela infiltração nas cadeias de significação do que se admite como ser “mulher”, “travesti” se mantém mais à marginalidade, ainda sendo visto como um termo pejorativo. Algumas dessas sujeitas preferem se denominar como “mulheres trans”, outras, visando subverter o julgamento da palavra, mantém-se como “travestis”⁶⁸. A despeito da escolha e das reflexões sobre a linguagem a ser utilizada – todas válidas –, as problemáticas que o transfeminismo traz ao movimento feminista incide na necessidade de que se “tome a construção variável da identidade como um pré-requisito metodológico e normativo, senão como um objetivo político” (BUTLER, 2015, p. 25), problematizando a noção estável de gênero e a ordem compulsória sexo/gênero/desejo.

Nesse sentido, como também argumenta Butler (2015), não há como se separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida. Deve-se ter em vista, então, que a própria categoria “mulher” precisa ser constantemente problematizada, sabendo também que o gênero pode ser produto de uma colonialidade, como aponta o feminismo descolonial. O valor que essa intersecção pode ter para o movimento feminista, no sentido de questionamento dos problemas identitários nas dinâmicas de gênero e da identificação de que o público trans é inerentemente discriminado por valores machistas, já deveriam bastar como justificativas para sua pertença ao feminismo, obviamente sendo respeitadas as especificidades presentes na luta. Porém, as investidas contra esse grupo dentro do próprio movimento têm sido recorrentes. Resulta que a não aceitação das trans na luta das mulheres reforça a heteronormatividade e as categorias dicotômicas da sexualidade.

Não é exagero afirmar, portanto, que a ação dessa vertente em rede tem sido especialmente fundamental, justamente pelo grupo sofrer inúmeras violências de parte do movimento feminista, representado, em sua maior parte, pelas “feministas radicais”. Uma postagem da página *Feminismo Radical Didático*, por exemplo, representa bem a quais tipos de agressão o público trans vem sofrendo nesse aspecto. Em um dos *posts*: uma imagem com os dizeres “Nos existimos FORA DA fantasia masculina (*sic*)”⁶⁹. Na descrição, um pequeno texto que foi compartilhado de outra página, chamada “Stop Trans Chauvinism 2.0”, a qual alegava que trans seria a mais nova manifestação da supremacia masculina. Para elas, as mulheres trans seriam ainda “homens” “personificando e atuando” o papel de coerção que a

⁶⁸ A travesti Amara Moira, militante dos direitos LGBTQIA+ e dos direitos das trabalhadoras do sexo, falou sobre isso em sua coluna, disponível em: <http://midianinja.org/amaramoira/travesti-ou-mulher-trans-tem-diferenca/>. Acesso em: 01 mai. 2018.

⁶⁹ Disponível em:

<https://www.facebook.com/feminismoradicaldidatico/photos/a.1645647722366179.1073741828.1645014095762875/1772977456299871/?type=3&theater>. Acesso em: 16 mai. 2017.

“eles” foi designado. O texto evidencia o não reconhecimento das mulheres trans no exercício da linguagem ao permanecer se referindo a elas como “eles”, como no trecho: “Eles estão exigindo que essa atuação seja reconhecida pela sociedade como a autêntica expressão do que é ser ‘mulher’ – e estão conquistando essa exigência”.

Em outra postagem, as *radfems* publicam um *gif*. Nele, há uma mulher acenando um gesto hostil com as mãos ao mesmo tempo em que aparece a frase entre aspas atribuída às transfeministas: “Lésbicas também podem ter pênis.” Essas, que se dizem feministas, reagem: “Não, não... homens não podem ser lésbicas, ;)”⁷⁰. A oposição ao argumento de que lésbicas podem ter pênis se dá por duas recusas: de que alguém pode ser mulher mesmo com um aparato biológico previamente diagnosticado como masculino e de que o exercício da sexualidade, a “orientação sexual”, não é dependente da auto-definição do sujeito ou da sujeita como homem, mulher, *queer*. Inclusive, esse é um dos ganhos que o transfeminismo e o movimento *queer* trouxeram para os debates do gênero, pensando na quebra da heteronormatividade. A ordem do desejo pode ser diferente, pois independe, da identificação do corpo como um gênero ou outro. Para as transfeministas, não só é possível como é plenamente admissível que uma mulher trans possa sentir desejo sexual por outra mulher (cis ou trans, não importa) – o que a configuraria como uma mulher trans lésbica, ou ainda, uma mulher trans bissexual, e por aí vai. A necessidade de se categorizar tudo e de se reduzir a essas categorias só nos mostra o apego pelas identidades. O esforço para a fuga dos binarismos é, nesse sentido, vital para a aliança entre as mulheres. O transfeminismo evidencia isso, muito alinhado com o que propõe os estudos a partir do feminismo pós-moderno.

Nota-se que os agenciamentos discursivos das “feministas radicais” em relação ao corpo são os mesmos das instâncias de controle social, representadas maximamente: pelas ciências naturais e a medicina, que insistem em dizer que homens são apenas aqueles que possuem pênis e mulheres somente aquelas que possuem vagina, não considerando quaisquer perspectivas de construção do gênero ou de sua capacidade ontofornativa, como desenvolve Connell (2016, p. 237); pelo Estado, que baseia suas leis nas identidades amparadas no aparato biológico, legitimando a exclusão social ao dificultar o acesso a direitos por esses grupos que não fazem parte desta lógica; e da Igreja que produz discursos os quais ratificam a heterossexualidade como norma e que engendram as identidades, muito amparados na culpa e na interdição como práticas de controle social. Nesse aspecto, as “feministas radicais” seriam agentes da

⁷⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/feminismoradicaldidatico/posts/1776721212592162>. Acesso em 07 dez. 2016.

normalização e da disciplina ao querer “[...] controlar a ordem disciplinar do corpo e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica” (FOUCAULT, 2005, p. 302).

O corpo é onde as discriminações se manifestam no limite, pois não se trata apenas de censurar e oprimir esses corpos, mas, inclusive, de aniquilá-los. O Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo. Segundo pesquisa da ONG Transgender Europe, de 2008 a 2015 foram 770 mortes em solo brasileiro devido à sua condição de gênero⁷¹. O descontentamento com essa realidade é manifesta nas postagens do grupo no Facebook. Um exemplo é do compartilhamento de um quadrinho que mostra uma mulher visitando o túmulo da amiga que é mulher trans. No último quadrinho, enquanto lamenta a morte, diz “É que ela continua tendo que lutar... Mesmo não estando mais aqui”⁷². Ao dizer isso, tem-se a imagem do túmulo com o nome “Paulo Silva”, o que nos leva a concluir que a mulher trans não teve seu nome social reconhecido enquanto viva.



Figura 21: Post da página *Transfeminismo*.
Fonte: Facebook.

⁷¹ A pesquisa *Reported Deaths of 1,933 Murdered Trans and Gender Variant Persons from January 2008 until September 2015* está disponível em: http://transrespect.org/wp-content/uploads/2015/11/TvT-TMM-Tables_2008-2015_EN.pdf. Acesso em: 17 nov. 2016.

⁷² Disponível em: <https://www.facebook.com/Transfem/posts/994088687403416>. Acesso em 07 dez. 2016.

As postagens destacam as principais demandas das transfeministas: a luta pela despatologização dessas sujeitas; a luta contra os crimes de ódio e contra a estigmatização da pessoa trans; pelo reconhecimento e pela representatividade, e assim segue. As demandas são muitas. A luta contra a violência que perpassa a maioria das postagens é resultado de um processo histórico que não reconhece qualquer corpo que fuja à lógica substancialista do sexo como central de tudo. A vagina ou o pênis como signos que dão significação totalizante aos indivíduos recaem sobre uma metafísica da substância que não só não é mais suficiente para a compreensão do gênero, como também é aniquiladora ao perpetuar vítimas reais de uma violência de linguagem que se manifesta no lugar do desejo e das afecções, o corpo.

Mas, para além disso, as transfeministas também investem na ação criativa de “ser-endo”, com, por exemplo, divulgação de saraus trans e publicações de textos autorais, músicas, poesias, fotografias, e assim por diante. O compartilhamento dessas experiências, além do que é proveniente do processo criativo desses lugares de fala, pode ser enriquecedor para o desenvolvimento das subjetividades femininas. Algo direcionado a um feminino que elogia a diferença, mais um “não concebido” do que “ausência de um conceito” (OLIVEIRA, 2012, p. 161). Um porvir corporificado e inventivo.

Sabendo-se que o “reconhecimento é negado na ideologia patriarcal, onde a corporificação das mulheres transexuais é perfeita abjeção: o macho falho, castrado, a fêmea falsa” (CONNELL, 2016, p. 250), deve-se legitimar a presença dessas mulheres no movimento feminista, a fim de que se tornem visíveis e dignas de reconhecimento, tendo em vista ainda, que são sujeitas importantes para a teorização do feminismo, uma vez que desafiam o binarismo ao desmontar o arcabouço substancial que baseia a noção de identidade e por serem também “moldadas pela intransigência do gênero” (idem, p. 248).

Quando há o investimento na interseccionalidade, há a possibilidade de se investir nas diferenças, dialógica e criativamente. Quanto maior é o agarro nas identidades, menos se abrem canais para as diferenças, para os devires. Suely Rolnik (1996) afirma que a defensiva em se enrijecer nas supostas identidades se fundamenta na tentativa de manter a ilusão de sua eternidade e de se proteger do terror que a finitude provoca.

Explorada desta perspectiva, a guerra entre gêneros revela sua faceta de guerra a favor da perpetuação de gêneros e contra a processualidade da vida enquanto produção de diferenças. Conclusão: se quisermos evitar que a guerra politicamente correta dos e pelos gêneros se transforme numa guerra politicamente nefasta para a vida, será preciso travar simultaneamente uma guerra contra a redução das subjetividades a gêneros, a favor da vida e suas misturas (ROLNIK, 1996, p. 121-122).

O prefixo “trans”, segundo o dicionário, significaria “situação ou ação além de”. Inspirado por essa etimologia, o feminismo poderia ser além de. Além dos gêneros, apesar de sempre com eles. Se há uma guerra a ser travada, deve ser “uma guerra de híbridos, mestiços, antropofágicos” (idem, p. 123). Uma guerra anti-dicomotias. Pela potência do feminino.

3.2. Reflexões a partir da interseccionalidade

3.2.1. O problema da sororidade: sou tua irmã ou sou tua aliada?

Talvez seja mais um problema com a palavra do que com sua eficácia na militância, mas o conceito de sororidade pode ser inadequado haja vista o enfoque para as diferenças. Como explicado no capítulo 1, a tentativa de feminizar o termo “fraternidade” (*brotherhood*), com uma espécie de *sisterhood*, pode ser deslizante no sentido de embaçar o olhar para o que difere. Sendo irmã aquela pertencente a uma mesma genealogia, aquela semelhante ou até mesmo aquela que se une com um propósito em comum, não necessariamente mulheres seriam irmãs por não se encaixarem em nenhuma dessas premissas. É possível pensar que a romantização do termo impede que se enxerguem os conflitos dentro do movimento – estes não forçosamente negativos, mas produtores de discursos capazes de erodir as cadeias discursivas as quais nos condicionam.

Essa problemática é verificável desde que o termo ficou mais famoso e evidenciou que a irmandade pode até existir, porém nunca em sua completude, mas apenas parcialmente. Irmãs são geralmente aquelas pertencentes ao mesmo grupo identitário, se formos usar esse princípio. Connell (2016, p. 227), por exemplo, relata que mesmo após Robin Morgan ter publicado a extensa antologia *Sisterhood is Powerful* (Sororidade é Poder), de 1970, ela mesma, três anos após, “lançou um ataque público em uma linguagem bastante violenta contra uma mulher transexual que havia sido convidada para se apresentar como musicista em uma conferência feminina lésbica na Califórnia”. Provavelmente por não encarar a diferença como algo produtivo ao feminismo e por não conseguir visualizar possíveis comuns, a sororidade esvaneceu. Virou ficção e violentou outra mulher.

No entanto, a elaboração do termo não deve ser invalidada. Em reação ao constante estímulo de competição entre as mulheres fomentada por uma lógica patriarcal, o termo chamou a atenção para as relações que se mantinham dentre esses grupos. A rivalidade, geralmente relacionada à disputa por homens, cria uma imagem da mulher como apenas referenciada ao

homem, estereotipada no revanchismo. Sempre como uma “Outra”, condicionaria sua vivência ao olhar masculino, mesmo que isso significasse constituir inimizades com outras mulheres. Não haveria, portanto, identificação alguma. Ao perceberem que há algo em comum por meio das experiências compartilhadas, realizaram: não queremos competir, vamos nos unir. Ora, sem identificação não haveria nem ao menos um movimento de mulheres. Daí a importância de constituir essa espécie de “irmandade”. O problema é que, muitas vezes, o que se observa é uma sororidade seletiva.

“Aliança”, ao invés, parece contemplar mais essas contradições. Podendo ser entendida como uma união harmoniosa do que difere entre si, é significativa no fortalecimento de várias frentes da luta feminina, tornando-a mais imponente, volumosa e combativa. Apesar de também utilizar a palavra “sororidade”, Angela Davis (2016) relatou como a união entre mulheres brancas e mulheres negras foi necessária para que se concretizassem realizações transformadoras. A histórica luta do povo negro por educação se deu com a ajuda de mulheres brancas que arriscaram suas vidas ao tentar transmitir conhecimentos a jovens negras impossibilitadas de adentrarem as escolas por causa de racismo. A batalha contra o analfabetismo no sul dos Estados Unidos, ela destaca, se deu então quando as brancas e as negras comandaram juntas essa missão, por meio dos valores de “união” e “solidariedade” (idem, p. 116).

Judith Butler (2015) reflete sobre as possibilidades de união a partir da palavra “coalizão”, porém de maneira que essa iniciativa não crie um outro *a priori* de “unidade”. Ela questiona: “Mas que espécie de política exige esse tipo de busca prévia da unidade? Talvez as coalizões devam reconhecer suas contradições e agir deixando essas contradições intactas” (BUTLER, 2015, p. 39-40). Para a autora, a insistência pela coerência e pela unidade das categorias das mulheres impossibilitou que se considerasse a multiplicidade de intersecções em que é construído o “espectro” feminino.

Por isso, a crítica feminista deve se manter atenta ao fato de que não é só a significação masculinista que pode ser totalizante, mas igualmente há a possibilidade de gestos totalizantes do feminismo. Ao considerar que o gesto colonizador não é primária ou irredutivelmente masculinista, a autora afasta a possibilidade de se enxergar as mulheres apenas como vítimas, mas também como sujeitas que podem levar a cabo outras relações de subordinação “heterossexista, racial e de classe, para citar apenas algumas” (idem, p. 38). Ver-nos para além de um olhar da vitimização não significa fechar os olhos para as opressões que nos cometem. Possibilita, ao invés, enxergar-nos como agentes e, por isso, passíveis de reproduzir

discriminações. Enxergar-nos criticamente nos faz desviar de possíveis ciladas do que é naturalizado nos discursos, bem como nos faz capazes de efetivar mudanças e não apenas de aceita-las. Em meio a essas considerações, Butler pensa, então, em uma coalizção, mas em uma “coalizção aberta”:

O gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada. Uma coalizção aberta, portanto, afirmaria identidades alternativamente instituídas e abandonadas, segundo as propostas em curso; tratar-se-á de uma assembleia que permita múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um *telos* normativo e definidor (BUTLER, 2015, p. 42).

Essas reflexões fortalecem a luta feminista ao ponderar que não é necessário o olhar romântico de uma irmandade entre as mulheres para que se possa haver união nas lutas. O mais adequado seria uma união entre as lutas, já que são muitas. Dessa maneira, sim, não haverá o reforço de estereótipos preconceituosos reproduzidos pelos discursos machistas e patriarcais, pois o que irá prevalecer são os vários modos do múltiplo feminino se manifestar. Aliar-se, nesse sentido, seria o termo mais apropriado para se dialogar com as alteridades. As divergências devem ser esperadas e expostas para as vertentes do feminismo poderem se elaborar politicamente, sem ilusões de uma irmandade sagrada que vai dar conta de tudo, mas com a consciência de que diferir é fundamental para se legitimar as existências.

3.2.2. O problema do lugar de fala: falo de ti ou falo contigo?

Outra problemática a que a interseccionalidade nos aponta é a de “lugar de fala”, a qual questiona o seguinte: quem pode falar sobre determinado assunto? Em recente publicação, chamada *O que é lugar de fala?*, Djamila Ribeiro (2017) desenvolveu o tema a fim de elucidar uma expressão que muito vem sendo utilizada nos movimentos sociais, bem marcadamente nos debates em redes digitais. Segundo a autora, acredita-se que a conceituação se deu a partir da discussão sobre *feminist stand point* (em tradução literal, “ponto de vista feminista”), uma espécie de estratégia política para se infiltrar nos regimes de conversação que só autorizam uns a falar em detrimento de outros e outras que não são autorizadas a se expressarem.

A conceituação também pode ser relacionada com os debates em torno da relação teoria-prática. Em uma conversa entre Deleuze e Foucault, em 1972, e publicada na *Microfísica do Poder* (2017), os autores já dão sinais de um campo de discussão que permitiria o desenvolvimento da noção de “lugar de fala”. Intitulada *Os intelectuais e o poder*, a conversa

problematiza a questão da representatividade, no sentido de que não é possível haver representação, pois somos todas multiplicidades, “pequenos grupos”. Assim, não teríamos como ser representadas e só existiria ação: “ação de teoria, ação de prática em relações de revezamento ou em rede”, segundo Deleuze (idem, p. 42). Apesar das problemáticas que essa assertiva traz para a ação política, a indagação em torno da autoridade do conhecimento se torna importante para compreender os regimes de saber, justamente por ser preciso considerar essas multiplicidades. Não há um foco de saber, pois se assim fosse haveria apenas um regime de verdade. Há, no entanto, muitos focos. Por esse motivo não se deve falar por alguém, como se esse alguém não soubesse de si ou como se só passasse a saber de si a partir da investida de uma suposta autoridade sobre tal assunto. Sabe-se de si independentemente de intelectuais, líderes ou quaisquer outros tipos de força discursiva que queiram se impor, como identificou Foucault, ainda na *Microfísica do Poder* (2017):

Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da "consciência" e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de se colocar "um pouco na frente ou um pouco de lado" para dizer a verdadeira verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da "verdade", da "consciência", do discurso. E por isso que a teoria não expressará, não traduzirá, não aplicará uma prática; ela é uma prática. Mas local e regional, como você diz: não totalizadora. Luta contra o poder, luta para fazê-lo aparecer e feri-lo onde ele é mais invisível e mais insidioso. Luta não para uma "tomada de consciência" (há muito tempo que a consciência como saber está adquirida pelas massas e que a consciência como sujeito está adquirida, está ocupada pela burguesia), mas para a destruição progressiva e a tomada do poder ao lado de todos aqueles que lutam por ela, e não na retaguarda, para esclarecê-los. Uma "teoria" é o sistema regional desta luta (FOUCAULT, 2017, p. 42).

O estímulo para esse tipo de teoria de qual fala Foucault, não totalizadora, mas regional, pode se relacionar muito com a “epistemologia específica” de que fala Margareth Rago (1998, p. 10), contra as “concepções absolutizadoras, totalizadoras, que até recentemente poucos percebiam como autoritárias, impositivas e hierarquizantes”. Nesse sentido que, a fim de impedir que os discursos focais sejam “barrados, proibidos, invalidados” pelos discursos hegemônicos, há a reação de se chamar a atenção para os “lugares de fala”. Em uma argumentação, ao se pontuar que esse é o seu lugar de fala se quer dizer que quem pode falar sobre tal assunto é você, já que é concernente ao seu modo de vida, a seu grupo social e político, à sua maneira de estar no mundo, enfim. Essa é uma resposta ao que Ribeiro (2017) chama,

junto com Kilomba, de “violência epistemecida”, cometida por uma certa colonialidade que tentou padronizar os saberes a partir da visão de quem detinha o poder discursivo, o Homem.

A noção de “lugar de fala”, portanto, está invariavelmente relacionada com uma postura epistemológica. A ciência da aquisição do conhecimento, como aponta ainda Djamila (2017) ao retomar uma fala de Grada Kilomba, determina os temas, os paradigmas, os métodos que serão utilizados para se conhecer algo. O que tem sido recorrente, destaca-se, é uma razão epistêmica amparada em apenas um saber, desconsiderando, com isso, todos os outros saberes que escapam de um centro aglutinador. Nesse sentido desvalidar o que alguém fala sobre si é se utilizar muitas vezes de dicotomias hierarquizantes. A explanação de Grada Kilomba muito esclarece certos tipos de comentários, como “Isso não é nada objetivo!” ou “Você tem que ser neutra...” quando não se consegue ouvir o que alguém que difere expressa:

Assim que começamos a falar e a proferir conhecimento, nossas vozes são silenciadas por tais comentários, que, na verdade, funcionam como máscaras metafóricas. Tais observações posicionam nossos discursos de volta para as margens como conhecimento “des-viado” e desviante enquanto discursos brancos permanecem no centro, como norma. Quando eles falam, é científico, quando nós falamos, não é científico.

Universal / específico;

Objetivo / subjetivo;

Neutro / pessoal;

Racional / emocional;

Imparcial / parcial;

Eles têm fatos, nós temos opiniões; eles têm conhecimento; nós, experiências.

Nós não estamos lidando aqui com uma “coexistência pacífica de palavras”, mas sim com uma hierarquia violenta que determina quem pode falar (KILOMBA apud RIBEIRO, 2017, p. 88-89).

Para se alcançar visibilidade, então, é preciso que se possa falar. Caso não, se é apenas falada por alguém que exerce a função de agente de uma norma, ao querer determinar um regime de saber que não contempla aquela de quem se fala. Desse modo, ressaltamos, mais uma vez, que se fazer ver é permitir a existência de si: “O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequentes da hierarquia social” (RIBEIRO, 2017, p. 64). É, novamente, a batalha contra a universalização, essa sempre tendenciada à norma e promotora de silenciamentos de sujeitas e sujeitos que não têm sido relevantes nas ordens simbólicas.

Não é à toa que algumas teóricas do feminismo vêm desenvolvendo conceitos como o de “saberes situados” (HARAWAY, 1995) ou de “política de localização” (RICH apud LABA, 2008). A posicionalidade e o esforço de demarcação do “lugar de fala” seria para situar o conhecimento na contingência da própria experiência, evitando que os marcos conceituais se

deem a partir de outros corpos. Pela experiência ser corporificada o corpo que fala é o que localiza a experiência (LABA, 2008).

Em contrapartida, se não houver ponderação, a utilização do argumento de “lugar de fala” pode apresentar o risco de essencialismo e de formação de bolhas incomunicáveis. Cada sujeita deve ser autoridade máxima para falar sobre a sua experiência no mundo, sim. Mas, impedir que outras sujeitas discorram sobre assuntos que sejam concernentes ao seu grupo é requerer uma espécie de neutralidade científica também silenciadora, apesar de ser aplicada de uma outra maneira que não a hegemônica. Caso não se compartilhem as narrativas se dificulta a ocorrência de ações empáticas que muito valeriam para alianças e coalizões. O olhar de outrem sobre o meu corpo é também indicativo de como olho ou deixo de olhar a minha presença corporificada no mundo.

Em uma entrevista à revista Cult⁷³, um repórter perguntou à artista trans Linn da Quebrada se ela achava que a transfobia seria uma problemática cisgênera, sob inspiração da assertiva de Grada Kilomba, que defende que o racismo é uma problemática branca. Linn retruca ao repórter com outra pergunta: “você sente a transfobia?”. Ele, por sua vez, afirma que sim, por ser um aliado que percebe a transfobia quando está acompanhado de suas amigas trans. Ao dizer isso, a artista declara: “Exatamente. Agora as pessoas que sentem a transfobia, sentem de forma tão naturalizada que, às vezes, a gente não consegue nem identificar que o que estamos passando é transfobia”. Essa declaração clareia os dilemas em torno do debate da autorização do conhecimento. Caso se valesse da noção de “lugar de fala” de maneira essencialista, Linn da Quebrada não poderia fazer essa afirmação, pois não consideraria que o repórter pode falar sobre transfobia mesmo não sendo uma pessoa trans. Daí, também deixaria passar várias situações que, de tão naturalizadas, não seriam percebidas como transfobia.

Nota-se a partir dessas reflexões que o problema de “lugar de fala” é muito mais direcionado a quem não deixa falar e que, por consequência, não consegue ouvir. Quando o repórter disse que percebia a transfobia não visou deslegitimar a vivência das pessoas trans. Pelo contrário, ratificou a existência de comportamentos transfóbicos por já ter presenciado situações que confirmavam isso. Nesse sentido, ele não falou *em nome* das pessoas trans, mas falou *com* essas sujeitas. Avolumou os discursos em torno desse foco específico do poder, o que é de muita serventia para o exercício de falar a respeito de algo. Esse tipo de aliança é de muita importância para o fortalecimento das lutas. São gritos que se somam em direção a ouvidos que não querem escutar as experiências situadas. Não que a opressora seja dependente

⁷³ Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/entrevista-linn-da-quebrada/>. Acesso em 03 mai. 2018.

de outros e outras para perceber suas condições de subjugação, mas “porque falar a esse respeito – forçar a rede de informação institucional, nomear, dizer quem fez, o que fez, designar o alvo – é uma primeira inversão de poder, é um primeiro passo para outras lutas contra o poder” (FOUCAULT, 2017, p. 45). Realizar todas essas investidas contra regimes dominantes de veridicção exige força e isso se torna mais alcançável com ajuda de alianças.

Ademais, o “lugar de fala” não deve servir de experiência apenas para a resistência, mas é um espaço que pode ser potente para desenvolver os saberes produzidos a partir de outros olhares e geografias (RIBEIRO, 2017, p. 75). Pensar lugares de fala, então, seria “desestabilizar e criar fissuras e tensionamentos a fim de fazer emergir não somente contra discursos, posto que ser contra, ainda é ser contra a alguma coisa” (idem, p. 89), mas também desestabilizar normas desde a potência discursiva de experiências situadas, para além das impostas pelo regime discursivo dominante.

Ao falar *contigo* e não *de ti* me permito te ouvir e, assim, reconheço tua existência. Mas, só posso te ajudar se me deixares falar conjuntamente. O som se torna grito quando é mais forte. E para ser mais forte precisa de mais vozes.

4 – CONCLUSÃO: PELA INCOMPLETUDE DOS PLURAIS

É de praxe que nos afastemos de conclusões e terminemos trabalhos afirmando que se está longe de concluir algo. Arriscaria dizer que não há conclusão. Ou, que há sempre conclusão. Não há conclusão no sentido de que viemos falando, de uma pesquisa que não encontra fim, porque muito mais que teoria, é prática, especulação permanente. Ao se considerar que não há conclusão aceitamos que não há resoluções já dadas, bem como não há soluções definitivas. Há, sim, produção perene de problemáticas e de linhas de fuga. Aceitar que não há fim é se manter comprometida com o que se pesquisa, admitindo as inescapáveis mudanças de um tema e as inescapáveis mudanças de si. É não delegar essa função a outrem, é governar-se, praticar a autonomia. Mas, paradoxalmente, aceitar que há sempre conclusões é encarar que são necessárias as finalizações para que se expresse algo, mesmo que na dimensão do incompleto. Concluir, mesmo que de forma infinda, é um exercício necessário, pois é o exercício do próprio falar. E para falar é preciso coragem.

Essa pesquisa não há sem o seu atravessamento em mim. Para escrever tive que lidar com os meus próprios hábitos de silenciamento. Mas, como nos inspira Audre Lorde⁷⁴, é necessário que o silêncio se torne linguagem e ação. O silêncio não nos protege. O que se espera é que a partir da força em que fiz para transformar o meu silêncio em escrita eu possa também ter ajudado outras vozes a se tornarem grito. As vozes das tantas ressonaram em mim, meu corpo foi tocado pelos seus corpos. Com isso, não pude deslumbrar outro caminho que não o do acolhimento das diferenças e da consideração das multiplicidades. Permitti-me novas subjetividades e só criei a partir disso. Não haveria essa escrita se eu abraçasse o discurso do unívoco, do substancial, do masculino. O texto gaguejaria, não encontraria caminhos para se elaborar. Mesmo com o medo e assumindo os riscos, buscou-se nesse fazer-escrita, tornar possível falar e, sobretudo, escutar.

Nesse processo percebeu-se que as dinâmicas de poder que atuam na questão do corpo da mulher feminista são cambiantes e deslizantes, de acordo como se agenciam os discursos. A despeito das tendências microfascistas e da reprodução de discursos opressores dentro do movimento feminista, há uma forte e criativa resistência que põe seu corpo no mundo de maneira combativa e desafiadora das normas as quais tentam nos impor, das verdades que nos violentam. A infiltração nos regimes de veridicção tem sido exercício das feministas

⁷⁴ A comunicação de Audre Lorde no painel “Lésbicas e literatura” da Associação de Línguas, em 1977, e publicado em vários livros da autora, está disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao/>. Acesso em 03 mai. 2018.

comprometidas à libertação das mulheres. É um exercício diário e árduo que aponta para a necessidade do cuidado de si. Nosso corpo nos significa no mundo. Quando falamos por meio dele, além de agentes de mudança, passamos a também ser alvo de poderes manifestos macro e micropoliticamente. Um corpo, quando passa a se (re)conhecer e se notar como tal, é subversivo. É olhado tortamente nas ruas, vigiado, quisto pelo controle. O saber proveniente dele é, ainda, questionado de modo reincidente, por inimizades, mas também por pessoas próximas que não escapam aos discursos dominantes. Às vezes até por mulheres mesmo que caem nas “ciladas da diferença”.

Quanto a isso, não há o que desesperar. As feministas que consideram a diferença, que lutam para descolonizar seus corpos e que recusam a prisão em uma identidade estão em uma prática constante de “ser-sendo”, resistindo-criando, inaugurando subjetividades e anunciando possíveis. Também estão enaltecendo o pensamento desfocado, comumente desprezado por ser de característica feminina, mas que, na verdade, é um pensamento multidirecionado, capaz de multiplicar e de fazer multiplicar, por isso que se afasta do pensamento ocidental andro e heterocentrado que exclui outras existências. Os muitos focos são representativos das opressões interseccionadas que estão conseguindo se fazer ver. Não são, portanto, sinais de fraqueza e insuficiência, mas, ao contrário, são movimentos de fortalecimento em uma rede distribuída e descentralizada, por isso mais difíceis de serem capturados.

As dicotomias não nos valem. Não há mulheres contra homens e muito menos mulheres contra mulheres. Há, sim, uma batalha pela convivialidade dos mundos e pelo regime da multiplicidade. Viu-se que os feminismos interseccionais comprometidos com suas causas específicas não se direcionam a uma militância segregacionista. Pelo contrário, investem em um debate com argumentações que são consideravelmente pertinentes ao movimento feminista, que deve ser comprometido não apenas com a luta contra o sexismo, mas também contra todas as instâncias que tentam diminuir as sujeitas, num sentido de não respeitar a diversidade, o múltiplo, o complexo. Pois, essas são as mesmas causas geradoras do machismo e de outras injustiças sociais. Fazemos coro a uma luta que também está determinada a reconfigurar os modos de pensar que excluem e oprimem:

Lutar contra a violência que sofrem as mulheres significa, a meu ver, não apenas enfrentar situações palpáveis como o estupro, a violência doméstica, a inferiorização, a humilhação e a exclusão física das mulheres, mas enfrentá-las também no plano simbólico e do imaginário social, transformando as formas misóginas e sexistas de pensar que hierarquizam o mundo e produzem regimes de verdade autoritários e excludentes. Significa dissolver as narrativas históricas masculinas, universalistas e binárias (RAGO, 2014).

Não há dúvidas de que as redes digitais, aqui representado pelas ações no Facebook, vêm possibilitando o abandono das grandes histórias e das verdades absolutas. Tem-se, com isso, uma constante desestabilização do presente, no sentido de que não há uma solidez discursiva a qual se apoiar unicamente: os embates discursivos são constantes e nos entremeiam. Analisar a proliferação dos discursos é também notar as linhas de resistência se estabelecendo, e são várias essas linhas se formando em meio às microrevoluções feministas. O modo como essas mulheres vêm encontrando para se expressar, apesar de sempre ser passível de críticas, é admirável pela capacidade de fazer notável as demandas do feminismo. Por meio desse compartilhamento acelerado de postagens, o público feminino vem encontrando estratégias eficazes para se infiltrar nos discursos. Elaboram uma pedagogia específica que vem tornando os feminismos mais visíveis, pois mulheres estão conseguindo falar.

Menosprezar esse tipo de ativismo é querer padronizar os modos de expressão e desconsiderar que, sim, pelas redes digitais ou não, mulheres estão conseguindo falar e corpos estão querendo, mais que sobreviver, existir. Há um chamado às existências possíveis quando se milita por um feminismo da multiplicidade e da diferença. Por isso feminismos, no plural, porque são corpos. Corpos são mundos e lutar para que sejam seguros em suas existências é colaborar para haja outros mundos possíveis.

Para os feminismos, ademais, aconselha-se manter a preocupação com “uma analítica do poder que não tome mais o direito como modelo e código” (FOUCAULT, 1988, p. 87). Considerando que os poderes estão distribuídos, evita-se de se agir apenas no âmbito da lei, como um fim. Por isso, tomar a liberdade não como ponto de chegada, mas como prática comprometida com o desapego de si e dos poderes (SOUZA, 2016).

Para isso, ocupar-nos: ocupar os nossos corpos e fazer nossos corpos ocupantes.

BIBLIOGRAFIA

- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo I**. Revisão de Carlos Pinheiro. Lisboa: Quetzal Editores, 2009.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. Tradução de Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2016.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DESPENTES, Virginie. **Teoria King Kong**. Tradução de Márcia Bechara. São Paulo: n-1 edições, 2016.
- FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: Edufba, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- _____, Michel. **Em defesa da sociedade**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____, Michel. **História da sexualidade 1**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. A vontade do saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- _____, Michel. **Microfísica do Poder**. Disponível em: <https://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A_Microfisica_do_Poder_-_Michel_Foucault.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2017.
- _____, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: n-1 Edições, 2013.
- GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. 3ª ed. São Paulo: Claridade, 2015.
- HIRATA, Helena et al (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009.
- JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Tradução de Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- KAHLO, Coletivo Não Me. **#MeuAmigoSecreto**: Feminismo além das redes. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2016.
- LECLERC, Annie. **Palavra de Mulher**. Tradução de Maria Luiza Cesar. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014.

- MCLAREN, Margaret A. **Foucault, Feminismo e Subjetividade**. Tradução de Newton Milanez. São Paulo: Intermeios, 2016.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- NYE, Andrea. **Teoria Feminista e as Filosofias do Homem**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.
- OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **Elogio da diferença: o feminino emergente**. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Editora 34, 2013.
- PINHEIRO, Amálio. **América Latina: Barroco, Cidade, Jornal**. São Paulo: Intermeios - Casa de Artes e Livros, 2013.
- PRADO, José Luiz Aidar. **Convocações biopolíticas dos dispositivos comunicacionais**. São Paulo: Educ: Fapesp, 2013.
- PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual: Práticas subversivas de identidade sexual**. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 117-142.
- RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: Feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017. (Feminismos Plurais).
- SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **História da beleza no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SOHN, Anne-marie. O corpo sexuado. In: CORBAIN, Alain; COURTINE, Jean Jacques; VIGARELLO, Georges (OrgsO.). **História do Corpo: 3. As mutações do olhar**. Tradução e revisão de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 109-154.
- WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Tradução de Bia Nunes de Sousa. São Paulo: Tordesilhas, 2014.
- YALA, Feministas Comunitarias de Abya (FECAY). **El desafío de la despatriarcalización: Entramado para la liberación de los pueblos**. La Paz - Bolivia: La Agencia Sueca de Cooperación Internacional Para El Desarrollo (asdi), 2016.

Dissertações e teses

CUNHA, André Arias Fogliano de Souza. **As revoltas de Junho de 2013: uma cartografia afetiva dos enunciados e das imagens do levante brasileiro**. 2017. 254 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

KÊNIA, Míriam. **O nascimento biopolítico: convocações dos dispositivos de mídias em prol da cesariana e do medo do parto**. 2016. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

SOUZA, Alice de Marchi Pereira de. **Modulações militantes por uma vida não fascista**. 2016. 258 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Artigos

CORRÊA, Elizabeth Saad; BERTOCCHI, Daniela. A cena cibercultural do jornalismo contemporâneo: web semântica, algoritmos, aplicativos e curadoria. **MATRIZES**, São Paulo, ano 5, n. 2, p.123-144, jan./jun. 2012.

COSTA, Rogério da. Os afetos de rede: individualismo conectado ou interconexão do coletivo? **Iara - Revista de Moda, Cultura e Arte**, São Paulo, v. 4, n. 1, p.6-19, 2011.

_____, Rogério da. Sociedade de controle. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 1, n. 18, p.161-167, 2004.

HARAWAY, Donna. SABERES LOCALIZADOS: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p.07-41, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

LABA, Vanesa Vazquez. **Las contribuciones del feminismo poscolonial a los estudios de género: interseccionalidad, racismo y mujeres subalternas**. 2008. Revista Perfiles de la Cultura Cubana. Disponível em: <http://www.perfiles.cult.cu/article.php?article_id=267>. Acesso em: 13 abr. 2018.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa: Revista de Humanidades**, Bogotá, n. 9, p.73-101, jun./dez. 2008.

_____, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 22, p.935-952, set./dez. 2014.

RAGO, Margareth. **Epistemologia feminista, gênero e história**. 1998. Disponível em: <http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf>. Acesso em: 03 de maio de 2018.

_____, Margareth. Práticas Feministas em Novos Modos de Subjetivação. **Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 4, p.13-36, 2007/2008. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/12946/9998>>. Acesso em: 07 set. 2017.

_____, Margareth. O feminismo acolhe Foucault. **Labrys, études Féministes/ Estudos Feministas**, jul./dez. 2014. Disponível em: <<https://www.labrys.net.br/labrys26/foucault/margaok.htm>>. Acesso em: 01 set. 2016.

ROLNIK, Suely. Guerra dos gêneros & Guerra aos gêneros. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 4, p.118-123, 1º semestre de 1996.

Vídeos

BUTLER, Judith. **Why Bodies Matter**. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rD6vifFTDLY>

<https://www.youtube.com/watch?v=OVExYVYHe2I>

<https://www.youtube.com/watch?v=8ynnNqObcAo>

<https://www.youtube.com/watch?v=zp8k31EPef8>

<https://www.youtube.com/watch?v=MFZxDJ48Hh0>

<https://www.youtube.com/watch?v=QdHT-rx3yQg>

<https://www.youtube.com/watch?v=FKNyb3WcbQ>

Acesso em: 28 de maio de 2016.

PROHIBITION. S.i.: Public Broadcasting Service, Seoul Broadcasting System, 2011. Color.

SHE'S Beautiful When She's Angry. S.i., 2014